



Rafaela Cristina Martins

Concepções habitacionais em São Paulo: os saberes especializados na formação do conceito de habitação (1930-1940).

**CAMPINAS
2013**



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Rafaela Cristina Martins

***Concepções habitacionais em São Paulo: os saberes especializados na
formação do conceito de habitação (1930-1940).***

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Stella Martins Bresciani

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção
do título de Mestra em História, na área de concentração Política,
Memória e Cidade.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA
PELA ALUNA RAFAELA CRISTINA MARTINS, E ORIENTADA PELO PROFA.
DRA. MARIA STELLA MARTINS BRESCIANI.
CPG, 26/03/2013

CAMPINAS
2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

M366c Martins, Rafaela Cristina, 1984-
Concepções habitacionais em São Paulo : os saberes especializados na formação do conceito de habitação (1930-1940) / Rafaela Cristina Martins. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Habitação. 2. Educação. 3. Família. I. Bresciani, Maria Stella Martins, 1939-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Conceptions housing in São Paulo : the specialized knowledge in forming the concept of housing (1930-1940)

Palavras-chave em inglês:

Housing
Education
Family

Área de concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Mestra em História

Banca examinadora:

Maria Stella Martins Bresciani [Orientador]
Maria Alice Rosa Ribeiro
Marisa Varanda T. Carpintéro

Data de defesa: 26-03-2013

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 26 de março de 2013, considerou a candidata Rafaela Cristina Martins aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani

Profa. Dra. Maria Alice Rosa Ribeiro

Profa. Dra. Marisa Varanda Teixeira Carpintéro

Profa. Dra. Josianne Francia Cerasoli

Profa. Dra. Heloísa Helena Pimenta Rocha

Agradecimentos

Agradeço especialmente a Stella Bresciani, orientadora dedicada e paciente com minhas dificuldades nos primeiros passos da pesquisa. Profissional que me acompanhou desde a monografia de final de curso até o término deste importante capítulo da minha profissão, o mestrado. Sempre com extremo respeito a minha capacidade e produção, que ainda são de uma historiadora iniciante.

À Marisa Carpintéro agradeço o apoio e as orientações sempre tão profícuas, tanto para a pesquisa quanto para discussões conceituais relativas ao tema deste trabalho. Historiadora que acompanhou o desenvolvimento desse estudo com muita atenção, concluo que sem a sua colaboração o resultado aqui apresentado não seria possível.

Agradeço aos meus amigos, Gustavo Almeida, Kelly Keiko Koti Dias, Kleber Amancio e Marcos Tolentino, que foram os primeiros leitores deste trabalho. Com seus olhares atentos puderam me ajudar a domar a gramática formal e propor argumentos mais viáveis para o meio acadêmico. A um leitor em especial agradeço muito, porque além de contribuir para a produção textual me apoiou nos momentos que pesaram meus ombros, muito obrigada Felipe Cesar Sargaço Silva.

Às amigas do CIEC e de pesquisa, Clecia Gomes e Luciana Correia, pelo companheirismo e apoio.

Agradeço à Pamela Almeida pela cumplicidade e camaradagem em ocasiões que nos sobrecarregaram as burocracias da pós-graduação.

Às minhas irmãs Rosenely Martins e Renata Martins que durante esse período me ofereceram palavras de estímulo e compreensão.

De modo especial agradeço a meu pai, Ruyter Martins, técnico em desenho industrial que, abandonando a prancheta, não teve medo de aprender novas formas de comunicação, e se dedicou aos programas de computador para seguir em frente com sua profissão. À minha mãe, Olga Josefina de Oliveira Martins, costureira e dona-de-casa que nas noites tinha sempre a mão um livro, mesmo que seus dias tivessem sido longos. E à minha irmã, Regina Martins, que quando me faltou oportunidade, ela me ofereceu uma mais.

Dedico esse trabalho a essas três pessoas, Olga, Regina e Ruyter, peças fundamentais de um grande quebra-cabeça que, quando montado, explicita as escolhas dentro da minha profissão. E que esta seja uma vitória para eles também.

Por fim agradeço ao apoio financeiro da CAPES e da CNPq que possibilitou essa pesquisa.

Índice

<i>Resumo.....</i>	<i>13</i>
<i>Abstract.....</i>	<i>15</i>
<i>Apresentação.....</i>	<i>17</i>
1. Primeiras inquietações.....	19
<i>Em São Paulo como em outros lugares.....</i>	<i>31</i>
<i>Do muito já dito.....</i>	<i>35</i>
<i>Código Sanitário de 1894 e o conforto.....</i>	<i>41</i>
2. Defesa da habitação e a ofensiva aos cortiços.....	51
<i>Um aspecto sensível do discurso sobre habitação.....</i>	<i>52</i>
3. Soluções técnicas para o problema social da habitação.....	63
<i>A exposição do Congresso.....</i>	<i>71</i>
<i>Os anais do Congresso.....</i>	<i>80</i>
4. Habitação, a racionalização da família.....	91
<i>O IDORT, seu início e objetivos.....</i>	<i>92</i>
<i>As Jornadas do IDORT.....</i>	<i>99</i>
<i>Jornada da Habitação Econômica.....</i>	<i>102</i>
<i>Considerações Finais.....</i>	<i>111</i>
<i>Fontes e Bibliografia.....</i>	<i>113</i>
<i>Documentos impressos.....</i>	<i>113</i>
<i>Periódicos.....</i>	<i>113</i>
<i>Bibliografia.....</i>	<i>113</i>
<i>Anexo 1.....</i>	<i>121</i>
<i>Anexo 2.....</i>	<i>129</i>

*“É pedra que apoia a tábuia, madeira que apoia a telha
Saco plástico, prego, papelão
Amarra corda, cava buraco
Barraco: moradia popular em propagação

Cachorro, gato, galinha, bicho de pé
E a população real convive em harmonia normal
Faz parte do dia-a-dia, banheiro, cama, cozinha no chão
Esperança, fé em Deus, ilusão.”*

Nação Zumbi

Resumo

O presente trabalho se trata da formação da concepção de habitação formulada pelos profissionais de diversas áreas ao longo das primeiras décadas do século XX e definida a partir da década de 1930, período no qual a cidade de São Paulo passa por significativas mudanças urbanas e demográficas. O *Primeiro Congresso da Habitação* realizado em 1931 constituiu o ponto de partida da pesquisa e o estudo privilegia a análise dos discursos técnicos e científicos. A *Jornada da Habitação Económica* de 1941 foi considerada momento estratégico para a análise comparativa dos trabalhos apresentados nesses dois eventos, de forma a pontuar mudanças entre a formação acadêmica dos participantes dos eventos e a abrangência da discussão sobre a habitação popular.

O trabalho buscou mostrar como os dois eventos tendem a considerar o aspecto disciplinador da habitação. Importou também o estudo das duas instituições responsáveis pelo *Congresso* e pela *Jornada*: o Instituto de Engenharia e o Instituto de Racionalização do Trabalho (IDORT).

Palavras-chave: habitação, engenharia, educação, família.

Abstract

The present work deals with the formation of housing design formulated by professionals from various fields. The study starts from the 1930s, during which the city of São Paulo is going through significant urban and demographic changes. The First Congress of Housing occurred in 1931 was the starting point of the research and this study focuses on analysis of technical and scientific discourses. The Journey of Economic Housing of 1941 was considered a strategic moment for the comparative analysis of these two events, a way to show changes between the professions of event participants and the scope of the discussion on housing.

The study showed how the two events considered the disciplinary aspect of housing. It was also necessary to study the two institutions responsible for the Congress and the Journey: The Institution of Engineering and the Rationalization Institute of Labour (IDORT).

Keywords: housing, engineering, education, family.

Apresentação

O presente trabalho teve início a partir da monografia apresentada em janeiro de 2009¹, sob orientação da profa. Maria Stella Martins Bresciani, cujo objetivo inicial era comparar dois eventos relativos à questão habitacional, em particular para a população de baixa renda em um período de crescimento populacional, em parte, resultante da imigração estrangeira para o Estado e o Município de São Paulo – o *Primeiro Congresso de Habitação*, em 1931, e a *Jornada de Habitação Econômica*, em 1941. Através dos resultados foi possível reconhecer a diferença com que o tema habitação foi abordado nos dois eventos, embora prevalecesse a mesma questão em ambos, a importância da habitação como ambiente regulador da saúde e do comportamento dos seus moradores. Esse tema em comum trouxe as principais inquietações e perguntas para o presente trabalho. No decorrer desta pesquisa foi possível delinear como cada evento trabalhou com a formação de uma habitação ideal mínima ou econômica.

O *Primeiro Congresso de Habitação* trouxe muitas soluções técnicas voltadas para a maneira de construir e algumas que correspondiam à forma de habitar. Mereceu intensa discussão a definição da habitação mínima, aquela projetada com o mínimo de espaço e materiais, porém em obediências às regras de conforto e a salubridade necessários para os moradores. Essa forma de tratar o tema expressa a formação dos principais participantes e as preocupações da instituição responsável pelo evento, o Instituto de Engenharia, que em parceria com a prefeitura de São Paulo obteve a colaboração de uma maioria de engenheiros para debater o tema da habitação.

Ao passo que a *Jornada de Habitação Econômica*, mesmo tendo tratado de questões técnicas, questionou mais explicitamente o ambiente normatizador da habitação. Isso se deu pela presença de profissionais ligados às áreas de sociologia, psicologia e assistência social. O Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) foi o responsável por esse evento e uma de suas preocupações era a qualidade da produção nas indústrias pelo menor tempo possível, esse tema levou a uma série de questões secundárias como a manutenção dos meios de vida dos operários. Por isso o enfoque voltado para o espaço privado do trabalhador e sua família; e mais ainda para aquele operário que satisfeito com seu meio teria comportamentos considerados virtuosos pelos especialistas da *Jornada*.

¹ MARTINS, Rafaela Cristina. *Habitação mínima no Primeiro Congresso de Habitação e na Jornada de Habitação Econômica: uma análise de suas concepções*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

O primeiro capítulo deste trabalho, intitulado de “Primeiras inquietações”, abrange as primeiras inquietações que levaram adiante essa pesquisa. O tema habitação já foi bastante explorado por diversos ramos do conhecimento, por isso também nesse capítulo é apresentada uma bibliografia considerada apropriada para realizar o diálogo com os temas principais e secundários desta pesquisa². O assunto principal trata do caráter regulador da habitação, e ainda acompanha as soluções dadas pela arquitetura moderna no tocante a racionalização da construção.

O segundo capítulo, com o título de “Defesa da habitação e a ofensiva aos cortiços”, trata de discutir as habitações consideradas malsãs, isto é, a parte do trabalho que demonstra a tensão entre a técnica, o social e o discurso ofensivo contra os cortiços. Foram analisados alguns discursos de engenheiros e assistentes sociais para demonstrar a quantidade de ideias preconcebidas que recaiam sobre os cortiços, sobretudo aos que lá moravam e o modo como essas ideias sensibilizavam as autoridades e o conjunto da população.

Os dois capítulos finais, intitulados de “Soluções técnicas para o problema social da habitação” e de “Habitação, a racionalização da família” respectivamente, abrangem a análise dos eventos em questão. Considerei importante realizar um breve exame das trajetórias dos responsáveis pelo *Congresso de Habitação Econômica* e pela *Jornada da Habitação Econômica*. Logo, o terceiro capítulo além de estudar o *Congresso* também enfoca o Instituto de Engenharia. O quarto capítulo trata da *Jornada* e também comenta a organização do IDORT.

² A principal discussão conceitual do presente trabalho, que caracteriza como o espaço da habitação pode ser projetado para funcionar como meio de disciplinarização, está centrada no trabalho *Vigiar e Punir* de Michel Foucault.

Outros temas que perpassam o tema da habitação são questões da temática urbana e para isso outros livros e pesquisas foram utilizados para contextualizar a temática: *Os excluídos da História* de Michelle Perrot; *As maquinarias inglesas do conforto* de François Beguin; *A polícia das famílias* de Jacques Donzelot; *História sem fim...* de Maria Alice Rosa Ribeiro; e *Modernização no plural* de Josianne Cerasoli.

Para questões referentes à habitação abordei com maior ênfase as seguintes obras: *Eu não tenho onde morar* de Eva Blay; *A cidade e a lei* de Raquel Rolnik; *A república ensina a morar (melhor)* de Carlos Lemos; *Origens da habitação social no Brasil* de Nabil Bonduki; *A construção de um sonho* de Marisa Varanda T. Carpintéro; e *O Complexo Industrial da Construção e a Habitação Econômica Moderna 1930-1964* organização de Maria Lúcia Caira Gitahy.

Para a construção da análise do discurso contra os cortiços foram usados alguns trabalhos de Pierre Ansart que trataram sobre sentimentos e ressentimentos na política: *“História e Memória dos Ressentimentos”*; *“Les passions politiques”*.

1. Primeiras inquietações

O presente trabalho visa analisar a interferência nos hábitos da população por meio dos projetos habitacionais, tanto pela forma normatizadora quanto pela forma sugestiva dos mecanismos que ao gerar o conforto induzem a modificação de costumes. Para tanto, buscaremos nos discursos de profissionais como médicos, engenheiros-arquitetos e assistentes sociais as maneiras como eles abordaram o problema da habitação social. Nos discursos desses especialistas a lógica do conforto está aliada à disciplina, em muitos casos a técnica comprometida em moldar um novo modo de morar que proporcionaria conforto e o controle de comportamentos. Essa nova forma preveniria e controlaria doenças, vícios e asseguraria um operário saudável para o trabalho, isso não corria apenas no Brasil como em outros lugares da Europa e das Américas.

O recorte temporal escolhido englobou dois eventos reunindo profissionais acadêmicos e funcionários públicos na cidade de São Paulo, o pioneiro *Primeiro Congresso da Habitação* de 1931 e a *Jornada da Habitação Econômica* de 1941. Cada evento tem suas peculiaridades, evocam o tema da moradia de formas distintas, porém tem em comum propor soluções para o problema social da habitação através de conhecimentos científicos dos profissionais das mais diversas áreas.

O período estudado parte do início da década de 1930, década na qual a cidade de São Paulo passa por significativas mudanças urbanas e demográficas e é quando ocorre o *Primeiro Congresso de Habitação* em 1931. Este primeiro evento reuniu uma maioria de engenheiros arquitetos, em torno do tema da habitação mínima, na busca de soluções técnicas para o barateamento da construção. Esse congresso ocorreu graças às iniciativas do *Instituto de Engenharia*, instituição fundada em 15 de Fevereiro de 1917 com o objetivo de regulamentar a profissão de engenheiro e publicar periódicos que serviriam para a circulação de saberes pelo país. Alguns dos membros fundadores do *Instituto de Engenharia* foram Alexandre Albuquerque³, Francisco de Paula Ramos de Azevedo⁴ e Francisco de Paula Souza⁵, entre os

³ Arquiteto, engenheiro civil e professor da Escola Politécnica. Vide Anexo 1.

⁴ Engenheiro arquiteto, professor da Escola Politécnica desde 1893, nomeado diretor da mesma instituição em 1917. O engenheiro também administrou o Liceu de Artes e Ofício entre os anos de 1895 e 1928, fundou empresa em 1896 (E. T. Ramos de Azevedo, que depois mudou de nome para F. P Ramos de Azevedo & Cia.) e foi responsável pelas

nomes ilustres também está Luiz Anhaia Mello, prefeito da cidade de São Paulo em curtos períodos nos anos 1930 e 1931. Essa proximidade com a política não era algo exclusivo desse engenheiro, outros profissionais desde o final do século XIX tinham ocupações junto à administração da cidade de São Paulo. A participação desses especialistas na política pode ser colocada da seguinte forma: à medida que a cidade de São Paulo começou a viver sua transformação através do aumento populacional e das atividades industriais, também seu espaço físico e os habitantes começaram a ser vistos de forma técnica e objetiva. Os problemas da cidade passaram a serem analisados e solucionados com embasamento técnico. O *Primeiro Congresso* pode ser tomado como um exemplo dessa maneira de administrar a cidade. O evento enfocou questões técnicas, tais como, críticas à legislação, materiais de construção, racionalização no processo de construção da habitação com vistas ao seu barateamento. O enfoque da maioria dos trabalhos nesse evento concentrava-se na solução do problema social da habitação por meio de resoluções técnicas que possibilitassem uma moradia barata ao alcance da maioria.

Proponho o início da década de 40 como término do recorte desta pesquisa quando ocorreu a *Jornada da Habitação Econômica*, promovida pelo IDORT, que contou com a participação de maior diversidade de especialistas em comparação ao *Primeiro Congresso*. A *Jornada* abordou, além de questões técnicas, como a habitação poderia ser um meio eficaz para educar o morador. Um diferencial nos argumentos dessa linha de pensamento é que o ambiente doméstico, constituído de forma unifamiliar, com clara separação entre público e privado e característica patriarcal, deveria manter o trabalhador e sua família longe de vícios e alheios a descontentamentos ou rebeldias, em suma, dentro dos moldes de vida então considerados sadios. Neste caso o arcabouço de preceitos da racionalização do trabalho questionou a habitação e extrapolou o espaço físico profissional da fábrica.

Existe, portanto, entre os dois eventos uma diferenciação no modo de pensar o problema da habitação, evidenciando uma nítida ampliação dos campos de conhecimentos envolvidos na

construções de muitos edifícios públicos e casas luxuosas. Além disso, Azevedo teve uma pequena participação na política entre 1904 e 1905 foi senador estadual. Mais informações em: FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli*.

Ensino e profissão em São Paulo. Edusp: São Paulo, 2005. P. 27.

⁵ Engenheiro ferroviário filiado ao Partido Republicano Paulista e designado como ministro das Relações Exteriores, da Agricultura e Viação no governo de Floriano Peixoto, também diretor da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo. Além disso, Souza foi deputado estadual e autor do projeto que criou a Escola Politécnica (1893), que dirigiu até sua morte. Mais informações em:

http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/fec_pes_ant_francisco.php?PHPSESSID=5e6d64b47e44e1a54947acfd246e1895 (acessado em: 30/10/2012).

discussão, com a expansão das linhas de análise. A psicologia, o comportamento e a educação passaram a integrar conhecimentos e informações importantes para as soluções do problema habitacional.

Este estudo irá privilegiar a análise dos discursos dos eventos citados, de forma a pontuar o modo como soluções e conhecimentos técnicos podem participar da composição e da disciplinarização de novos comportamentos para o ambiente privado da casa. Além dessa questão central, serão analisadas outras questões que a pesquisa trouxe como transversais ao assunto principal. As diferenças entre o *Primeiro Congresso* e a *Jornada da Habitação*, mesmo que brevemente, devem ser observados sempre com vistas para o ideal em habitação e suas funções sociais, e a conexão da habitação econômica com o processo de industrialização e racionalização da produção.

As propostas para as habitações têm estreita conexão com a história do sanitarismo, do higienismo e dos melhoramentos urbanos que estão presentes como preocupação central em tratados e estudos sobre cidades europeias desde o século XVIII. Higienizar uma cidade significava entre outras coisas desfazer as aglomerações populacionais em determinadas áreas. O adensamento populacional nas principais cidades europeias era um dado novo para todos e representava para as autoridades uma ameaça à saúde. A falta de controle sobre os espaços ocupados pela população e o seu amontoamento era visto pelas elites como um perigo sanitário, as epidemias seriam consequência da insalubridade do ar que, por sua vez, era causada pela aglomeração populacional⁶.

Os higienistas da época consideravam perigosa a reunião de muitas pessoas num único lugar, em ambientes como hospitais, navios e prisões, pois resultariam em ar viciado, disseminador de doenças. Em ambientes como os citados, o ar com gases exalariam mau cheiro dos corpos e causariam doenças e até mesmo mortes. Essa concepção constituía parte da teoria miasmática encontrada nos discursos de especialistas no século XVIII⁷.

Antes de enfocar os caminhos que levaram as autoridades técnicas a intervirem também nas habitações, cabe ressaltar outra questão referente ainda às grandes cidades e sua população. Depois da experiência com a Revolução Francesa o adensamento populacional das grandes

⁶ Mais informações sobre essa questão podem ser encontradas no livro: CORBIN, Alain. *Saberes e Odores*. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

⁷ Para maiores detalhes sobre as primeiras intervenções higienistas na França cito o mesmo livro: CORBIN, op. cit.. Este livro trata de um período muito anterior ao que se pretende estudar aqui, mas demonstra como alguns saberes já eram delineados e como passaram a ditar normas, não apenas nas cidades como em ambientes privados.

cidades tomou outras definições, o significado de multidão ganhava forma e fama para as autoridades europeias. A preocupação voltou-se para o controle dos grandes contingentes populacionais nas cidades, a força das multidões causava receio às elites da época. Desde a Revolução Francesa as notícias e histórias que reverberavam desse período amedrontavam as autoridades que temiam sua repetição. Manter a ordem sobre a multidão seria método preventivo contra revoltas. Maria Stella Bresciani em um de seus artigos expõe com clareza esse cenário:

A imagem da grandiosidade do movimento revolucionário na França é elaborada com a figura do poder destruidor das multidões nas ruas e com o seu momento mais radical; a simples referência ao *Terror*, aos anos sanguinários, projetava a possibilidade futura de uma repetição do acontecimento em proporções ainda mais incontroláveis⁸.

Se medidas foram tomadas para evitar reproduções de movimentos revolucionários, higienizar a cidade e organizar a grande concentração populacional, tempos depois as autoridades se depararam com a necessidade de controlar os comportamentos desse adensamento populacional que fluía pela cidade. Assim se definiram dispositivos disciplinares com discursos e aparelhagens técnicos específicos capazes de controlar a salubridade do ambiente urbano, o comportamento da população.

A teoria disciplinar visava desaglomerar a população e contribuir com a salubridade, oferecendo assim argumentos para as modificações urbanas que os especialistas considerassem necessárias, um esforço que Corbin⁹ chamou de desodorização dos ambientes. Interessante apontar que as tentativas de desodorização segundo o autor não seriam apenas adotadas para espaços públicos, a higiene e hábitos individuais no ambiente privado também fizeram parte desse processo. Espaços do cotidiano íntimo de trabalhadores também foram objeto de discussões dos higienistas. A presente pesquisa tem interesse nos momentos em que os saberes técnicos se traduzem em ações sobre ambientes privados, como essas intervenções eram pensadas e quais os argumentos utilizados como justificativa.

O controle dos hábitos privados estaria ligado à higiene, a sujeira, os maus odores, mas não somente, a pobreza e falta de moral se conectavam com a sujeira em muitos discursos das autoridades, discutir hábitos higiênicos seria falar também de moral.

⁸ BRESCIANI, Maria Stella. Metrôpoles: As faces do Monstro Urbano (as cidades no século XIX) In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.5, num.8-9,p. 41, 1985. P. 41.

⁹ CORBIN, Alain. *Saberes e Odores*. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia. Das Letras.

O imperativo do ‘limpo em ordem’, a aprendizagem da limpeza revelam seus objetivos múltiplos. O objetivo moralizador e a necessária compressão dos instintos insinuam-se onde, até então, se tratava de desinfecção. O mau cheiro do pecador é tomado ao pé da letra. Saber lavar seu corpo torna mais rápida a recuperação do culpado. O criminoso arrependido prestes a receber o novo batismo social, deverá provar seu renascimento pela perda do odor pútrido que até então o ligava a seus comparsas¹⁰.

Beguín, estudioso dos melhoramentos urbanos na Inglaterra do século XIX, também aponta como as autoridades ligaram a pobreza, a sujeira, a doença e a imoralidade:

A montante dessas investigações, uma multidão de pesquisas pontuais realizadas a partir do fim do século XVIII sobre cidades e bairros evidenciam já o caráter vicioso de certos ambientes. A isto se somam as numerosas informações recolhidas graças ao esquadrinhamento das populações pelos diferentes aparelhos de assistência e seguridade social a partir dos quais se afirmam cada vez mais claramente as relações entre a pobreza, a falta de higiene e a doença, entre o desconforto e as formas diversas de ilegalidade e de imoralidade.¹¹

As investigações analisadas por Beguín são duas grandes pesquisas sobre habitações realizadas na Inglaterra entre os anos de 1840 e 1845. Os dados apresentados nessas pesquisas se referiam muito mais a doenças, distribuição da água, esgoto e iluminação do que à arquitetura. O enfoque dado a essas pesquisas foram as consequências das más condições habitacionais e como elas poderiam ser melhoradas, isso porque no século XIX aliava-se ao amontoamento da população a falta de higiene como principal preocupação em relação à causa das doenças. Para isso as pesquisas mencionadas transformaram as informações recolhidas em dados técnicos e calcularam os gastos tidos com doenças resultantes de casas insalubres e como eles poderiam ser diminuídos através de melhores condições de moradia. O autor enfatizou que, nessas discussões, a salubridade do ambiente estava intimamente ligada não somente às construções como também ao tratamento dos fluídos, o esgoto e a distribuição de água, aspectos técnicos que passariam a normatizar a moradia.

Entre estes aparelhos [esgoto e distribuição de água] e estes espaços, uma continuidade foi estabelecida, o que faz com que o habitat seja alguma coisa bem diferente da construção de habitações e bem próximo de uma série de normas técnicas que definem as condições gerais de habitabilidade. Não procuremos portanto nestas pesquisas um grande discurso sobre a espacialidade, tentemos antes ver como nelas novos saberes,

¹⁰ Ibidem, p. 144.

¹¹ BEGUIN, F. As maquinarias inglesas do conforto. In: *Espaço & Debates* (Cidade e História), São Paulo, 34, p. 40, 1981.

novos aparelhos e novos atores definem um novo regime para o ambiente do pobre a partir dos componentes mais materiais deste ambiente. Não vamos nos decepcionar se não encontrarmos uma grande visão da cidade ou da casa e se, ao invés, pudermos ver como categorias médicas, econômicas e a aritmética reduzem a cidade e a casa a dados puramente técnicos, a números.¹²

A habitação ideal não seria apenas planejada em sua construção, uma rede de aparelhos, que Beguin chamou de “maquinarias do conforto”, envolveria toda a cidade e cada moradia, trazendo água limpa e retirando água suja. Um sistema que apenas especialistas seriam capazes de projetar e por em prática para modificar modos de vida. Afinal esse sistema traria alterações para hábitos entranhados no cotidiano dos cidadãos. A distribuição de água, por exemplo, afetaria o comportamento da população. A água corrente dentro de casa consistiria um evidente conforto, não apenas facilitaria a higiene pessoal e da habitação, como também evitaria a reunião de muitas pessoas em chafarizes e a entrada de pessoas de fora da família na casa, como os carregadores de água:

Assim, no momento em que os pesquisadores ingleses refletiram sobre as vantagens de uma distribuição de água sob pressão, a domicílio, as incidências desta técnica serão avaliadas sob um duplo ponto de vista. De um lado, eles procurarão medir a influência da água corrente sobre os hábitos domésticos: “Em que os hábitos dos operários foram influenciados pela introdução de água corrente em suas casas? Em Nottingham, a melhoria no asseio pessoal foi a princípio muito clara, podia-se constatar de maneira evidente nas ruas. Os médicos relataram que as casas estavam mais limpas e que as doenças eram menos frequentes. Uma outra vantagem foi supressão dos amontoamentos de gente em volta dos chafarizes públicos. Em Newcastle-on-Tyne, onde há chafarizes e onde as moças são obrigadas a se espremerem entre desconhecidos, o resultado é degradante”. Por outro lado, os pesquisadores analisarão as vantagens deste dispositivo (água corrente) em relação ao sistema clássico dos carregadores de água: “a casa fica exposta aos carregadores a qualquer hora do dia, eles podem se ligar aos empregados assim se apropriar de sobras de comida, quando não servem como intermediários de correspondências proibidas. Eles lotam as ruas para a inconveniência dos transeuntes assim como as escadarias são constantemente perturbadas pela sua passagem...”¹³

¹² Ibidem, p. 39.

¹³ Ibidem, p. 45.

De acordo com a análise de Beguin as modificações propostas por especialistas tinham objetivos que iam além da saúde, já que o comportamento e as relações das pessoas também foram computados nos resultados. As modificações referentes aos sistemas de esgoto e distribuição de água exigiam a participação de autoridades públicas e de profissionais como médicos, higienistas e engenheiros. Estes personagens tinham como base o saber científico e por isso as normas e modificações ditadas por eles amparavam-se na objetividade e neutralidade da ciência; dados calculados e resultados previstos. Segundo tal lógica não haveria espaço para nada mais que a objetividade da ciência. O respeito à legitimidade dessas intervenções estaria vinculado a isso, elas não estariam em um âmbito político, estariam em um campo objetivo o que deveria significar descompromisso com interesses de qualquer grupo.

A autoridade da ciência considerada a mais justa das autoridades foi questionada por Michel Foucault. Segundo o filósofo a consolidação de um saber necessariamente legítima um poder, ao passo que a produção deste saber só pode ser legitimada por uma autoridade, ou seja, o poder e o saber são intrínsecos um ao outro. Essa chave interpretativa se choca com a ideia de que campos científicos e saberes produzidos pelo uso da razão seriam lugares politicamente neutros, imparciais e, por isso, não favoreceriam um grupo específico.

Seria talvez preciso também renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar-se sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder¹⁴.

Os saberes médicos, higienistas e arquitetônicos exerceram seus poderes ao estabelecer padrões para as diversas edificações, dentre as quais, as habitações das diversas classes sociais. Corbin comenta que a habitação passou a ser pensada como instrumento de normatização de hábitos. Segundo o autor, desde o século XVIII a casa era dividida em cômodos de acordo com sua função, fronteiras foram colocadas entre o espaço da intimidade e o espaço da representação, quarto e sala, banheiro e cozinha. Nesse mesmo período os médicos começaram a definir regras para o convívio familiar, já que se acreditava que os odores podiam estimular predisposições

¹⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2009. P.30.

doenças entre parentes. Dessas regras surgiram a individualização de quartos e camas, separando ao máximo os corpos. O autor cita Michelet, em um primeiro momento, e posteriormente Foucault que apontaram para o sentido moralizador das prescrições higienistas.

Nota-se apenas, a esse respeito, que Michelet, muito antes de Michel Foucault, já reconhecia os laços inextricáveis que ligam os imperativos higiênicos, o objetivo panóptico e a preocupação de moralizar. ‘Aeração, limpeza, vigilância, três coisas igualmente impossíveis – escreve ele a propósito da residência dos grandes sob o Antigo Regime –, (...) esses labirintos infinitos de corredores, passagens, escadas escamoteadas, pequenos pátios internos, os sótãos, e enfim, os telhados chatos com balaústres forneciam mil aventuras’¹⁵.

Construir cômodos de acordo com suas funções nas instituições, e mesmo dentro das casas, possibilitou o controle das atividades e dos relacionamentos. Segundo Michel Foucault em *Vigiar e Punir*:

A regra das *localizações funcionais* vai pouco a pouco, nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil. O processo aparece claramente nos hospitais, principalmente nos hospitais militares e marítimos¹⁶.

Jaques Donzelot explica em seu livro *A polícia das famílias* que na metade do século XIX a habitação já era vista com funções voltadas para a família. Anteriormente essas funções eram apenas para a segurança das pessoas e dos seus pertences. A mudança se deu porque a habitação passou a ser compreendida como ambiente formador da família, com serventia pedagógica e controladora, reduto que afasta desconhecidos, vícios e promiscuidade.

Ao lutarem contra a insânia e a imoralidade desses casebres e porões, os higienistas também lutavam contra uma concepção do habitat como abrigo, como lugar de defesa, de autonomia. Queriam substituir a força autárquica pela força de trabalho, fazer da habitação um espaço sanitário e não mais um espaço ‘militar’, banir o que nela havia de propício a alianças ocultas e fusões suspeitas¹⁷.

Ainda segundo Donzelot, além da habitação promover e proteger a família, ela também teria o papel de manter as relações dos familiares de acordo com os preceitos morais estabelecidos. Para isso deveria abrigar somente uma família e dividir os parentes por cômodos,

¹⁵ CORBIN, Alain. *Saberes e Odores*. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia. Das Letras. P. 211.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2009. P. 139.

¹⁷ DONZELOT, Jacques. *A polícia das Famílias*. São Paulo: Graal, 1980. p. 43.

de modo que os pais pudessem vigiar seus filhos, como também manter a separação dos indivíduos: *“Organizar um espaço que seja suficientemente amplo para ser higiênico, pequeno o bastante para que só a família possa nele viver, e distribuído de tal maneira que os pais possam vigiar os filhos”*¹⁸.

A habitação seria o espaço criado para a vivência da unifamiliar sob o comando do pai, aos moldes burgueses. Não há indícios de que esse tipo de moradia com seu cotidiano e costumes possam pertencer a uma família de outro tipo, como a família extensiva, nesse caso Michelle Perrot mencionou:

Convém não confundir sentido da família com sentido de moradia. O primeiro, frequentemente muito vivo entre os meios populares do século XIX, não se inscreve necessariamente no espaço do interior. A família é uma rede de pessoas, uma organização econômica (extrema importância da economia familiar, da disposição comum das fontes e entradas), uma forma de solidariedade distendida, desterritorializada, possível de se compreender através das modalidades contemporâneas de migração – vejam-se os marroquinos do Magreb, os turcos, os portugueses de hoje na França, e outros lugares. A família é, sem dúvida, uma das primeiras e mais vivas formas de sociabilidade popular; não é uma criação burguesa. No limite, esta seria a coincidência absoluta entre família e interior, a separação entre o público e o privado¹⁹

Segundo Perrot, a família burguesa seria apenas a sobreposição de uma concepção mais ampla de família e da parte dela que habita a casa, ou seja, o casal e seus filhos. A concepção habitacional da família burguesa a ser construída reafirmava a ruptura entre o público e o privado, onde a moradia conforma todo o universo da família e barra um maior contato com o mundo exterior. Todo o universo do particular e do indivíduo limita-se a casa, o exterior seria repleto de perigos e coisas desagradáveis. Para classes mais abastadas a habitação seria adornada com objetos que pudessem dar a marca do morador. Walter Benjamin, em um de seus ensaios, fez digressões sobre o interior da casa burguesa e como o indivíduo se projeta nele.

Para o homem privado, o interior da residência representa o universo. Nele se reúne o longínquo e o pretérito. O seu *salon* é um camarote no teatro do mundo.

[...] O interior não é apenas o universo do homem privado, mas também o seu estojo. Habitar significa deixar rastros. No interior, eles são acentuados. Colchas e cobertores, fronhas e estojos em que os objetos de uso cotidiano imprimam a sua marca são

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: paz e terra, 1988. P. 113.

imaginados em grande quantidade. Também os rastros do morador ficam impressos no interior. Daí nasce a história de detetive, que persegue esses rastros²⁰.

Benjamin não cita a família, suas digressões vão em direção ao indivíduo; por outro lado, mostra como o habitat da família burguesa a envolve. A serventia da habitação, neste caso, é muito mais do que um lugar para a família adormecer, para guardar seus pertences ou manter a ordem moral. A casa burguesa é todo um universo particular e oposto do que seria o exterior, a cidade, com seus perigos e vícios. A habitação burguesa seria onde se guarda a família, suas tradições, seus filhos, suas mulheres e o homem privado, por isso o autor usa o termo “estojo”.

O historiador Eric Hobsbawm em seu livro *A Era do Capital* também fez digressões acerca do universo da habitação burguesa; o lar seria a proteção contra as contradições e problemas de uma sociedade, que representava o mundo exterior. No interior de sua casa residia o burguês com sua mulher e filhos, subordinados a ele, e cercados de objetos luxuosos. Esse ambiente, segundo o autor, deveria manter a família numa “alegria harmoniosa e hierárquica” e separava a miséria exterior do luxo interior, o frio das ruas do calor no lar:

[...] a vida de sonho que encontrou sua expressão culminante no ritual doméstico sistematicamente criado e desenvolvido para esse fim: a celebração de Natal. A ceia de Natal (celebrada por Dickens), a árvore de Natal inventada na Alemanha, mas rapidamente aclimatada na Inglaterra, graças ao patrocínio real, a canção de Natal – mais conhecida pela *Stille Nacht* alemã – simbolizavam ao mesmo tempo o frio do mundo do lado de fora, o calor do círculo familiar do lado de dentro e o contraste entre os dois.²¹

Sobre o aspecto da família burguesa Hobsbawm captou uma contradição, a burguesia ao mesmo tempo em que era contrária a uma sociedade hierárquica, aristocrática e repleta de relações de dependências, também mantinha dentro de seu espaço privado um forte relacionamento hierárquico onde o principal líder e mantenedor era o homem de negócios, o marido²².

Embora Hobsbawm interprete alguma contradição no modelo burguês de família, com sua habitação hospedando apenas uma única família, ele vai ser a medida de habitação moralmente aceita. O amontoamento da família em cubículos, resultado de altos aluguéis e pouco dinheiro, será considerado promiscuidade, termo que além de remeter à mistura

²⁰ BENJAMIN, Walter. Paris, a capital do século XIX, in *Walter Benjamin*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, org. Kothe, Flavio; coord., Fernandes, Florestan. São Paulo: Editora Ática, 1991. Passim.

²¹ HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital*. São Paulo: paz e terra, 2011. P. 350.

²² Ibidem, p. 360.

desordenada, também se refere à relação sexual indiscriminada. Outra questão que engloba essa análise diz respeito às pessoas que fariam parte da família, o modelo de família burguês ignora a formação da família extensiva.

A distância das casas burguesas ricas e das habitações dos trabalhadores não se dava apenas pela sua composição, mas também pelo isolamento, pela separação em zonas na cidade. Sobre esse aspecto Perrot questionou o impacto que a “haussmannização” teve sobre a classe operária de Paris, num processo que expulsou essa população do centro da cidade para a periferia. Esse processo não foi bem acolhido pelos operários. Segundo a autora, para os trabalhadores importavam estar no centro da cidade, o exterior possuía maior importância que o interior. Diferentemente da burguesa com sua habitação que carregava um propósito em si de vivência, para Perrot os operários não tinham ambição por esse tipo de moradia:

Esse ordenamento periférico, porém, não passa de um complemento ou de uma alternativa desfavorável. A ambição operária se inscreve no coração das cidades. É lá, no centro de tudo, que se tem de viver e morar. Os migrantes no início do século XIX amontoam-se em torno de Notre-Dame (bairro dos Arcis), na Vila, em volta da Prefeitura onde a sinistra rua de Mortellerie (mudará de nome depois da cólera de 1832 que a dizimou) atinge densidades máximas, e no Marais. A praça de Grève e as tavernas em torno oferecem um mercado diário de empregos. E as margens do Sena são frequentadas por toda uma arraia-miúda de descarregadores e lavadeiras. Na metade do século, a organização dos Halles aumenta esse poder de atração do centro, o “ventre” de Paris.²³

A autora segue sua análise e oferece uma série de depoimentos de operários descontentes com a possibilidade de sair do centro da cidade, o que mostra os muitos motivos da população de viver no centro mesmo que em más condições habitacionais. O centro da cidade era considerado pelos operários como fonte de freguesia fácil para diversos ofícios e troca de informações, ideias, gostos e costumes com outras classes sociais.

Os depoentes operários no inquérito de 1884 são unânimes em condenar a alteração de Paris, o seu criminoso estripamento e a relegação dos operários à periferia. Eles lamentam a perda da freguesia do bairro: “Está longe o tempo em que um operário honesto, laborioso e bom conhecedor do seu ofício podia formar aos poucos uma freguesia em seu bairro”, diz o delegado dos pintores de construção. Eles lamentam a perda da mistura das classes favorável ao refinamento do gosto, “esse gosto particular

²³ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: paz e terra, 1988. Pp. 119.

que os operários parisienses adquiriam vivendo no centro da capital”. Vinte anos depois, o velho Tolain, o ex-cinzelador fundador da Internacional que se tornou Senador, protesta contra a moral adocicada dos quintais operários: “Quando os senhores expatriarem os operários para além dos muros, quando os senhores lhes derem um quintalzinho, certamente lhes será agradável cultivá-lo, aí regar as plantas, mas não é assim que eles renovarão suas ideias; é-lhes necessário o contato das belezas artísticas que lhes facilita essa criação incessante e sempre variada que faz a glória da indústria parisiense”. Não é de legumes, mas do “gosto distinto, puro e exigente das cidades” que precisam esses operários urbanos – tanto o cinzelador Tolain como o serralheiro Gilland. Do fogo criador que arde no centro das cidades prometeicas.²⁴

Enquanto Perrot focou sua análise no impacto que a reforma de Paris teve sobre os trabalhadores que habitavam o centro da cidade, Adeline Daumard, em seu livro *Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa*, enfatizou como a separação da cidade por zonas e a segregação social ocorriam já antes da “haussmannização”. Segundo a autora, Paris possuía uma divisão social e mesmo profissional de regiões:

Quanto à segregação social dos parisienses por bairro, ela foi largamente encetada pela Monarquia Censitária. Se, em todo lugar, o povoamento conservava uma larga camada popular, a Paris rica, a Paris aristocrática, a Paris burguesa do oeste já se opunha nitidamente à Paris popular, à Paris artesanal, à Paris pobre do leste.²⁵

Ainda de acordo com Daumard, mesmo que uma determinada edificação abrigasse pessoas de diferentes colocações sociais, ainda sim eram indivíduos muito próximos socialmente, e as moradias insalubres estavam ligadas apenas as classes sociais menos favorecidas.

A multiplicação de habitações insalubres foi aos poucos sendo vista como problema a ser solucionado, não apenas nas grandes cidades da Europa, como em várias cidades das Américas e nas principais cidades do Brasil entre os séculos XIX e XX.

²⁴ Ibidem, p. 120-121.

²⁵ DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985. P. 147.

Em São Paulo como em outros lugares

Em meados do século XIX a questão da habitação começou a ser discutida com mais frequência pelas autoridades técnicas e administrativas da cidade de São Paulo. Durante esse período o número de habitantes da cidade aumentava e este fato despertava a atenção das autoridades técnicas e administrativas para novos problemas. Crescimento populacional, esse antes desconhecido, incentivado pela política de imigração e a vinda de trabalhadores europeus para o país. Uma parcela significativa desses imigrantes tentava se estabelecer em São Paulo na busca de trabalho nas indústrias instaladas na cidade. Dados mais recentes do estudo de Michael Hall mostram que a população na cidade de São Paulo, em 1893, se constituía de 54,6% estrangeiros e que, mesmo após a redução do movimento migratório em 1920, a percentagem de imigrantes permanecia ainda em 35%, o que comprova a entrada de grande número de imigrantes no país²⁶.

O aumento populacional causava grandes mudanças na cidade de São Paulo e não seria prudente diminuir a relevância desses dados para a conformação da cidade, ao passo que não é possível ignorar as outras modificações que ocorriam concomitantes às imigrações. Com o adensamento populacional, as diversas formas baratas e mal estruturadas de se morar também desdobravam-se; os cortiços, por exemplo, eram muitos e se constituíam em regiões centrais da cidade de São Paulo, algumas vezes próximos a ricas habitações. Constituíam, portanto, espaços que incomodavam e principais alvos das autoridades²⁷. A maioria dessas formas de morar e viver, depois de denúncias e do relatório realizado em 1893²⁸ na região de Santa Ifigênia, foram consideradas irregulares:

²⁶ HALL, Michael M. “Imigrantes na cidade de São Paulo”, in PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo*. A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3. Passim.

²⁷ Alguns trabalhos trataram disso, como é o caso de BONDUKI. *As Origens da Habitação Social no Brasil*. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

Raquel Rolnik dedicou uma parte de sua dissertação de mestrado para citar como os cortiços eram tema de reclamações constantes nos jornais: “Sr. Redactor, trata-se de uma coisa perigosa, que me invade o cotidiano, me obrigando a conviver com ela.

Coisa infecta, fedorenta, me ameaça.

É foco, antro, ponto de onde irradiam cheiros e vozes estranhas, transmissores de doença, vício, morte. Não quero viver com isto perto de mim, tenho medo que me contamine, me mate”. ROLNIK, Raquel. *Cada um em seu lugar!* São Paulo, início da industrialização: geografia do poder. São Paulo: Dissertação de mestrado, FAU-USP, 1981, p.56.

²⁸ Refiro-me ao *Relatório da Comissão de exame e inspecção das habitações operárias e cortiços do districto de Sta. Ephigenia*, de 1893.

Na chamada *Belle Époque* paulistana, o núcleo central da cidade e suas adjacências foram as primeiras áreas a sentir as dimensões dessas transformações. Espaços e edificações desapareceram ou foram remodelados. Formas de vivência e habitação na cidade foram prescritas como ilegais/irregulares pela legislação urbano-sanitária e pelos Códigos e ações policiais²⁹.

Apesar da estrutura do cortiço ser considerada um perigo não apenas devido às suas más condições higiênicas como também por ser uma ameaça à elite que vivia por perto sem controle sob os trabalhadores, essas moradias foram soluções rápidas para o grande contingente populacional que desembarcava em São Paulo. Bonduki expressa como as autoridades viviam uma espécie de contradição entre o desejo de acabar com tais habitações e como acomodar a classe operária³⁰.

Essa contradição também aponta para outras questões, outras modificações no âmbito político, social e cultural, nas relações entre diferentes áreas, como a política, a administração pública e a ciência. Se por um lado o aumento populacional causava mudanças na cidade; por outro, as novas autoridades técnicas, profissionais enumeravam os problemas da cidade e se propunham a buscar soluções baseadas em seus saberes. Como alertou Cerasoli, as transformações ocorridas na cidade de São Paulo, entre os séculos XIX e XX, não podem ser explicadas apenas através do crescimento demográfico e espacial da cidade. Uma argumentação assim poderia simplificar o quadro bastante complexo do ponto de vista das imbricações de diversas áreas de uma cidade.

Não pressuponho, é bom lembrar, que o crescimento demográfico e espacial da cidade, bem como o incremento dos equipamentos urbanos de infraestrutura e serviços, possam ser causa das demais transformações das cidades, no campo dos conhecimentos, das políticas públicas, das relações sociais ou das sensibilidades. Tal concepção pouco contribuiria para o entendimento do processo em curso, à medida que naturaliza as transformações e explica suas consequências através de uma mera relação de causalidade pouco esclarecedora. Na verdade procuro dar relevo ao emaranhado complexo de questões que reformularam inteiramente o urbano, vinculando-o a novos saberes e experiências que lidavam com novas relações sociais, a novas práticas

²⁹ CORDEIRO, Simone Lucena. Sobre o *Relatório da Comissão de exame e inspecção das habitações operárias e cortiços do districto de Sta. Ephigenia*, de 1893. In: CORDEIRO (org.). *Os Cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização* (1893). São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2010. P. 11.

³⁰ BONDUKI. *As Origens da Habitação Social no Brasil*. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. P. 90.

cotidianas, a diferentes possibilidades políticas, ou seja, a um conjunto de novas dinâmicas urbanas que constituem a *modernidade* das cidades³¹.

É nesse quadro de novas experiências pelas quais passava a cidade de São Paulo que proponho percorrer alguns dos caminhos que, presentes nas propostas técnicas, concretizaram uma concepção habitacional e definiram um padrão para a habitação popular. O enfoque principal deste trabalho é uma reflexão sobre como profissionais envolvidos na discussão pensavam as funções sociais, culturais e também políticas da casa. A moradia planejada por esses técnicos tinha como principal serventia melhorar as condições higiênicas das habitações, mas também mostrava interesse pelo comportamento da população, seu modo de vida e de convivência familiar.

A cidade crescia e também aumentavam os pedidos de melhorias para determinadas localidades: apedregulhar ruas, elevação de pontes e pontilhões, encanamentos de água, instalação de bueiros; isso em diferentes bairros de São Paulo, como mostra uma lista de melhoramentos e livros que existe nas Atas da Câmara de 1873. Essas melhorias foram realizadas nas seguintes áreas: Freguesia da Sé, Freguesia do Brás e na Freguesia de Santa Ifigênia³².

Além, das melhorias é possível encontrar petições da população, o que remete a uma interação da população com a administração da cidade. Há análises que apontam como, nesse período, a população tinha uma participação política extremamente restrita, são análises que não englobam algumas das diversas formas de diálogo que ocorriam entre a população e a administração através de requerimentos coletivos, pedidos de serviços e edifícios públicos e alinhamento de rua. Evidente que a maioria da população não podia escolher seus representantes, mas podia usar de outros meios para conseguir pequenas intervenções na cidade.

Josianne Cerasoli em sua tese de doutorado³³ deixa claro como José Murilo de Carvalho em seus estudos sobre o Rio de Janeiro no livro *Os Bestializados*³⁴ centra a sua análise na participação marginal da população na política que se daria através de manifestações ou organizações não oficiais, como irmandades ou revoltas, explicitando o caráter excludente da

³¹ CERASOLI, Josianne F. *Modernização no plural: Obras Públicas, Tensões Sociais e Cidadania em São Paulo na Passagem do Século XIX para o XX*. Campinas, tese de doutorado/ IFCH-UNICAMP (dep. de história), 2004. P. 111. Em termos teóricos, Cerasoli faz parte de uma historiografia mais recente sobre São Paulo.

³² DIAS, Marcia Lucia Rebello Pinho. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo, 1870-1914*. São Paulo: Nobel, 1989. P. 42. A autora retirou das Atas da Câmara uma lista de Obras e Melhorias realizadas em 1873.

³³ CERASOLI, op.cit..

³⁴ CARVALHO, J.M. *Os bestializados: o RJ e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

política do período. De acordo com Cerasoli não questionar essa visão seria limitante porque através de sua pesquisa documental foi possível constatar uma participação intensa e socialmente diversificada na política. Como foi bem apontado por Cerasoli, havia algum espaço para a participação popular na política administrativa na cidade de São Paulo, mas também não se pode negar o caráter restritivo da política em fins do século XIX e início do XX.

Algumas possibilidades de inclusão nesse processo existiam, eram percebidas e utilizadas por amplos setores da população, e permitiam o emprego efetivo de elementos da própria gestão pública da cidade nas pressões dos habitantes. Suas negociações, discussões e reivindicações revelavam apropriações significativas não apenas das noções de interesse e direito, expressas na abrangência do *público*, mas também do amplo aparato de saberes norteadores das ações das autoridades municipais³⁵

A autora estudou a organização da administração municipal e entre os documentos que pesquisou encontrou muitas petições oficiais feitas pela população que envolvia desde serviços públicos até regulamentação de festas, de informações sobre a receita e as despesas da cidade até alinhamento de ruas.

Um livro que se aproxima da visão de Carvalho e condensa as experiências populares na política em atos marginais ou não oficiais é *A cidade e a lei* da arquiteta Raquel Rolnik³⁶. Segundo Cerasoli, a autora também segue a análise de Carvalho, porém feita para São Paulo com ênfase na divisão entre o cotidiano da cidade e o seu âmbito político e administrativo³⁷.

³⁵ CERASOLI, op. cit., p. 111.

³⁶ Refiro-me ao livro: ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei*. Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1997.

³⁷ CERASOLI, op. cit., p. 9-10.

Do muito já dito...

A bibliografia sobre habitação e a cidade de São Paulo caracteriza-se pela sua extensão, entretanto, foram poucos os estudos que abarcaram a questão da moradia como forma de modificar hábitos e comportamento da população de baixa-renda. Trabalhos que citaremos a seguir, como os de Margareth Rago, Marisa V. Carpintéro, Maria Auxiliadora de Decca e Telma de Barros, tentaram demonstrar como se deu o processo de moralização do trabalhador urbano, em diversas formas, espaços e tempos diferentes. Nos parágrafos que seguem há uma pequena seleção de trabalhos referentes à habitação e a indicação de como podem dialogar com a presente pesquisa. Dentre esses livros e pesquisas que foram selecionados há também um livro sobre cidade disciplinar, tópico que coincide com o que aqui se expõe sobre moradia disciplinar.

É necessário apontar a separação dessa seleção em dois blocos, no primeiro estão os trabalhos de uma socióloga e de duas historiadoras, a escolha da sequência a princípio pode parecer cronológica de acordo com o lançamento desses livros, porém essas três pesquisadoras possuem um interesse crítico diferenciado do segundo bloco, que é composto por arquitetos.

O livro *Eu não tenho onde morar*³⁸, da socióloga Eva Blay, tratou da habitação, principalmente das vilas operárias, e suas relações com o patrão e o operariado. Para isso ela usou duas fontes: a oral, com entrevistas a moradores das vilas, e os jornais anarquistas operários. De acordo com a autora, os jornais chegaram a expor as péssimas condições das casas dos trabalhadores e as implicações com relação à cobrança e o aumento dos aluguéis. Alguns jornais operários também passaram fazer reivindicações próximas ou idênticas a dos preceitos técnicos sanitários. Outros aspectos são também vistos pela socióloga tais como a configuração do ambiente industrial de São Paulo no final do XIX e início do XX e a relação entre capitalistas industriais e trabalhadores. Também foi explorada por Blay a mudança das vilas operárias no decorrer do tempo e que visões os atuais moradores têm sobre esses espaços.

Esse trabalho embora possa oferecer muitas informações, ele se distancia do presente estudo em um ponto importante. Blay não dá espaço para a voz dos especialistas e profissionais com seus saberes; esses personagens, tão presentes nas discussões habitacionais e sanitárias, não parecem terem sido escolhidos para sua pesquisa. O foco de análise de Blay está nos discursos

³⁸ BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar*: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

dos operários em seus jornais ou em entrevistas, diferentemente do que propõe essa dissertação que é dar voz aos saberes técnicos sobre a ideia habitacional.

Embora Blay tenha tratado da questão habitacional de maneira que privilegiasse os trabalhadores, há pouca menção sobre o caráter disciplinar da habitação proposta como ideal. Haveria espaço para tratar disso sendo um período em que o utilitarismo e seu caráter disciplinar predominavam nas fábricas e nas cidades também.

A historiadora Margareth Rago³⁹, do mesmo modo que Blay, utilizou como fontes os jornais operários e libertários, mas para perseguir outro objetivo: entender a configuração da cidade disciplinar que se formava com a instauração de fábricas e o aumento da zona urbana em São Paulo entre os séculos XIX e XX. O enfoque da pesquisadora foi a estipulação de normas disciplinares pelas fábricas, pelo poder público, para as casas dos trabalhadores, a saúde, a educação e a sexualidade. Também não deixou de analisar a produção cultural dos trabalhadores, a vida cotidiana nas fábricas e lares operários, enfim as experiências dos trabalhadores brasileiros no início da República e com isso o choque de ideias entre os libertários anarquistas e o novo projeto de uma sociedade burguesa.

Rago analisou o papel da mulher no Brasil da Primeira República, forçada a sua presença no lar, para cuidar da casa, dos filhos e do marido, configurando a mulher como uma excelente dona de casa, ao contrário de seu par, o homem, que deveria ser preparado para o trabalho fora do lar, para ser o patriarca da família.

A autora contrapôs essa visão da mulher com personagens, muitas delas anarquistas, que não eram como a maioria da sociedade as desejava; saíam para as ruas, trabalhavam e participavam dos movimentos de paralisação e manifestação nas fábricas, utilizavam meios de transporte públicos e dessa forma tomavam seu lugar na cidade e na vida pública.

Rago também analisou a infância e destacou como a família deveria vigia-la. Nas fábricas trabalhavam em jornadas iguais aos adultos de dez até doze horas por dia. Além da família e do trabalho a autora apontou como o discurso médico para as crianças se construía, segundo o qual a maior parte do tempo elas deveriam se ocupar com o estudo e exercícios físicos, através disso, segundo os médicos, as crianças se manteriam longe de vícios.

Para o capítulo final a autora tratou sobre desodorização da cidade, no qual apontou o caráter disciplinar das vilas operárias. Cabe ressaltar que a autora identificou não apenas as

³⁹ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1985.

normas impostas, mas como elas foram burladas pela população e como algumas estratégias para disciplinar os trabalhadores fracassaram. Resistências que obrigavam industriais a criarem meios mais eficientes para punir os que violavam o adestramento físico e moral.

A historiadora Liane Bertucci considera que o estudo feito por Rago não abrangeu algumas nuances sobre como o operariado tomaria para si as posturas oficiais e de hábitos considerados saudáveis. Segundo Bertucci, o livro de Rago demonstra apenas que os trabalhadores usavam tais posturas como táticas militantes.

A bordagem de Margareth Rago sobre a existência do operariado encara a coincidência de propósitos de trabalhadores e burgueses apenas como arma de luta, que aparece como algo ocasional ou uma “tática” militante, se obscurecendo os fios, mesmo que tênues, que ligavam as práticas dos operários às posturas “oficiais” sobre o que seria saudável, o que certamente concorria para modular a vida dos proletários com seus combates por uma saúde melhor e um mundo mais sadio.⁴⁰

Bertucci mostrou uma das possibilidades abertas pelo estudo de Rago, assim o presente estudo propõe estender a análise disciplinar feita pela historiadora Margareth Rago sobre a cidade para as questões que envolve a moradia da população pobre, e analisar a estrutura disciplinar da habitação, como a autora tendeu a analisar dessa forma a cidade.

Cerca de 10 anos depois foi editado o livro de Carpintéro⁴¹ que trata mais especificamente da atuação de técnicos e engenheiros e sua participação da discussão sobre habitação. Sendo assim é o trabalho que mais se aproxima desta pesquisa por tratar também da habitação tomada como mínima. A autora procurou esquadrihar na política administrativa do país e no meio acadêmico de São Paulo o que era pensado em termos de habitação para a população. Seu estudo oferece vasta análise sobre o *Primeiro Congresso da Habitação* de 1931, inclusive sobre o desenvolvimento de materiais de construção feito por engenheiros brasileiros.

Carpintéro também acompanhou alguns experimentos com materiais realizados na Escola Politécnica e comparou tais informações com trabalhos apresentados no *Primeiro Congresso*. Tais informações foram apresentadas para demonstrar que esses materiais se desenvolviam para solucionar um novo ideário de morar. A autora também abordou como a habitação, nos discursos das autoridades e dos engenheiros-arquitetos, apresentava-se com um caráter formador e

⁴⁰ BERTUCCI, Liane. *Impressões sobre a saúde*. A questão da saúde na imprensa operária. São Paulo – 1891/1925. Campinas, dissertação de mestrado/ IFCH-UNICAMP (dep. de história), 1992. P. 14.

⁴¹ CARPINTÉRO, Marisa Varanda. *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*. Campinas: editora da UNICAMP, 1997.

moralizador. Esses discursos se apoiavam na influência do meio na formação do indivíduo, e ainda denunciavam o espaço corruptor dos cortiços e casas insalubres. Citou também citou o silêncio dos trabalhadores nas falas dos profissionais e não deixou de questionar como habitações precárias eram vistas de maneiras muito depreciativas. Esses assuntos são centrais na presente dissertação e Carpintéro abriu as possibilidades de investigar maiores nuances sobre isso nos discursos oficiais.

Os dois estudos acima apresentados foram realizados por historiadoras e, bem circunscritos em espaço e tempo, proporcionam uma visão de vários aspectos sobre cidade e habitação. Cabe ressaltar a visão crítica das pesquisadoras que revelam muitas nuances sobre os assuntos, desde a cidade analisada como espaço normatizador até os desenvolvimentos tecnológicos que modificavam os materiais de construção e a forma de morar.

O segundo bloco de estudos a ser analisado é composto de pesquisadores arquitetos. Foi em período muito próximo do trabalho de Carpintéro que Raquel Rolnik finaliza seu trabalho, *A cidade e a lei*⁴². O enfoque deste livro é a legislação da cidade de São Paulo no final do século XIX até fins do século XX. Boa parte do trabalho se concentrou na *Postura Municipal* de 1886 e nos *Códigos Sanitários* que seguiram.

Segundo Rolnik os Códigos garantiam que boa parte das normas sobre habitação valia dentro do perímetro urbano, um espaço pequeno se comparado ao que crescia em torno desse perímetro que era chamado de zona rural, e onde não vigorava normas para construções. De acordo com a autora, isso gerava uma exceção das normas que permitia qualquer desvio desde que realizado em determinado local, criando assim divisões na cidade onde não apenas as edificações eram separadas entre as legais e as ilegais como as classes sociais também se dividiam geograficamente. A autora capta então o caráter segregacionista da cidade, onde até mesmo regras não valeriam para todos uniformemente. Porém de acordo com essa análise a dimensão disciplinar das normas é esvaziada. Rolnik busca as brechas e desvios de Códigos, contudo, não enfoca a normatização requerida pela legislação e como a sua execução implicaria no cotidiano da cidade.

O caráter segregacionista da cidade é enfatizado em todo este trabalho. A autora também discorreu sobre os espaços dos negros antes e depois da abolição, procurando definir os bairros e

⁴² ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

as ocupações. Rolnik buscou, a partir da chegada dos imigrantes, encontrar os seus territórios e suas ocupações. Este estudo indagou ainda sobre o espaço das prostitutas, bem como as suas mudanças, especialmente depois de 1940 com o confinamento de todas no bairro do Bom Retiro em um período no qual o bairro era composto por uma maioria de judeus. Segundo a autora, essa manobra das autoridades não foi desinteressada. A presença das prostitutas no Bom Retiro também vinha acompanhada de muita vigilância, o que era útil para manter o controle em uma comunidade que, segundo o governo da época, queria formar um “quisto racial”.

As inquietações propostas por Rolnik sobre como a cidade se configura social e culturalmente, apesar das demandas normativas, propõe a análise de uma cidade dinâmica e abre questionamentos sobre como as autoridades respondiam a isso através da composição de regras. A autora não se demora no caráter disciplinar da habitação; tratou deste assunto ao analisar as vilas operárias e como então se realizava o controle do patrão sobre o empregado. Esse trabalho não enfocou a habitação, tal assunto apenas perpassou pelo seu objeto central.

O arquiteto Carlos Lemos⁴³, ao contrário de Rolnik, concentrou seu trabalho nas mudanças ocorridas nas moradias depois da república no Brasil. São Paulo não teria normas específicas para edificações antes de 1886, ano da edição do *Código de Postura Municipal*. O Código trazia mais designações para casa dos trabalhadores do que para outras habitações, segundo o autor isso seria indício de que a elite e a classe média não precisariam ser regidas por tais normas. Este quadro mudaria logo depois com o *Código Sanitário* de 1894 que funcionaria para o estado de São Paulo e todos os tipos de edificações teriam normas a seguir, mesmo que, segundo Lemos, fossem padrões fáceis de serem burlados.

A pesquisa de Lemos consistiu na observação dos Códigos e suas mudanças. O livro também é composto de inúmeras plantas que passaram pela aprovação oficial do município. Foram mais de trezentos projetos consultados pelo arquiteto e seu grupo de pesquisa tendo em vista a observação das repartições das casas, mostrando certas modificações com o decorrer do tempo e também certas permanências, como é o caso das grandes varandas coloniais, espaço que acumulava muitas funções, segundo o autor, mesmo após a república; tendia-se a criar tal espaço com a mesma multifuncionalidade na zona urbana.

Seu estudo apresenta uma pesquisa vasta e nunca feita antes, como destacou Lemos, e reflete bastante a área de atuação do pesquisador, a arquitetura, porque dentre os principais

⁴³ LEMOS, Carlos A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

objetivos estão observações sobre os materiais de construção utilizados, os espaços planejados e suas dimensões, sempre aliando a isso a legislação vigente, ao passo que uma análise social e cultural não ocupou espaço de destaque nos questionamentos e conclusões.

Outro livro que enfoca o assunto habitação é da socióloga e doutora em arquitetura e urbanismo Maria Ruth Amaral Sampaio⁴⁴ e como o trabalho de Carlos Lemos, ela também se concentra na observação da arquitetura. O livro é fruto do projeto temático "Habitação Econômica e Arquitetura Moderna no Brasil - 1930/1964" e segundo a organizadora o objetivo da pesquisa seria levantar informações sobre a produção da habitação econômica coletiva, feita pela iniciativa privada, e constatar se os princípios da arquitetura moderna estiveram presentes nessa produção.

Apesar de ter trazido a análise sobre tipologias, arquitetura moderna e as modificações ocorridas na produção das habitações, o livro, tal como o de Lemos, não dá grande espaço para uma análise social ou cultural que poderia remeter para a função dessas habitações junto à população. São estudos extensos sobre arquitetura e suas observações e conclusões podem abrir inúmeras pistas para outros trabalhos.

A bibliografia aqui apresentada trouxe análises de diversos campos disciplinares sobre cidade e habitação, porém em sua maioria apenas tangencia o tema proposto no presente trabalho. A análise da habitação como meio disciplinador de mudança de comportamentos não foi largamente abordada por nenhum dos livros citados, essas obras abriram espaços para a análise e discussão sobre a habitação.

⁴⁴ SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (org.). *A promoção privada de Habitação Econômica e a Arquitetura Moderna: 1930-1964*. São Carlos, Rima: FAPESP, 2002.

Código Sanitário de 1894 e o conforto.

Embora o enfoque desse trabalho seja os saberes técnicos produzidos entre as décadas de 1930 e 1940 é importante fazer breve análise da interferência de saberes e normas técnicas na habitação que já ocorriam no final do século XIX. Poucos anos antes da proclamação da república no Brasil, foi editado, em outubro de 1886, o *Código de Posturas do Município de São Paulo*. Acompanha o Código o *Padrão Municipal de São Paulo*, com regras para o traçado das ruas e passeios, e com um capítulo inteiramente dedicado aos cortiços e às casas populares⁴⁵: área mínima, pé direito mínimo, portas e janelas, porão, além da exigência de um poço ou torneira, uma latrina e de um tanque para lavagem de roupas para cada seis habitações. Esse tipo de construção deveria se localizar fora do perímetro comercial e só poderia ser edificada com a licença da Câmara⁴⁶. Neste *Padrão Municipal* podemos observar uma iniciativa da política pública com intenção de controlar a habitação da população, como também mostra a intenção de zoneamento.

Embora a regulamentação oficial estipulasse a localização das casas operárias e cortiços fora do perímetro comercial, muitas dessas moradias ficavam próximas ou mesmo no centro da cidade. Algumas dessas edificações possuíam localizações privilegiadas; seus cômodos eram alugados e um único dormitório poderia servir de abrigo a uma família inteira. Dispor de uma dessas habitações precárias era lucrativo porque pequenos cômodos mesmo que em péssimas condições poderiam render aluguéis elevados.

As autoridades ficaram atentas a essas localidades especialmente por causa das epidemias ocorridas na segunda metade do século XIX. Os cortiços eram considerados criadouros de tais infortúnios que se alastravam para o resto da cidade. Em resposta às preocupações causadas pelas epidemias de febre amarela e o receio delas se alastrarem por todo o estado foram tomadas medidas, dentre elas, a reorganização dos serviços de saúde pública. Em 1892 foi criado o Serviço Sanitário, que respondia à Secretaria de Estado do Interior, formada pelo Conselho de Saúde Pública, encarregado dos ditames de saúde da população, e da Diretoria de Higiene, que dava suporte para a profilaxia de doenças e contenção das epidemias por meio da fiscalização de ambientes que reuniam muitas pessoas, tais como, fábricas, escolas e hospitais, também

⁴⁵ Essas edificações eram chamadas pelo documento de cortiços, casas operárias e cubículos.

⁴⁶ DIAS, Marcia Lucia Rebello Pinho. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo, 1870-1914*. São Paulo: Nobel, 1989. P. 47-49.

fiscalizava os alimentos e a água, fazendo o policiamento das cidades. Segundo Maria Alice Ribeiro, cada distrito das cidades do estado de São Paulo dispunha de delegados e fiscais sanitários⁴⁷.

Era de competência da Diretoria de Higiene o estudo das questões de saúde pública, o saneamento das localidades e das habitações e a adoção de meios para prevenir, combater e atenuar as moléstias transmissíveis, endêmicas e epidêmicas. De forma genérica, apareciam na legislação os campos de policiamento sanitário de responsabilidade da Diretoria de Higiene: a inspeção de escolas, de fábricas e oficinas, de instituições confinadoras como hospícios, prisões, asilos, quartéis e hospitais; fiscalização da alimentação, bebidas e águas minerais; fiscalização do exercício profissional de medicina e de farmácia; policiamento de cidades e vilas e de cemitérios. Para melhor dirigir sua ação de prevenção e combate às moléstias transmissíveis, coube à Diretoria a organização de estatísticas demográfico-sanitárias.

Para levar adiante o policiamento sanitário, a Diretoria fez uma divisão do trabalho; o policiamento da Capital foi dividido em oito distritos, cada um com um delegado de higiene e dois fiscais desinfetadores; a cidade de Santos foi dividida em dois distritos, com um delegado em cada distrito e quatro fiscais desinfetadores; Campinas teve a mesma organização de Santos. Para as demais cidades e vilas, foram alocados 62 delegados de higiene e 84 fiscais desinfetadores.⁴⁸

Essa é a primeira fase de uma normatização sanitarista mais sistematizada das cidades com ações que envolviam conhecimentos de engenharia e, principalmente, de medicina, área de grande peso para a definição dessas leis. Segundo Cristina Campos, que também abordou a tentativa de disciplinarização do trabalhador pelos meios legais:

Em sua fase urbana, o sanitarismo caracterizou-se pela elaboração de regulamentos [se refere aos Códigos Sanitários de 1894 e 1918], tanto para a parte física, com a definição de medidas de arruamentos, de habitações etc., como para o cotidiano na cidade, pois a nova estruturação urbana trouxe consigo novos hábitos para os habitantes⁴⁹.

Os cortiços e moradias coletivas foram alvos constantes dessas ações, apesar de tais habitações representarem uma saída para acomodar grande parte do crescente aumento populacional. Considerava-se o cortiço como algo nocivo para a cidade e foram propostas e até ensaiadas diversas possibilidades de erradicar esse tipo de moradia. Nesse quadro, os higienistas

⁴⁷ RIBEIRO, Maria A. *História sem fim...* Inventário da saúde pública São Paulo – 1880-1930. São Paulo: Unesp, 1993. P. 27.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ CAMPOS, Cristina de. *São Paulo pela lente da higiene: as propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925-1945)*. São Carlos: RiMa, 2002. P. 38.

constituíam as principais personagens, que para executar a fiscalização sanitária dispunham de autoridade para visitar domicílios e inspecionar as condições das habitações. O principal argumento contra o cortiço sempre remetia às suas péssimas condições higiênicas o que levava autoridades a concluir lá existirem as causas das epidemias. Poucas latrinas para muitas pessoas, terrenos alagadiços, concentração de muitas pessoas em pequenos cômodos, dormitórios sem ventilação ou insolação, edificações danificadas e sem manutenção, entre outros problemas apontados pelas autoridades.

Além do possível foco de doenças, os cortiços no fim do século XIX geralmente se localizavam no centro da cidade, e alguns muito próximos a habitações de classe média e alta. Não se descarta a hipótese de haver a intenção de eliminar tais habitações dessas áreas e melhorar o aspecto estético da cidade, apesar da principal justificativa ser a melhoria da condição higiênica, ou ser o início das estratégias de segregação espacial que mantiveram a classe pobre em áreas diferentes da classe alta.

Simone Cordeiro em seu texto sobre o *Relatório da Comissão de exame e inspecção das habitações operárias e cortiços do districto de Sta. Ephigenia* deixou claro como a parte central da cidade foi alvo da reformulação espacial desejada pelas autoridades, e como o melhoramento estético de uma região poderia estar também vinculado à seleção de pessoas que teriam o acesso para aquela localidade.

Lendo o *Relatório* é possível estudar as condições e as técnicas urbano-sanitárias bem como a escala espacial das ações apresentadas pelo poder público naquela ocasião. O documento também possibilita acompanhar os propósitos mais amplos sobre a cidade que se desejava constituir e/ou remodelar na virada do século XIX para o XX, permitindo apreender aqueles que deveriam ser os moradores da cidade, pelo menos em sua área central e arredores, e os que estavam à frente do poder público no período. Transparecem assim agentes, discursos e projetos, auxiliando a percepção das discussões e iniciativas urbanísticas na época⁵⁰.

O *Relatório* de 1893 a que se refere Cordeiro diz respeito à região de Santa Efigênia e consistiu na primeira e única localidade onde realizaram uma análise tão sistemática, além de propostas de intervenção completa para melhorias sanitárias e higiênicas. Importante destacar que a preocupação com as epidemias foi o que impulsionou as autoridades a mapear e descrever as

⁵⁰ CORDEIRO, Simone Lucena. Sobre o *Relatório da Comissão de exame e inspecção das habitações operárias e cortiços do districto de Sta. Ephigenia*, de 1893. In: CORDEIRO (org.). *Os Cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização* (1893). São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2010. P. 13.

habitações populares, sem isso não haveria tantos registros sobre tais edificações em São Paulo. A maioria dos outros relatos descrevem áreas bem cuidadas da cidade e habitações luxuosas, áreas que haviam sofrido reformas e formavam as imagens positivas das cidades.

O *Relatório* finalizado e na sequência, em 1894, foi decretado pelo estado o *Código Sanitário*, no qual, muitos dos artigos lá descritos dialogam com os dados recolhidos no *Relatório* e expressam a mesma marca de preceitos higienistas. O *Código* possui disposições sobre arruamentos, espaços públicos, como jardins, praças, mercados e açougues, edifícios de uso coletivo como escolas, hospitais e prisões, trata também de habitações em geral, hotéis e casas de pensão, habitações das classes pobres e habitações insalubres.

Também apresenta posição bastante objetiva e detalhada sobre as moradias, a normatização, tanto das dimensões de cada espaço e sua utilização, como de ordem sanitária, como a definição de melhores instalações para distribuição e escoamento de água e de tratamento do solo para a construção. Essas propostas, à primeira vista não mencionam inquietações sobre o comportamento e a moralidade dos cidadãos. Bresciani aponta, em artigo referente ao *Relatório* de 1893, o tom mais técnico do primeiro Código republicano, em nítida diferença de posição ao de 1886, no qual se propunha diretamente normatizar hábitos pessoais:

Desaparecem as normas para os cuidados com os criados, amas de leite e cocheiros, com o sossego público e sobre injúrias e ofensas à moral, mas surgem 76 artigos no capítulo II dedicado às “Habitações em geral”, dos quais 11 traduzem preceitos sobre o tratamento do solo anteriormente à construção e 16 artigos especificam as normas para o recobrimento do chão e paredes e os tipos de equipamentos destinados às latrinas⁵¹.

Aparentemente essas medidas normatizam muito mais o espaço do indivíduo do que o seu comportamento, porém a modificação do espaço pode conferir aos indivíduos novos hábitos. O *Código* de 1894 por colocar muitas especificações em relação às construções também converge para a modificação de determinados comportamentos, há que se desenvolver mais essa questão demonstrando de que maneira isso ocorre.

Primeiramente cabe ressaltar que tanto o *Código* como o *Relatório* de Santa Ifigênia trouxeram muitas observações de aspecto sanitário como a falta de latrinas e torneiras para o número de moradores dos cortiços, os dormitórios carentes de ventilação e insolação, o mau tratamento do solo para a construção dessas habitações. O capítulo III do *Relatório* tentou definir

⁵¹ BRESCIANI, Maria Stella. “Sanitarismo e configuração do espaço” In: CORDEIRO, ibidem, p. 22.

as diversas formas de morar em cortiços, casinhas e hotel-cortiço, e da série de problemas que apontou é possível resumir os principais em:

- 1º pela má qualidade e impropriedade das construções;
- 2º pela falta de capacidade e má distribuição dos aposentos, quase sempre sem luz e sem a necessária ventilação.
- 3º pela carência de prévio saneamento do terreno onde se acham construídos;
- 4º finalmente pelo desprezo das mais comensais regras de higiene doméstica⁵².

O quarto ponto chama atenção, a higiene doméstica está diretamente ligada aos hábitos do indivíduo em relação ao habitat, a preocupação da higiene doméstica não aparece apenas nesse ponto, há uma citação que explica a diferença de asseio das habitações pelas nacionalidades. Questão vigente no período em que a imigração era subsidiada pelo governo e se discutia qual o melhor trabalhador para o Brasil, levando em conta estereótipos nacionais e proposições do racismo científico:

O soalho jamais se lava, com exceção daquelas habitações ocupadas por famílias alemãs, ou de gente do norte da Europa, onde o asseio é quase sempre irrepreensível. A crosta de lama que o encobre não deixa reconhecer a madeira, e o todo se mostra sob um aspecto nojento e insalubre⁵³.

Os profissionais⁵⁴ apontam com ênfase a falta de higiene, esse enfoque na questão da limpeza demonstra caráter disciplinador também nesse estudo sobre cortiços. Não por acaso, no *Código* de 1894 muitas das disposições dizem respeito a materiais que devem ser usados para facilitar a higiene, principalmente em determinados cômodos da casa. A utilização de materiais impermeáveis para revestimento da cozinha e dos banheiros era considerada primordial para não causar a infiltração de água nas paredes, assoalhos e aparelhos, além disso, caberia ressaltar a propriedade desses materiais em facilitar e manter esses cômodos limpos, a umidade e a sujeira seriam retiradas com maior facilidade das superfícies. No capítulo dois que trata das habitações em geral há diversos artigos que deixam claro esse posicionamento:

Art. 50 – As cozinhas deverão ter o solo revestido de camada lisa e impermeável, devendo ser também impermeáveis as paredes até 1,50m, pelo menos, acima do chão. Deverão ser bem ventiladas e convenientemente iluminadas.

⁵² GAMA, Luiz C. do Amaral, SAMPAIO, Theodoro, ESPINHEIRA, Candido, VASCONCELOS, Cunha e MACHADO, Marcondes. *Relatório apresentado Dr. Cesario Motta Junior, Secretario dos Negocios do Interior*. In: CORDEIRO (org.), op. cit.. P. 100-101.

⁵³ Ibidem, p. 99.

⁵⁴ Equipe do Relatório formada por três médicos: Candido Espinheira, Cunha Vasconcellos, Marcondes Machado e dois: engenheiros Luiz Cesar do Amaral Gama e Theodoro Sampaio.

Art. 51 – A bacia de aguas servidas deverá ser feita com material impermeável de superfície lisa e sem guarnições de madeira.

Art.58 – O chão do gabinete da latrina deverá ter revestimento impermeável, prolongando-se a impermeabilidade até a altura de 1,50m.

Art. 60 – A bacia ou receptaculo das latrinas devera ser de material impermeável, solido, polido interiormente, sem relevos nem ornatos. Os aparelhos munidos de fundos móveis e válvulas deverão ser condemnados nas habitações a construir de ora em diante.

Art. 61 – A instalação dos aparelhos deverá ser tal que a bacia e o syphão possam ser constante e rigorosamente limpos e desinfectados interna e externamente.⁵⁵

Mesmo os aparelhos, como a bacia e o sifão, deveriam ser pensados de maneira a que as suas instalações não atrapalhassem a limpeza. Portanto, não há artigo que condene a sujeira, há sim uma série de recomendações para a construção e acabamento da casa que servem para facilitar a limpeza, o artigo 61 deixa assim explícito. O capítulo dois serve de base para todas as outras construções e, por isso, é citado como regra em outros capítulos sobre edificações de uso coletivo como hospitais, prisões, escolas, fábricas, hotéis, casas de pensão e no capítulo especialmente destinado às habitações das classes pobres.

Os profissionais também se incomodavam muito com o que chamavam promiscuidade, a grande quantidade de pessoas num cômodo, no *Relatório* não se discutiu relacionamentos impróprios e não houve menção direta sobre a mistura de idade e sexo nos cômodos de cortiços, por outro lado a palavra, promiscuidade, aparece para dar o tom um tanto moralizante no discurso. Explicitamente é possível observar o discurso médico com as proposições de quartos ventilados e arejados que deviam acomodar determinado número de pessoas.

A ultima epidemia, apenas dominada em Junho ultimo, poz em evidencia os dous seguintes factos:

[...]

2º A população operaria pagou o maior tributo, por isso mesmo que as suas condições de vida impellem-n'a a accumular-se onde encontra mais facilidade de viver, e essa facilidade só a obtem com sacrificio da saude⁵⁶.

⁵⁵ SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 233, de 2 de março de 1894, de 2 de março de 1894. Esse decreto cria o Código Sanitário. CORDEIRO(org.), op. cit.. P. 188.

⁵⁶ GAMA, Luiz C. do Amaral, SAMPAIO, Theodoro, ESPINHEIRA, Candido, VASCONCELOS, Cunha e MACHADO, Marcondes. *Relatório apresentado Dr. Cesario Motta Junior, Secretario dos Negocios do Interior*. In: CORDEIRO (org.), op. cit., p. 93.

No excerto acima há um evidente apelo para a sensibilização do problema habitacional e o agrupamento de muitas pessoas em espaços que colocariam em risco a saúde. O *Código* de 1894 não deixou essa questão de fora; estipulou, como medida disciplinar, a metragem para cada pessoa nos quartos, o que logicamente limitava a quantidade de pessoas por cômodo evitando a aglomeração, considerada por essas autoridades a causa da promiscuidade, especialmente em habitações menores ou cortiços. “Art. 47 – Não devem ser permitidos nas habitações aposentos de dormir, tendo menos de 14 metros cúbicos livres para cada indivíduo”⁵⁷. A família não é citada, a imoralidade tampouco, mas essa disposição normativa levava a limitação do número de pessoas permitidas no dormitório.

Além de usar as palavras “repulsivas” e “promiscuidade” para descrever os cortiços, a equipe do *Relatório* de 1893 também se refere à estética dessas habitações, relacionando quadros de mau gosto nas paredes e móveis dispostos de forma desagradável⁵⁸.

Outro aspecto interessante do *Código* de 1894 é o fato dele possuir um capítulo dedicado às habitações insalubres. Nesse capítulo definiam-se as características de uma casa insalubre e dentre os tópicos, há os que se referem a cômodos mal arejados abrigando grande número de pessoas, ao abastecimento de água insuficiente, a exigência de encanamentos de distribuição de água separados da canalização de esgoto e os que referem ao cotidiano de limpeza doméstica. A habitação na qual se registrasse falta de higiene no seu interior e acúmulo de lixo nos quintais, seria considerada insalubre e estaria sujeita a condenações.

Art. 147 – Se a habitação for saneável urge providenciar para que desapareçam as causas da insalubridade.

Art. 148 – Quando o saneamento for impossível deverá ser condenado o imóvel e a demolição ou interdito é medida que se impõe⁵⁹.

O *Código* também traz um capítulo sobre habitações coletivas e outro sobre habitações das classes pobres. Uma das regras estipuladas refere-se às habitações coletivas, como as vilas operárias a serem construídas fora do aglomerado urbano. Isto se dava pelo receio do contágio de

⁵⁷ SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 233, de 2 de março de 1894, de 2 de março de 1894. Cria o Código Sanitário. In: CORDEIRO (org.), op. cit., p. 188.

⁵⁸ Interessa apontar isso porque, segundo Raquel Rolnik, nos jornais o cortiço era alvo constante de protestos. O discurso dos reclamantes e o relatado desses médicos e engenheiros se pareciam, o que pode demonstrar um discurso uníssono daqueles que consideravam o cortiço oposto da habitação desejável. ROLNIK, Raquel. *Cada um em seu lugar!* São Paulo, início da industrialização: geografia do poder. São Paulo: Dissertação de mestrado, FAU-USP, 1981, p.56.

⁵⁹ SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 233, de 2 de março de 1894, de 2 de março de 1894. Cria o Código Sanitário. In: CORDEIRO (org.), op. cit., p. 195.

doenças e novas epidemias, porém essa decisão também aponta para certo esboço de zoneamento da cidade, que não apenas divide tipos de moradias como as classes sociais.

Além dessas questões, o *Código Sanitário* de 1894 traz normas para escoamento de esgoto e distribuição de água, preparo do terreno para as construções, medidas necessárias para as edificações se manterem ventiladas e iluminadas. Segundo o *Código* deveria haver um mínimo de metros cúbicos para cada pessoa num dormitório, o que evitaria o acúmulo de pessoas nesses aposentos: “Art. 47 – Não deverão ser permitidos nas habitações aposentos de dormir, tendo menos de 14 metros cubicos livres para cada individuo”⁶⁰.

Os artigos 74, 75 e 89 propõem como deveriam ser realizados os escoamentos e distribuição de água; há ressalvas com relação à distribuição e, como era de se prever, ao não haver distribuição para todos, seria permitida a construção de cisternas e poços. Os encanamentos para drenagem da água das casas não deveriam ter ligação direta com o esgoto. A principal preocupação consistia em fazer fluir águas limpas para dentro das casas, facilitando a limpeza do espaço físico e o asseio pessoal; fluir as águas usadas para fora da casa e fora do perímetro das residências.

Art. 74 – Os encanamentos das aguas servidas de cosinha, banheiros e lavatorios deverão ser separados do dos esgottos por meio de interceptor hydraulico.

Art. 75 – Os encanamentos de esgottos não poderão em caso algum communicar directamente com os drenos das habitações.

[...]

Art. 89 – Nas localidades onde não houver agua nascente potavel e canalisada, deverão ser permittidas cisternas ou poços.⁶¹

Os artigos do *Código* parecem dialogar apenas diretamente com o conhecimento sanitário e se distanciar do policiamento comportamental; a dimensão técnica está claramente dada no texto do *Código*, porém a mudança de comportamento da população para se adequar aos novos preceitos seria um caso a parte, a começar pela necessidade das alterações previstas nas edificações. Cesarolli, em sua tese, deixa claro o embate entre moradores e os profissionais governantes, que recorriam legalmente contra intimações de demolições de cortiços⁶².

⁶⁰ Ibidem, p. 188.

⁶¹ Ibidem, p. 190-191.

⁶² “As mobilizações relativas a alinhamentos e demolições chamam atenção por provocar embates veementes acerca da adequação da legislação sobre a cidade e do seu espaço. Indicam como os habitantes se apropriam juridicamente do espaço – físico, social, legal – e fazem dos saberes dos *especialistas da cidade* seu instrumento de luta a favor de suas posições. Isso ocorre, por exemplo, nos casos do uso de direitos legais para questionar intimações de demolição de cortiços, nos quais os moradores apelam para os mesmos dispositivos utilizados pelo poder público para garantir

Embora pudesse haver confrontos, se implantadas as normas do *Código*, pode-se inferir que existiria consequentemente maior conforto nas moradias. Além dos equipamentos sanitários de esgoto e distribuição de água, a população desfrutaria de mais espaço nos cômodos através da maior separação dos corpos e cozinhas, banheiros ou latrinas seriam mais fáceis de utilizar e limpar. Se estas proposições fossem aplicadas corretamente haveriam modificações também nos hábitos, com a manutenção da limpeza tanto do espaço como no asseio íntimo e a possibilidade de manter maior privacidade nos quartos. Há nessas modificações a melhora na qualidade das habitações, que passariam a oferecer algum conforto onde antes havia sujeira, mal cheiro e aglomeração de pessoas:

O que visa o conforto que se deseja instalar na vida do pobre, melhorando suas condições de moradia, é reverter esta dupla tendência. Dito de outra maneira reverter o sentido das linhas curvas materiais que, no seu ambiente, são como ladeiras onde ele se deixa escorregar para certas satisfações corporais; fazer com que a procura por estas satisfações passe por objetos que oferecem um domínio sobre sua vida, de modo que torna-se possível controla-la por meio destes. O conforto é destinado a reformar a economia do bem-estar, não proibindo, nem reprimindo, mas substituindo um modo de satisfação corporal cujos instrumentos e efeitos eram incontroláveis, por um bem-estar cujos meios de produção e os efeitos possam ser controlados e utilizados.⁶³

Estas medidas enfim trazem ao cotidiano da população mudanças de comportamentos que podem ser facilmente aceitas, é então outra forma de controle comportamental, não mais proibitiva, tornam o espaço e os equipamentos domésticos reguladores de novos hábitos.

condutas e direitos legalmente estabelecidos”. CERASOLI, Josianne F. *Modernização no plural: Livros Públicas, Tensões Sociais e Cidadania em São Paulo na Passagem do Século XIX para o XX*. Campinas, tese de doutorado/ IFCH-UNICAMP (dep. de história), 200. P. 175.

⁶³ BEGUIN, F. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaço & Debates* (Cidade e História), São Paulo, 34, p. 39-54, 1981. P. 47.

2. Defesa da habitação e a ofensiva aos cortiços

Antes de nos determos nos discursos em torno da habitação ideal para os engenheiros, assistentes sociais e especialistas em geral, seria interessante refletir sobre o que representava, para essas autoridades, o oposto de habitação salubre. Ou seja: como eles definiam os cortiços, casas de cômodo e casebres, e principalmente como eram descritas essas formas de habitação, qual a carga subjetiva e negativa contida nesses discursos. Para essa análise será interessante usar determinada teoria que seja capaz de captar a dimensão sensível desses discursos. Dessa forma será possível compreender como tais posições nos discursos das autoridades funcionaram como base para a estigmatização do espaço de vivência dos moradores de cortiços como também para todo o resto da população.

A pesquisa da dimensão sensível de questões políticas e sociais, na esteira de Pierre Ansart, demanda alguns cuidados metodológicos. A documentação utilizada por vezes não expõe o objeto em si, mas passa muito próximo dele e apresenta os “sintomas” do que é buscado pelo pesquisador. Segundo Ansart, os principais documentos para investigar tal questão são aqueles ligados aos costumes, e a análise dos discursos e da linguagem pode apresentar algumas pistas. Exemplos disto são linguajar depreciativas, imagens caricatas e perversas utilizadas na religião, numa conversa de família ou na literatura, em suma - formas de discurso que possam causar ressentimentos⁶⁴.

O historiador tem, também, a obrigação de estudar as linguagens, os modos de comunicação e transformá-los em sintomas: as distâncias alimentadas pela incompreensão recíproca das línguas, pelas imagens depreciativas nos contos ou nas brincadeiras familiares, nas representações agressivas veiculadas pelas religiões. E, no final de todo este trabalho, será preciso ainda mostrar como estes costumes, estas atitudes, estas linguagens articulam-se para embasar ressentimentos, e eventualmente,

⁶⁴ Ansart cita muitas observações sobre ressentimento no texto apresentado, são cinco precisões baseadas nos discursos de alguns filósofos, como Nietzsche e Scheler. De acordo com as cinco observações apresentadas: não se pode tratar de ressentimento no singular e não existe um ressentimento com dimensões universais; ressentimentos têm intensidades variáveis não há uma hostilidade igual a todos; ressentimentos realçam ideologias, imaginários e crenças; indivíduos e grupos específicos têm um papel importante como incitadores de ressentimentos; as consequências dos ressentimentos sobre os comportamentos dos indivíduos. ANSART, Pierre. “História e Memória dos Ressentimentos”. In BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. P. 19-21.

permitir que se atravessasse a distância entre este ressentimento e a violência aprovada e encorajada⁶⁵.

O enfoque de Ansart são discursos religiosos e de líderes políticos, que dentre seus temas apresentam insatisfações e ressentimentos reunidos formando uma gama de argumentações para a atração de fiéis ou eleitores com os mesmos sentimentos, como colocado pelo autor. O autor trabalha com a mobilização de ressentimentos nos campos político e religioso como forma de argumentação sedutora, para isso ele analisa a tensão produzida por adjetivos, imagens e outras formas de argumentação nos discursos.

Com base nisto proponho pensar que a mobilização de sentimentos pode fazer parte de outras formas de discursos, como os textos de saberes especializados de engenheiros, arquitetos e médicos que tratem do tema das habitações.

Um aspecto sensível do discurso sobre habitação

Em um trecho do *Relatório da Comissão de exame e inspecção das habitações operárias e cortiços do districto de Sta. Ephigenia* de 1893, podemos perceber, principalmente através do uso de adjetivos, como um discurso técnico pode produzir sentimentos:

[...] é preciso cuidar da *unidade urbana* a habitação, não já da habitação privada, mas daquela onde se accumula a classe pobre, a estalagem onde pullula a população operária, o *cortiço* como vulgarmente se chamam essas construcções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas, onde as forças vivas de trabalho se ajuntam em desmedida, fustigadas pela dificuldade de viver numa quasi promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a hygiene repelle⁶⁶

Esse trecho dramático expõe o posicionamento do governo em relação aos cortiços, morada de trabalhadores no final do século XIX. Primeiramente os especialistas usaram termos como “acumular” e “pulular” para designar o agrupamento dos trabalhadores nos cortiços, denotando como era desordenado e adensado. A imagem das moradas precárias foi então atrelada a adjetivos como “acanhadas” e “repulsivas”, explicito que a repulsa é um sentimento de rejeição bastante intenso. Logo em seguida descreveu os moradores como “fustigados pela

⁶⁵ Ibidem, p. 29.

⁶⁶ GAMA, Luiz C. do Amaral, SAMPAIO, Theodoro, ESPINHEIRA, Candido, VASCONCELOS, Cunha e MACHADO, Marcondes. *Relatório apresentado Dr. Cesario Motta Junior, Secretario dos Negocios do Interior*. In: CORDEIRO (org.). *Os Cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização* (1893). São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2010. P. 100-101.

dificuldade de viver numa quasi promiscuidade”. Portanto, de acordo com a descrição, essas formas de habitar eram sujas e expunham o trabalhador à promiscuidade, causando grande sofrimento. Uma descrição como essa está conectada a alguns pressupostos que concebem os cortiços como criadores de epidemias e a certo receio de que poderiam gerar uma convivência mais estreita entre os mais pobres resultando numa união contra as elites, em um levante popular.

Foi também usado o termo “cortiço” que, segundo os técnicos, já estava vulgarizado para designar uma forma de habitação. Sandra Jatahy Pesavento, no seu verbete sobre a palavra “cortiço”, explicou como no final do século XIX o termo era uma forma de estigma social e que os seus habitantes eram considerados pessoas de má fama, vivendo na promiscuidade, na sujeira e na imoralidade. Isso demonstra que a utilização da palavra imediatamente evoca uma série de ideias preconcebidas sobre o cortiço e seus moradores:

*“À la fin du XIX^e siècle, le mot cortiço faisait partie du vocabulaire de la stigmatisation sociale. Les habitants des cortiços étaient considérés comme des gens de mauvaise réputation et aux mœurs douteuses qui vivaient dans la promiscuité, sans hygiène et sans morale”*⁶⁷.

A indicação da habitação insalubre, nesse excerto, parece ultrapassar questões puramente científicas ao anunciar um sentimento de repulsa e grande sofrimento como consequência para aqueles que habitam os cortiços. Se há reações sensíveis como essas em textos oficiais contra aquelas moradias, a população que observava de fora as péssimas condições habitacionais tinha igual ou mais aberta reação contra aqueles espaços:

Moradores da Rua Veridiana e Canuto do Val pedem a V. Excia que obtenha do Sr. Secretário da Justiça providência contra um bando de desocupados que transformou as referidas ruas, especialmente a segunda, em campo de football, atormentando as famílias durante quasi todo o dia com gritos atordoadores e atos imorais. Um cortiço ali instalado tornou a rua um antro de sujeira e vagabundagem. Como testemunho, Sr. Redactor, estão as paredes das casas que offerecem aos olhos dos transeuntes, um horrível quadro de imoralidades.⁶⁸

Essa é uma reclamação encontrada no jornal *Estado de S. Paulo* de 1914. Ela apresentou três adjetivos, “imorais”, “sujos” e “vagabundos”, que se dirigem especificamente para os

⁶⁷ “No final do século XIX a palavra cortiço fazia parte do vocabulário de estigma social. Os habitantes de cortiços eram considerados pessoas de má reputação e moral duvidosa que viviam na promiscuidade sem higiene e sem moral” (Minha tradução). PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Cortiço” in: TOPALOV, Christian; LILLE, Laurent Coudroy; DEPAULE, Jean-Charles e MARIN, Brigitte. *L’Aventure des Mots de la Ville. À travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris: Robert Laffont, 2010. Pp. 388.

⁶⁸ “Queixas e Reclamações”, *Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 mai. de 1914.

habitantes do cortiço. A queixa de início aparenta ser contra alguns barulhos, e logo aponta como causa o cortiço e o comportamento de seus moradores. Em 1915, o mesmo jornal recebeu outra reclamação sugerindo que essa forma de habitar e seus moradores fossem colocados na periferia da cidade porque eles não teriam hábitos “civilizados”.

Um leitor do “Estado”, morador à rua das Palmeiras, escreve-nos sobre a necessidade de relegar para pontos extremos da cidade os cortiços que ainda se encontram entre as grandes habitações.

Os moradores desses cortiços não se amoldam aos hábitos da nossa civilização. Incapazes de viver no interior de seus lares, vêm para as soleiras das portas em trajes impróprios, tomam os passeios, proferem palavras que a moral condena e são enfim specimens sociais que não podem, aos olhos de estranhos, lisonjear toda a série de conquistas que com tanto sacrifício temos feito no terreno do progresso e adiantamento da cidade.⁶⁹

Nessa última queixa, a preocupação maior é o comportamento das pessoas, não há qualquer indício de problemas com as instalações sanitárias. Sobre os hábitos dos moradores de cortiço muito foi falado, especificamente sobre a promiscuidade, termo que evoca tanto a reunião desordenada de pessoas como comportamento sexual indiscriminado. O engenheiro Everardo Backheuser, ao escrever um relatório em 1906, apontou como a reforma de Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro deixou uma parte da população sem moradia devido às demolições de cortiços. Em sua descrição dos cortiços, numa tentativa de denúncia, colocou como a casa de cômodos seria um ambiente promíscuo:

É assim reunida, agglomerada, essa gente – trabalhadores, carroceiros, homens ao ganho, catraeiros, caixeiros de bodega, lavadeiras, costureiras de baixa freguezia, mulheres de vida reles, entopem “as casas de commodos”, velhos casarões de muitos andares, divididos e subdivididos por um sem numero de tapumes de madeira, até nos vãos de telhados, entre a cobertura carcomida e o forro carunchoso. Às vezes, nem as divisões de madeira; nada mais que sacco de aniagem estendidos verticalmente em septos, permitindo quasi a vida em commum, em uma promiscuidade de horrorizar. A existencia é ahi, como se póde imaginar, detestavel.⁷⁰

A promiscuidade e com ela o receio da dissolução da família é outro tema presente sobre os cortiços, indicativo de que esses especialistas acreditavam que o ambiente seria formador do

⁶⁹ “Queixas e Reclamações”, *Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 jan.. de 1915.

⁷⁰ BACKHEUSER, Everardo. “Relatorio apresentado ao dr. J. J. Seabra Ministro da Justiça e Negocios Interiores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. P. 108.

comportamento humano, ou seja, o ambiente sujo e lotado não seria bom para se moldar hábitos e costumes.

Em 1918, o então diretor de Obras e Viação Municipal de São Paulo, Victor da Silva Freire, escreveu longo trabalho sobre códigos sanitários e posturas municipais. Uma questão central em sua argumentação foi a diminuição de exigências para construções com o intuito de baratear o custo das construções. Como um exemplo, o tamanho do pé-direito exigido na legislação brasileira era muito alto, e poderia ser menor sem interferir na salubridade da moradia. A preocupação era justamente encontrar uma saída para que uma maior parcela da população tivesse acesso à moradia de qualidade através da diminuição do custo da construção. Nas primeiras páginas deste seu trabalho, Freire coloca o porquê desta preocupação ao descrever como seria a moradia dos trabalhadores e como isso causaria uma perda para a “capacidade de produção da sociedade”, ou seja, como moradias insalubres colaboravam para o enfraquecimento da mão-de-obra:

Essa vida em comunidade acarreta, por seu lado, inconvenientes desconhecidos ao estado de disseminação, Inconvenientes que apresentam gamma variadissima e que se estendem desde o enfraquecimento directo das condições de resistencia do organismo “individual” até á ameaça, na ordem moral, de dissolução da propria “familia”.⁷¹

Como podemos perceber, a promiscuidade relacionada ao ambiente dos cortiços era recorrente nos discursos dos profissionais, e assim se arrastaria até 1931, quando ocorre o *Primeiro Congresso de Habitação*. Na sessão inaugural do evento o engenheiro Alexandre Albuquerque profere a seguinte frase: “*Da vida promiscua em cortiços sahe um corço de pervertidos, de delinquentes, cortejado por molestias terriveis.*”⁷² Promiscuidade, imoralidade, delinquência, sujeira, doenças, e até a morte poderiam ser causadas por lugares como os cortiços e frequentemente, nos discursos, esses termos aparecem associados a espaços onde a classe operária e pobre habita, habitações insalubres que devem, por isso, ter seu fim.

Cabe ressaltar que os autores de tais textos não fazem parte de uma classe com baixo poder aquisitivo. São profissionais da primeira metade do século XX da capital paulista, a elite profissionalizada que circulava por cargos públicos - de modo que há uma evidente diferença cultural e social. Este é o perfil dos autores apresentados aqui, como Alexandre Albuquerque, que

⁷¹ FREIRE, Victor da Silva. “Codigos Sanitarios e Posturas Municipaes sobre Habitações”. In: *Boletim do Insituto de Engenharia*. São Paulo, n. 3, pp. 231, 1918.

⁷² ALBUQUERQUE, Alexandre. “Sessão Inaugural”. In: *Primeiro Congresso de Habitação*. São Paulo: Publicação official, 1931. P. 22.

se formou engenheiro-arquiteto civil em 1905, e que, como projetista e construtor, realizou projetos de muitas residências e edifícios como o Hotel Terminus e o Hotel Rex na cidade de São Paulo e além de ter uma ativa participação na Escola Politécnica como professor⁷³. Tais profissionais discutem o modo de vida da população pobre, imputando a ela características e ideias preconcebidas bastante controversas.

Os discursos apresentados parecem ter uma carga negativa e em oposição ao que seria bom, a casa higiênica, unifamiliar e por isso formadora de bons costumes, protegendo a família dos vícios que a promiscuidade poderia trazer. Ansart, em um artigo intitulado “*Les passions politiques*”, descreve como palavras e imagens são ordenadas em sistemas de significados de acordo com a coerência do sistema ideológico que as usa, sistema esse de significados que pode ser reduzido em um esquema de oposição a um polo maléfico. São esquemas simples construídos por oposição, uma causa boa e uma causa ruim, e isto, segundo Ansart, propicia projeções apaixonadas, ou seja, intensamente emocionais.

Ces mots et ces images sont ordonnés en des systèmes de significations qui comportent leur cohérence comme on le voit clairement dans les systèmes idéologiques (le libéralisme, le socialisme, le communisme). Ces systèmes de significations qui donnent lieu à des remaniements incessants peuvent néanmoins, en des versions différentes, se réduire à un schéma simple où s'affrontent, dans une logique d'opposition, un pôle maléfique. Le déroulement même des joutes électorales reproduit ce schéma simple et conduit à une construction par opposition incitant chacun à définir une bonne et une mauvaise cause. Si pacifiques soient-elles, ces joutes mettent en place des oppositions simples propices aux projections passionnelles.⁷⁴

No caso dos discursos até então apresentados, a causa ruim, ou o polo negativo, certamente é o cortiço, alvo de ataques apaixonados repletos de imagens e adjetivos que procuram causar emoções ao interlocutor, na tentativa de aliciá-lo contra esse espaço.

Cabe também ressaltar que para os engenheiros, médicos, profissionais, ou autoridades em geral que discutiam o tema, os cortiços representavam algo nocivo e não deveriam ser

⁷³ FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli*. Ensino e profissão em São Paulo. Edusp: São Paulo, 2005. P. 99-113.

⁷⁴ “Estas palavras e imagens são ordenadas em sistemas de significados que incluem sua coerência como visto claramente nos sistemas ideológicos (liberalismo, socialismo, comunismo). Estes sistemas de significados que dão origem a alterações constantes podem, no entanto, em diferentes versões, serem reduzidos a um esquema simples que contribuem numa lógica de oposição, um pólo de má índole. A conduta das disputas eleitorais reproduz esse padrão simples e leva a uma construção por oposição incentivando a todos a definir boas ou más causas. Mesmo sendo pacíficos, esses jogos configuram um lugar de simples oposições propiciando projeções apaixonadas.” (Minha tradução). ANSART, Pierre. “*Les passions politiques*” in: *Encyclopaedia universalis. symposium. les enjeux*. volume 2. Paris: Encyclopaedia Universalis, 1994. P. 1252-1258.

tolerados, e que para que toda a população vivesse bem teria de morar em casas unifamiliares próprias. Isso porque os apontamentos negativos feitos sobre os cortiços e as pessoas que lá viviam referiam-se ainda a um teor patológico, porque eram lugares considerados disseminadores de doenças.

A habitação como propriedade pode representar o fruto do homem perfeitamente integrado na sociedade capitalista por ser proprietário e manter a família segura garantindo seu espaço privado. Ao contrário da simples ideia na qual a moradia serviria apenas para proteção dos residentes e de seus pertences, apenas um alojamento, concepção esta que teria seu objetivo cumprido somente com algumas paredes e portas.

Em muitos momentos as moradias insalubres eram descritas com certa aversão por profissionais e autoridade técnicas. Deixando de lado a objetividade que o técnico deveria ter, o próximo trecho, presente em um dos trabalhos da *Jornada de Habitação Econômica*, deixa claro como apenas o termo “cortiço” geraria sensações e sentimentos como repugnância e compaixão:

Cortiço! A palavra parece mágica, produzindo quase sempre efeitos semelhantes: trejeitos ou expressões fisionômicas, que querem significar o sentimento de compaixão mesclado de repugnância. E as frases seguem-se tendo como parcelas indispensáveis: que falta higiene, promiscuidade, imoralidade, miséria...⁷⁵

O texto segue e questiona se esse tipo de reação não seria exagero, e, para provar que assim não é, traz relatos de cortiços com famílias inteiras morando em apenas um cômodo e alojamentos sem ventilação. É inquestionável que esse tipo de moradia seja um problema a ser solucionado, ao passo que existe outra questão envolvida nos discursos expostos. A maioria dos trechos aqui citados são de profissionais, alguns deles detentores de cargos públicos, indicativo de que esses discursos remetem para como as autoridades técnicas e administrativas pensavam os cortiços.

A repetição de características negativas sobre aquele ambiente e as pessoas que faziam parte dele, do modo como frequentemente eram enumeradas, pode gerar um estigma para os cortiços e aquela parte da população. A situação agrava-se na medida em que isto é gerado por autoridades, técnicas ou políticas, enquanto elas podem legitimar a repulsa sentida pelo resto da população contra as moradias insalubres e seus habitantes. Ansart comenta como a política

⁷⁵ VIANNA, Jacy Coutinho. “O Ideal em Habitação Coletica”. In: *Revista do Arquivo Municipal*, ano 8, volume 82, 1942. P. 133.

contemporânea, ao criar inimigos, gera ressentimentos que afirmados pelo Estado podem ser perigosos.

Talvez seja urgente manifestar uma vigilância maior em relação às ameaças provocadas pelos encorajamentos atuais a novos ressentimentos em sua legitimação pelo Estado. É inquietante, por exemplo, ouvir a propaganda oficial instigar vigorosamente o ódio contra inimigos reais ou supostos, transformando, assim, muitos jornalistas e manipuladores de opinião em militantes das causas governamentais contra novos bodes expiatórios. Um deslocamento produz-se sob os nossos olhos, deslocamento já estigmatizado por Platão e que conduz do desprezo ao ódio; o ódio ocupando confusamente o lugar do desprezo. Desprezo dos ricos pelos pobres, desprezo de uma poderosa classe dirigente pelas oposições ao seu poder, desprezo que se pode transformar em ódio quando os dominantes se sentem ou se acreditam ameaçados em sua hegemonia e interesses.⁷⁶

Importante ressaltar que, enquanto Ansart comenta a dinâmica da política contemporânea, aqui estamos discutindo textos de profissionais e questões sobre a saúde pública. Por isso, nestas fontes não há ataques diretos contra a classe operária e suas moradias, como ocorreria na política, segundo o autor, porém a utilização de imagens e adjetivos negativos, reiteradamente, da forma como foi feito por autoridades técnicas, poderia gerar a legitimação da sensação de “desprezo” que o resto da sociedade sentiria contra aqueles que habitavam os cortiços.

Imagens dramáticas foram repetidamente atribuídas aos cortiços, mas segundo algumas pesquisas a discussão sobre a qualidade da moradia não foi, a princípio, a questão central entre a classe mais interessada, os trabalhadores. O capítulo do livro *Os Excluídos da História*, intitulado, “*Os Operários, a Moradia e a Cidade no Século XIX*”⁷⁷, no qual Michelle Perrot trata da relação do operariado com a habitação na França do século XIX tem como uma de suas conclusões que durante muito tempo o operariado não tinha a aquisição da moradia como principal preocupação, e sim o valor do aluguel que consumia grande porcentagem dos salários.

Por um longo período, a reivindicação operária se refere ao aluguel, não à moradia. Desta, fala-se em termos de custo, de peso no orçamento, não de conforto ou espaço. Não surpreende que as greves nada digam nada a respeito: não é esse seu objeto. Notemos de passagem que praticamente não se trata mais da questão da higiene nos locais de trabalho. [...] Mais tarde, fala-se pouco da higiene da fábrica, temendo-se

⁷⁶ ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. P. 34.

⁷⁷ PERROT, Michelle. “Os Operários, a Moradia e a Cidade no Século XIX”. In: PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: paz e terra, 1988. P. 101-125.

sempre que uma organização mais racional do espaço implique um controle maior dos deslocamentos e gestos operários. O mesmo muitas vezes ocorre no âmbito da moradia⁷⁸.

A preocupação com o conforto e a higiene não fazia parte das questões levantadas pelos operários. Eles foram, inclusive, contrários à haussmannização de Paris, na qual uma das principais intenções consistia em diminuir a densidade populacional no centro da cidade.

Esse ordenamento periférico, porém, não passa de um complemento ou de uma alternativa desfavorável. A ambição operária se inscreve no coração das cidades. É lá, no centro de tudo, que se tem de viver e morar. [...]

Isso dá ideia do traumatismo que representa aquilo que se costuma chamar de haussmannização, essa operação conjunta de política e higiene que consiste em desafogar o centro (ela foi imitada em outros lugares; trata-se de uma política urbana geral) pelo duplo movimento das aberturas de vias de circulação e alta dos aluguéis gerados pelas demolições.⁷⁹

Algumas das reivindicações dos trabalhadores paulistanos no início do século XX eram diferentes daquelas feitas pelos operários franceses no século XIX. Em São Paulo havia a reclamação contra as péssimas condições de moradia⁸⁰, porém esses trabalhadores não tinham pretensão de obter casas próprias. Segundo Blay, as reivindicações eram ainda sobre aumento do pagamento e estavam ligadas aos preços dos aluguéis⁸¹, enquanto a casa própria era uma aquisição de difícil acesso para os trabalhadores.

Voltando aos discursos oficiais sobre a habitação, a casa salubre seria uma ferramenta para se manter a moral, sendo este um argumento importante. A ela foi associada a higiene, complementando e legitimando uma a outra. Alain Corbin, em seu livro *Saberes e Odores*, mostra essa relação entre higiene e moral através de comentários sobre como o preso reabilitado

⁷⁸ Ibidem, p. 102.

⁷⁹ Ibidem, p. 119.

⁸⁰ “O articulista clama contra as péssimas condições de moradia e subsistência dos imigrantes, e contesta o poder e a burguesia que aumentavam a importação de uma nova força de trabalho estrangeiro como forma de pressionar os trabalhadores que queriam melhorias salariais.” BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985. P. 117.

⁸¹ “Em 6 de outubro de 1907 o jornal *La Battaglia* publica o já citado artigo intitulado “Il Problema Delle Abitazioni”, onde são analisados os problemas dos inquilinos desprotegidos da lei e dos poderes em todos os níveis: o município está interessado em obter seus impostos proporcionais ao aluguel, o legislativo tem seus próprios interesses e os operários, para pagar exorbitantes aluguéis, têm de reduzir os gastos em comida, roupa e calçado”. BLAY, ibidem, p. 118.

era aquele que sabia se limpar⁸², ou seja, a necessidade de ensinar o indivíduo a se higienizar seria simultânea à de moralizar seus comportamentos.

A falta de higiene não era a única agregada à moral corrompida; a pobreza também foi vista como facilitadora de vícios. Muitos discursos defensores do trabalho como meio de ascensão social e aquisição de bens, tentam mostrar que a consequência da carência de meios materiais era a delinquência. O texto do assistente social Francisco de Paula Ferreira, apresentado na *Jornada da Habitação Econômica* em 1941 expõe claramente essas articulações:

Qual razão última dêste paralelismo entre a cópia de bens temporais e o bem-estar moral dos indivíduos e dos grupos? E' que o homem, por força mesmo da união entre o princípio informante e o corpo, não deve desconhecer as necessidades dêste, embora seja aquele o subordinante de seus atos racionais. Onde escasseiam os recursos de subsistência, cresce, em proporção inversa, o vício, baixando o nível de moralidade⁸³.

Portanto as decisões morais do homem estariam, em parte, à mercê de suas necessidades. As boas condições materiais ofereciam melhores possibilidades para a “prática da virtude”, como é argumentado no mesmo texto: “*Podemos afirmar, tendo por nós a argumentação da filosofia perene, que há uma certa relação de necessidade entre um mínimo de bens materiais e a prática da virtude, entre as condições da habitação e o florescer das virtudes domésticas.*”⁸⁴

Valendo-se do que já foi proferido até então, os discursos de especialistas, que condenam de forma tão veemente cortiços, parecem tentar mobilizar sentimentos através da articulação de conceitos dicotômicos como: virtude e vício, morte e vida, bem e mal. A tentativa de ampliar e intensificar tais sentimentos pode ficar por conta dos danos que moradias em desajuste deveriam causar a toda sociedade, como enunciado em tom de alerta em outro texto:

O problema da habitação afeta direta ou indiretamente todos os membros da comunidade. [...] Indiretamente, aqueles que, não vivendo nelas, sofrem em virtude das desvantagens decorrentes das habitações indesejáveis como lugares de maior delinquência, de controle social deficiente, de promiscuidade perigosa para os bons cânones da moral, de desorganização da família, de focos de moléstias e de endemias que representam; das práticas de má ordem que induzem⁸⁵.

⁸² CORBIN, Alain. *Saberes e Odores*. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987. P. 144.

⁸³ FERREIRA, Francisco de Paula. “A Habitação e a Moral”. In: *Revista do Arquivo Municipal*, ano 8, volume 82, 1942. P. 171.

⁸⁴ Ibidem, p. 170.

⁸⁵ RUDOLFER, Bruno. “O Problema Social da Habitação”. In: *Revista do Arquivo Municipal*, ano 8, volume 82, 1942. P. 30.

Com base nisto não pretendo defender condições precárias de moradia, mas sim questionar como o discurso é tecido contra elas e, de certa forma, contra toda a população que reside de determinada maneira. Não há violência ou ódio abertamente declarado aos pobres e aos cortiços, porém, mesmo com o respaldo do conhecimento especializado, essa maneira de descrever habitações insalubres fragiliza a neutralidade da qual o discurso científico se pretende tributário.

3 . Soluções técnicas para o problema social da habitação

Dentre os especialistas atentos para a questão da moradia destaco, neste capítulo, os engenheiros, porque foi o primeiro grupo profissional paulista a dedicar um congresso inteiro ao tema habitação. Em São Paulo os primeiros passos para formação desses profissionais foram dados no final do século XIX, mais precisamente em 1894, quando foram abertas as inscrições para a Escola Politécnica e dois anos depois, em 1896, quando foi fundada a Escola de Engenharia do Mackenzie College. Segundo Sylvia Ficher, os anos de 1894 a 1917 foram os mais importantes na definição do ensino de engenharia e arquitetura⁸⁶. Essas instituições formariam campos de conhecimento capazes de gerar discussões técnicas e acadêmicas em São Paulo, e a consolidação desse espaço acadêmico ofereceu também base para a regulamentação da profissão de engenheiro civil e engenheiro arquiteto.

A criação desse espaço logo deu possibilidade para a sua ampliação, principalmente para as organizações profissionais. Em 06 de maio de 1911 foi fundada a Sociedade dos Arquitetos e Engenheiros de São Paulo, que, embora tivesse estatutos, não perdurou por muito tempo. Somente em 13 de maio de 1916 foi fundado o Instituto de Engenharia, agremiação que funciona até os dias de hoje; foi desse instituto a iniciativa de publicar, a partir de outubro de 1917, o periódico *Boletim do Instituto de Engenharia*, que mais tarde seria chamado de *Engenharia*.

O Instituto de Engenharia e seu periódico tinham a função de unir e organizar os profissionais engenheiros. Além disso, no início desejavam a regulamentação da profissão, tendo ainda hoje essa publicação o intuito de manter a circulação dos conhecimentos da área. Em 1931, por iniciativa da Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia com o patrocínio da Secretaria de Viação e Obras Públicas e da Prefeitura Municipal de São Paulo ocorreu o

Primeiro Congresso de Habitação.

⁸⁶ FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli*. Ensino e profissão em São Paulo. Edusp: São Paulo, 2005. P. 27.

O Primeiro Congresso de Habitação

O *Primeiro Congresso de Habitação* ocorreu entre 23 a 30 de maio de 1931 no edifício do antigo fórum civil, na rua 15 de novembro. O prédio na época se achava desocupado e foi o Secretario da Viação, Alberto Oliveira Coutinho, quem concedeu e reformou o espaço. Além da participação ativa do Secretario de Viação, o então prefeito da cidade, Luiz de Anhaia Mello, cedeu os móveis necessários para a realização das reuniões do *Congresso*⁸⁷. A prefeitura de São Paulo teve, portanto, ativa participação no congresso; é interessante ressaltar essa participação já que naquele momento se iniciava o governo presidencial de Vargas e por causa da suspensão da constituição, em menos de um ano, ocorreria a Revolução Constitucionalista de 1932 ou a Guerra Paulista e parte dos insurgentes contra o governo eram membros do Instituto de Engenharia.

Anhaia Mello, que em 1931 já era membro do Partido Democrático e fazia parte do grupo vencedor do Golpe de 1930, foi indicado para a Prefeitura Municipal de São Paulo. Neste período o partido ainda tinha relações com o governo central. Embora essas não fossem estáveis, havia conflito de interesses entre o governo central e o Partido Democrático. Segundo Maria Lígia Prado, o partido exigia um interventor que fosse, ao mesmo tempo, civil e paulista, bem como pressionava para que as prefeituras ficassem a cargo dos democráticos. Como essas exigências não foram atendidas, o partido pediu a substituição do então interventor por um paulista democrático⁸⁸. Mesmo entre integrantes do partido não parecia haver unanimidade em relação a apoiar ou não o governo central.

O Partido Democrático continuava dividido; havia aqueles que acreditavam num possível acordo com Getúlio Vargas, convictos de que o interventor interino, Manuel Rabelo, poderia ser substituído por um civil, paulista, possivelmente um democrático simpatizante ou mesmo militante do P.D. Nesse grupo destacava-se a figura de Marrey Júnior. Outros, inteiramente incompatibilizados com a Legião em São Paulo – pois que esta, segundo eles, caminhava muito para a esquerda –, organizavam a resistência ao governo central, não vendo qualquer probabilidade de reconciliação.⁸⁹

⁸⁷ *Primeiro Congresso de Habitação*. São Paulo: Publicação oficial, 1931. P. 14.

⁸⁸ PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo: Editora Ática, 1986. P. 110.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 114

Mesmo que a situação do partido fosse de instabilidade e conflito, Anhaia Mello ocupou o cargo de prefeito de São Paulo por dois curtos momentos, entre 1930 e 1931, e em um desses momentos ocorreu o *Primeiro Congresso de Habitação*. Anhaia Mello era engenheiro com participação ativa nos meios acadêmicos e também no Instituto de Engenharia. Talvez a figura desse profissional tenha gerado certa proximidade entre a prefeitura de São Paulo e o Instituto de Engenharia, uma proximidade que em alguns momentos parecia conflituosa. Durante a primeira sessão plenária do *Congresso* foi lido um ofício assinado por sete engenheiros da prefeitura que se declaravam desinteressados pelos trabalhos do evento, e a assembleia decidiu ignorar tal documento.

No expediente é lido um ofício assignado pelos engenheiros da Prefeitura Silvio C. de Noronha, Georges Corbisier, Gilberto de Souza Ratto, Lucio Rodrigues Filho, Lysandro Pereira da Silva, J. F. de Úlhoa Cintra, Cassio Vidigal e José Amadei, em que declaram desinteressarem-se pelos trabalhos do Congresso.

Por proposta do congressista Dr. Dacio de Moraes, a assembléa, resolve não tomar conhecimento do citado offício até a proxima assembléa geral.⁹⁰

Em 24 de abril de 1931, semanas antes de ocorrer o *Primeiro Congresso de Habitação*, o jornal *Estado de São Paulo* anunciou que o Instituto de Engenharia criou movimento em prol da Constituição⁹¹. A primeira ação desse movimento era requerer ao governo provisório da república a volta do regime constitucional. Dentre os nomes dos participantes desse movimento encontramos três dos sete engenheiros que assinaram o ofício de desinteresse pelo *Congresso*, Lucio Rodrigues Filho, Cassio Vidigal e José Amadei.

Parecia haver um clima de descontentamento político que se refletia nas publicações sobre o *Congresso*. O diálogo entre profissionais e figuras públicas, gestoras de secretarias, certamente continuou a ocorrer mesmo durante esses momentos, mas não sem alguns indicativos da situação. Em notícia do *Estado de São Paulo* a decisão de se realizar o *Congresso* a princípio foi duvidosa, o engenheiro Alexandre Albuquerque, outro nome da lista de participantes do movimento em prol da constituição, declarou que aquele momento não parecia ser oportuno para a realização do evento:

Devo-lhe dizer que a Divisão de Architectura começou a trabalhar num ambiente de pessimismo. A maioria dos collegas considerava o momento inoportuno. Felizmente o

⁹⁰ *Primeiro Congresso de Habitação*. São Paulo: Publicação oficial, 1931. P. 33.

⁹¹ “A Situação em São Paulo”. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 abr. de 1931.

pessimismo desapareceu e o entusiasmo como vê, é geral. Ainda hoje os congressistas elegeram a mesa que deve dirigir o trabalho.⁹²

Outra declaração que expunha a contrariedade política pela qual passavam ocorreu no número comemorativo do *Congresso de Habitação* no *Boletim do Instituto de Engenharia* que traz uma moção à Getúlio Vargas requerendo a convocação de uma constituinte:

O Instituto de Engenharia de São Paulo, em assembleia realizada a 23 de abril de 1931, attendendo as grandes responsabilidades em que incorrem no momento presente todos os orgams da opinião publica, que não podem silenciar quando se acham em jogo os destinos do paiz, tendo em conta a necessidade inadiavel de trazer as forças productoras do Brasil o sentimento de segurança e confiança, sem o qual é illusorio pensar em um reerguimento economico, e considerando que o regimen anormal, imposto pelas necessidades da hora revolucionaria, não pode ser prolongado sem graves damnos as actividades vitaes, ao credito, e ao patrimonio moral do paiz, deliberou appellar com respeitosa insistencia para a acção decisiva de V. Excia. no sentido de ser convocada a Constituinte no mais curto prazo possível.

(Moção aprovada unanimamente em Assembleia Geral Extraordinaria do Instituto de Engenharia de S. Paulo, e enviada ao Chefe do Governo Provisorio, Dr. Getulio Vargas)⁹³

Esses indícios parecem dar avisos da Guerra Paulista que viria a acontecer em 1932, não sem antes de fato ocorrer o *Primeiro Congresso de Habitação*. A Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia em parceria com a prefeitura realizou a promoção do evento:

Regulamento do 1º Congresso de Habitação a realizar-se em S. Paulo, durante o mez de Maio de 1931.

Art. 1º - Promovido pela Divisão de Architectura do Instituto de Engenharia de S. Paulo, e patrocinado oficialmente pela Secretaria de Viação e Obras Publicas e pela Prefeitura Municipal da Capital, o primeiro “Congresso de Habitação” se reunirá na capital do Estado de S. Paulo, Brasil, durante a 1ª quinzena de Maio de 1931⁹⁴.

O fato de Anhaia Mello ser o prefeito de São Paulo pode ter sido decisivo para que fosse acertada a participação da prefeitura e do instituto no *Congresso*, mesmo que sob algumas tensões políticas já mencionadas.

A presença desses profissionais em cargos de gestão pública ou mesmo executiva, como é o caso do então interventor Anhaia Mello, explicita uma política municipal administrada por

⁹² ALBUQUERQUE, A.. *Estado de São Paulo*, 24 abr. de 1931, apud: *Primeiro Congresso de Habitação*. São Paulo: Publicação oficial, 1931. P. 19.

⁹³ Instituto de Engenharia. *Boletim do Instituto de Engenharia*, São Paulo, ano 14, vol. XIV, n. 70, p. 113, abr. 1931.

⁹⁴ *Primeiro Congresso de Habitação*. São Paulo: Publicação oficial, 1931. P. 14.

técnicos, engenheiros e arquitetos. Essa forma de gestar passaria a ver a cidade de São Paulo através de dados técnicos; problemas sociais como é o caso da habitação seriam medidos, calculados e receberiam soluções projetadas. A cidade, para esses gestores, era de certa forma enxergada virtualmente. Por meio de uma linguagem técnica e com instrumentos próprios ela seria decodificada e modificada.

Além dessa questão administrativa da cidade, os meios acadêmicos de engenharia e arquitetura internacionais estavam se voltando para o debate de habitações mínimas, como foi o caso dos *Congressos Panamericanos de Arquitetos* de 1920 e 1923. Em ambos estava presente o tema “casas baratas, urbanas e rurais na América”, e o mesmo congresso de 1930 trazia como problemática “a solução econômica do problema residencial”⁹⁵. O *Congresso Internacional de Arquitetura Moderna* (CIAM) ocorrido em Frankfurt, 1929, trabalhou com questões sobre a área mínima necessária para a moradia e, em 1930, o congresso realizado em Bruxelas, tratou da construção racional que permitia uma produção mais econômica da habitação⁹⁶. Esses temas foram abordados pelo *Primeiro Congresso de Habitação*. Paulo Bruna, em seu livro *Os Primeiros Arquitetos Modernos*, comenta a relação das discussões do CIAM e do *Congresso de Habitação*.

É possível que muitos Congresso tenham sido realizados com essa agenda, mas não deixa de ser impressionante a semelhança de objetivos e métodos com os dois congressos CIAM já realizados até então: o de 1929 em Frankfurt e o de 1930 em Bruxelas.⁹⁷

A questão do barateamento da construção através de soluções técnicas esteve presente também em textos de Victor da Silva Freire, como “*A Cidade Salubre*”, de 1914. Neste trabalho o engenheiro critica algumas proposições de legislação e técnicas como sendo exageradas e exigindo assim uma construção onerosa para se cumprir a lei. Por exemplo, neste seu texto Freire colocou a questão do pé-direito demasiado alto exigido no Padrão Municipal.

Há, a respeito d’esse ponto dos “pés direitos”, a narrar uma historia que esclarece o processo como estes assumptos têm sido tratados até aqui. Muito nos intrigou e durante muito tempo, esse verdadeiro sacrificio, esse imposto iniquo lançado à bolsa do

⁹⁵ GUTÉRREZ, Ramón, TARTARINI Jorge, STAGNO, Rubens. *Congresos Panamericanos de Arquitectos 1920-2000*. Aportes para su historia. Buenos Aires: Cedodal, FPAA, 2010. P. 47-59.

⁹⁶ FOLZ, Rosana. *Industrialização da Habitação Mínima*: discussão das primeiras experiências de arquitetos modernos – 1920-1930. In: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 95-112, dez. 2005. P. 99.

⁹⁷ BRUNA, Paulo. *Os primeiros arquitetos modernos*. Habitação Social no Brasil 1930-1950. São Paulo: Edusp, 2010. P. 123.

proprietario com a descabida exigência, no Padrão Municipal, de 5 – 4,88 – 4,56 metros para os primeiros, segundos e restantes pavimentos dos prédios, de 3,70 por parte do Código Sanitário. Que razões teriam levado o legislador a tão inexplicáveis exagêros?!...⁹⁸

Em 1918, o mesmo engenheiro voltou a reclamar da exigência desmedida da legislação. Desta vez colocava como a medicina, a engenharia e a economia social se encontravam em uma “encruzilhada”, já que a medicina exigia padrões elevados para se manter a salubridade numa habitação e dessa forma a economia não permitia que as construções tivessem seus preços diminuídos.

E era entretanto o que deveria ter sido feito sem hesitar. Teríamos a esta hora já evoluido francamente para o tipo das construções da Est. II com dois, tres ou mais andares que tão economico, commodo e salubre vimos ser. Para provocar essa salutar transformação sem protesto e antes com applauso do publico, bastaria que a legislação sanitaria tivesse simultaneamente encarado, à luz da “hygiene applicada” e não da “hygiene abstracta” – se é licito assim referir-se a um ramo da technica que alguns definem como a encruzilhada da engenharia, da medicina e da economia social – a estrutura dos nossos predios, das nossas redes de viação urbana.⁹⁹

A mesma questão foi colocada no *Congresso de Habitação* pelo engenheiro Alexandre Albuquerque, que apresentou um trabalho criticando Códigos Municipais de Obras, com o mesmo intento que Freire. Albuquerque sugere uma série de medidas que possam baratear o custo da construção. O engenheiro cita o tamanho do pé-direito requerido em Código anterior e como ainda há possibilidade de ser menor para a economia na construção.

Não há muito tempo os pés-direitos, em S. Paulo, eram de 4ms. e mesmo de 4.50ms; assim se legislou em nome da hygiene: em paiz tropical, ha necessidade de grande volume de ar para não se morrer “abafado”. Hoje o pé-direito foi reduzido a 3ms., e cremos, a experiencia é de molde a permittir alturas livres de 2,50ms. É fácil compreender que, em numeros redondos, o pé-direito de 3ms. é 25% mais economico que o de 4ms.; a economia augmentaria de 15%, baixando-os a 2,50 ms.¹⁰⁰

Esses apontamentos demonstram como o tema da habitação mínima era algo já abordado no meio dos engenheiros e arquitetos, especialmente a habitação mínima como sendo a área

⁹⁸ FREIRE, Victor da Silva. “A Cidade Salubre”. In: Revista Polytechnica. São Paulo, V.8, N.48, p 320-354, out/nov.1914. P. 332.

⁹⁹ FREIRE, Victor da Silva. “Codigos Sanitarios e Posturas Municipaes sobre Habitações”. In: *Boletim do Insituto de Engenharia*. São Paulo, n. 3, pp. 231, 1918. P. 271.

¹⁰⁰ ALBUQUERQUE, Alexandre. “Codigos Municipaes de Obras”. In: *Primeiro Congresso de Habitação*. São Paulo: Publicação official, 1931. P. 284.

mínima construída para se obter uma casa salubre, que não demandasse excesso de materiais nem de mão de obra e consequentemente as construções teriam um custo mais baixo.

O *Congresso de Habitação* teve como central discussão esse tema e como maioria de participantes engenheiros civis e engenheiros arquitetos. A proposta do evento, segundo Henrique Doria, era enfocar os aspectos técnicos como higiene, materiais de construção, técnicas de construção, não deixando de citar “a função social da casa”¹⁰¹. Estavam presentes no regulamento do *Congresso* os grupos de teses propostas que expunham os objetivos do evento; analisando-as fica claro que os profissionais não se reuniram para discussão estética e construção de palacetes, mas para resolução do problema social da habitação.

Art. 9º - As theses aprovadas e assentadas nas primeiras reuniões preparatórias se subordinam às seis seguintes:

I – Habitações econômicas – Programmas. Loteamento do terreno. Districtos.

II – Habitações collectivas – Casas de apartamentos. Inquilinos e proprietários.

III – Racionalização dos materiaes de construção – Processos de construção codigos estaduais e municipaes. Exames de resistencia e recepção de materiaes.

V – Financiamento das construcções – Problemas de capital nas construcções.

VI – Livre – Assumptos não contemplados nas theses anteriores.¹⁰²

Habitações econômicas e coletivas, racionalização nos métodos de construção e atração de capital para essas construções são questões que demandavam recursos para baratear o custo da habitação. É importante ressaltar que se trata do custo da construção e não do aluguel ou da especulação imobiliária.

A padronização e pesquisa de materiais para construção que poderiam ser produzidos em série no Brasil, com o intuito de diminuir o custo do edifício, foi um dos temas abordados no *Congresso*. Marisa Carpintéro deixa claro que no *Congresso* não se discutiu apenas a produção em série como também a necessidade de se pesquisar os materiais de construção para seu melhor aproveitamento.

No Congresso de Habitação se fez presente também a defesa da necessidade de conhecer melhor os recursos dos materiais de construção, de controlar a sua utilização e calcular os gastos dos materiais e da obra em todo seu conjunto. Insistia-se, ainda, na simplificação e na padronização do processo de industrialização destes materiais.¹⁰³

¹⁰¹ *Primeiro Congresso de Habitação*. São Paulo: Publicação oficial, 1931. P. 14.

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ CARPINTÉRO, Marisa Varanda. *A construção de um sonho: o engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*. Campinas: editora da UNICAMP, 1997. P. 125.

E talvez por isso houve grande espaço no evento para uma exposição de materiais de construção e outros produtos domésticos, em sintonia com a questão da industrialização de materiais e bens. A técnica e a tecnologia do habitar estariam presentes nessa exposição não apenas para serem demonstradas, mas também para serem vendidas.



Figura 1: Cartaz do Primeiro Congresso da Habitação in: Boletim do Instituto de Engenharia, vol. XIV, n 70, abril de 1931.

Acima está a imagem de um dos cartazes do *Congresso*, seguindo um estilo que parece privilegiar as formas geométricas, mais simples. Tem em destaque casa térrea, porém em segundo plano uma série de habitações verticais, algo interessante já que parecia não haver preferência pela moradia vertical, entretanto era muito discutida no período. Durante o discurso de Alexandre Albuquerque na Sessão Inaugural do *Congresso* fica claro o que seriam considerados alguns inconvenientes dos apartamentos.

Temos visto ultimamente em S. Paulo, o apparecimento das casas de appartamento. É o simulacro da casa individual, entaipada entre arranha-céus, com pouco ar, sem a companhia amavel das flores, sem a amizade confortadora dos... animaes domésticos¹⁰⁴.

O cartaz do evento aparece no *Boletim do Instituto de Engenharia* em número comemorativo do *Primeiro Congresso*, e, segundo consta nos anais, esse cartaz foi feito pelos arquitetos Bruno Simões Magro e José Maria da Silva Neves, e o material foi impresso em três cores.¹⁰⁵

A exposição do Congresso.

A exposição ocorrida no *Congresso* teve a participação de 58 empresas, entre indústrias de eletrodomésticos, equipamentos para edificações, materiais de construção e os mais diversos serviços que profissionais poderiam prestar. A grande maioria dos expositores compunha-se de materiais, somando vinte e nove empresas participantes, quinze companhias de equipamentos e eletrodomésticos e doze profissionais que ofereciam serviços, como mostram as listas abaixo:

Lista de expositores de material de construção ou similares

Nome	Produto oferecido
A. De Souza Queiroz	“Vegecreto” material para construção, também de casas modelo.
Anglo Mexican Petroleum Cia. Ltda.	Gasolina, óleos combustíveis, asfalto, impermeabilizações e telhados.
Arthur Bogaert	Telhas de vidro.
Bacellar & Cruz	Soalhos.
Byington & Cia.	Material elétrico em geral.
Casa Conrado	Vitrais.
Casa Garcia	Vitrais, azulejos, espelhos, etc.
Cerâmica São Caetano	Material cerâmico.
Cerâmica Villa Prudente	Material cerâmico.
Companhia Brasileira Cimento Portland	Cimento brasileiro.
Companhia Brasileira de Concreto Hume	Tubos de concreto.

¹⁰⁴ ALBUQUERQUE, Alexandre. *Primeiro Congresso de Habitação* São Paulo, 1931. P. 22.

¹⁰⁵ *Primeiro Congresso de Habitação* São Paulo, 1931. P. 16-17.

Companhia Industrial Ltda.	Tintas e vernizes.
Francisco Cataldi	Ladrilhos.
Irmãos Ferreira & Cia.	Vidraçaria, fabricante de vitrais, importadores.
Isnard & Cia.	Barracas de lona para camping
José Antonio Piro	Construção em ferro.
L. Serva & Cia.	Produtos “Tem-Test” material isolante.
Marcello C.	Forro
Dr. Mario Silvio de Polacco	Blocos de cimento ou escoria de carvão.
Nogueira & Guimarães Ltda.	Serraria em geral.
Parquet Brasil.	Soalho de madeira.
Pedro Porta	Mármore.
Presgrave & Mello Ltda.	Especialista em soalhos de madeira.
Socied. Knowles & Foster para o Brasil Ltda.	Material impermeabilizante.
Sociedade de Mármore Brasileiros	Mármore.
Tasso Pugliese & Cia.	Fabricante de ladrilhos.
Theodor Willie & Cia.*	Papeis pintados.
Ulysses Pellicciotti & Cia. Ltda.	Ornamentos de gesso, cimento e mármore artificiais.
Zucca & Cia.	Vitrais, azulejos, etc.

Tabela 1: os indicados com asterisco possuem mais de um stand na feira de exposição.

Lista de expositores de equipamentos domésticos

Nome	Produto oferecido
Andreasi & Fieschi	Caixa Erma para pão, carne, leite, etc.
Campos Salles & Cia.	Geladeiras Kelvinator
C. Braga & Cia.	Caixa Selecta para pão, carne, leite, etc.
Cia. Ceramus	Artigos sanitários.
Cia. Paulista de Louça Esmaltada	Utensílios de cozinha em ferro esmaltados.
Empresa Mercedes	Maquinas de lavar roupa.
General Eletric*	Refrigeradores.
General Eletric*	Artigos domésticos e eletricidade.
Otis Elevator Co.	Elevadores
Pirie Villares & Cia.*	Refrigeradores Frigidaire
Pirie Villares & Cia.*	Elevadores Atlas.
Sociedade “OMS” Ltda.	Limpeza mecânica e biológica de águas e esgotos, aquecedores, fossas hidráulicas.

Sociedade Suissa	Motores para elevadores, compressores de ar, bombas conjugadas.
Theodor Willie & Cia.*	Fogões Zenith e materiais domésticos.

Tabela 2: os indicados com asterisco possuem mais de um stand na feira de exposição.

Lista de expositores que ofereciam serviços

Nome	Produto oferecido
Alfredo Ernesto Becker	Engenheiro arquiteto.
Christiani & Nielsen	Engenheiro e empreiteiro.
Companhia Brasil	Seguros.
Cia. City	Terrenos, casas e plantas.
Cia. Santista Predial	Construções para aluguel.
Edgard M. Rodrigues	Engenheiro civil.
Germano Wolter	Pinturas.
Gregori Warchavchik	Projetos e fotografias.
Juarez de Queiroz	Desenhos e reproduções.
Jutahy S. Telles	Engenheiro empreiteiro.
Lyceu de Artes e Offícios de S. Paulo	Educação
Poliozzoto, Belloto & Piccardi.	Serralheria, trabalhos em ferro.

Tabela 3: os indicados com asterisco possuem mais de um stand na feira de exposição.

Talvez o objetivo primeiro da exposição fosse o enriquecimento do debate dos métodos de construção, com cada empresário apresentando seus produtos e suas vantagens. Englobariam nessa questão as possibilidades que materiais industrializados ofereceriam, a custos que deveriam ser baixos. Por outro lado, essa forte presença industrial no evento pode refletir o ambiente em que viviam aqueles profissionais, sendo que muitos deles tinham ligação direta com a indústria - caso de Anhaia Mello, que fora diretor da Anhaia Fabril, empresa fundada por seu pai em 1869. Bruno Simões Magro, outro participante do *Congresso*, era um dos proprietários da Cia. Estrada de Ferro Itatibense, e mesmo a participação dos engenheiros Mario Silvio Polacco e E. Dodsworth para apresentarem os blocos Canova e Duplex, respectivamente, mostra o envolvimento dessa classe profissional na indústria que crescia no período.

Para um congresso como este, voltado à habitação mínima, seria coerente que os produtos expostos tivessem preços acessíveis a uma maior parcela da população, enfatizando o barateamento da construção. Porém, o que pode ser apreendido das listas acima é, em primeiro lugar, que algumas empresas não apresentavam materiais para construção e sim eletrodomésticos

que dizem mais respeito ao habitar do que ao construir. Em segundo lugar, muitos equipamentos, eletrodomésticos e alguns serviços estariam fora do alcance da maioria da população, como é o caso dos refrigeradores, geladeiras, máquinas de lavar roupa, elevadores e vitrais. Alguns dos expositores eram já empresas de grande porte conhecidas no mercado internacional, como é o caso da General Eletric que tinha dois stands na exposição, um no salão A, que expunha refrigeradores, e outro no Salão J, com artigos domésticos e de eletricidade. Para se utilizar desses produtos era imprescindível a energia elétrica e também certa mudança nos hábitos domésticos; no primeiro caso a eletricidade não estaria ao alcance da maioria e no segundo exigiria novos hábitos das pessoas, bem como algum aprendizado para se conseguir manusear os eletrodomésticos que nada mais são do que máquinas.

Se levarmos em consideração que o salário do operário não conseguiria cobrir ao menos os gastos com os materiais de construção, ou a compra do solo, como anunciado por Eva Blay, como esse mesmo operário conseguiria comprar um refrigerador importado?

Focalizando toda a força de ataque contra a propriedade, seria incoerente lutar pela implantação de projetos que estendessem a propriedade da casa aos operários. Assim, ao nível ideológico, esta alternativa era negada. Por outro lado, dado o nível concreto, de exploração do operariado, não restava nenhum capital, por mínimo que fosse, que viabilizasse ter como alvo a casa própria. O preço do solo era inatingível ao operariado. O material de construção, em grande parte importado, era de alto preço, tornando impraticável, à maioria da operariado, a ventura de construir sua casa própria.¹⁰⁶

A imagem a seguir é do stand da General Eletric de refrigeradores. À direita estão expostos refrigeradores da marca e o que se vê ao fundo são imagens de casas agradáveis; abaixo disso há um cartaz evidenciado com raios brilhantes em seu contorno. A imagem não favorece os detalhes, mas oferece os principais pontos da linguagem da propaganda aqui mostrada.

¹⁰⁶ BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar*: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985. P. 129.



Figura 2: Stand de exposição de refrigeradores da General Electric. In: **Primeiro Congresso de Habitação**, São Paulo, 1931. P. 27.

Um tanto discrepante essa participação de empresas com seus produtos, que seriam uma extravagância para a população em geral e residente das possíveis casas mínimas. Por outro lado, uma hipótese sobre o porquê dessa questão: o congresso seria visitado por empreiteiros e profissionais da engenharia e arquitetura. Em ambos os casos, o trabalho desses personagens está ligado à construção de edifícios, então seria conveniente realizarem a propaganda de produtos para casa e edificações em geral em um ambiente como aquele. Talvez seja esse o motivo da fuga do objetivo principal, as habitações mínimas, para produtos de custo tão elevado, como fica claro no seguinte trecho do jornal *Estado de São Paulo*.

Reina interesse nos meios técnicos por esse Congresso, que marcará o início de futuras realizações práticas da Divisão de Architectura, e que trará benefícios aos constructores e proprietários, pondo-os directamente em contacto com os seus fornecedores¹⁰⁷.

Importante ressaltar que, além de produtos, profissionais também propagandeavam seus serviços no congresso. Esse meio de propaganda se fazia tanto através da exposição como nas

¹⁰⁷ “Congresso da Habitação”. *Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 6, 26 abr. de 1941.

publicações dos anais do *Congresso* e do *Boletim do Instituto de Engenharia*, como foi o caso da Ten-Test empresa de produtos impermeabilizantes, Presgrave & Mello Ltda que produzia assoalhos, a *Cia. City* construtora, a *General Electric*, e os engenheiros arquitetos Camargo & Mesquita. Há também um aviso para interessados em anunciar nos anais do Congresso: “*Annuncie nos annaes do Congresso*”, em várias páginas do Boletim¹⁰⁸.

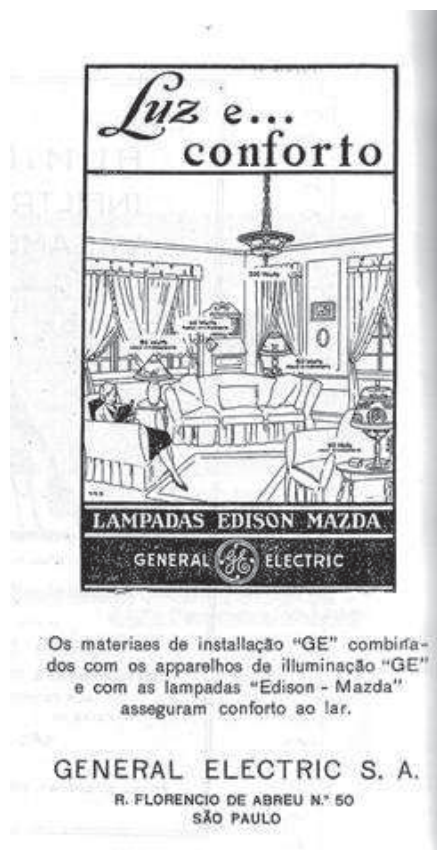


Figura 3: propaganda de instalação e aparelhos elétrica do General Eletric e do Lampadas Edison Mazda. In: *Boletim do Instituto de Engenharia*, São Paulo, vol. XIV, n 70, abril de 1931.

Acima a propaganda de instalações elétricas e lâmpadas, tecnologias que estavam começando a ser introduzidas nas habitações. A imagem pretende remeter diretamente para o conforto que a energia elétrica propicia. Embora seja uma propaganda voltada para a iluminação, a maior parte dela está centrada no desenho onde se vê uma sala luxuosa, o ponto da imagem que

¹⁰⁸ Instituto de Engenharia. *Boletim do Instituto de Engenharia*, São Paulo, ano 14, vol. XIV, n. 70, passim, abr. 1931.

remete mais à iluminação é uma senhora lendo. Não é um anúncio de móveis elegantes e, ao recorrer à beleza da sala, tenta conferir à iluminação um caráter de elegância.



Antes de construir a sua residência, escolha um terreno que o proteja contra surpresas desagradáveis como esta.

SEJA PREVIDENTE!

Em nossos bairros V. S. Terá a garantia de uma boa vizinhança e, portanto, de uma valorização segura.

Jardim America	Pacaembu
Anhangabahu	Perdizes
Alto da Lapa	Bella Alliança
Pinheiros	Butantan

CIA. CITY

RUA LIBEROBADARO, 50

ANNUNCIAE NOS ANNAES DO CONGRESSO

Figura 4: propaganda da Cia. City. In: *Boletim do Instituto de Engenharia*, vol. XIV, n 70, abril de 1931.

A propaganda de uma empreiteira, a Cia. City, no periódico do Instituto de Engenharia trouxe a questão do zoneamento. Nela se vê o desenho de um palacete entre uma serraria e uma mercearia. Na frente da casa estão transeuntes de ambos os sexos e um vendedor de rua com um carrinho de mão. No texto abaixo da figura se lê: “*Antes de construir a sua residência, escolha*

um terreno que o proteja contra surpresas desagradáveis como esta. Seja providente! Em nossos bairros V. S. Terá a garantia de uma boa vizinhança e, portanto, de uma valorização segura”.

Apenas uma pequena parcela da população poderia ter uma casa como a mostrada na imagem, a empresa Cia. City era conhecida por construir casas para classe média alta. Embora a questão central no anúncio fosse o zoneamento da cidade em áreas comerciais e residenciais, tendendo a manter as habitações em áreas consideradas tranquilas, a imagem fala por si só, com uma grande e confortável casa.

Com as mesmas soluções de ruas sinuosas, muitas áreas verdes, arborização e casas situadas em meio a jardins, preconizadas por Howard e presentes nas *gardens city* inglesas, foram postos à venda os lotes do Jardim América, cujo projeto inicial seria alterado numa visita do próprio Parker a São Paulo entre 1917 e 1919. Mas, ao contrário do que ocorria com as cidades-jardins britânicas, o primeiro bairro da City não foi destinado a segmentos menos favorecidos.

A Companhia direcionou seu primeiro loteamento aos segmentos mais abastados, abandonando as ideias iniciais das *gardens city*, e em algum anos o bairro se tornaria símbolo do viver distinto das elites paulistanas¹⁰⁹

Uma tentativa de zoneamento da cidade de São Paulo foi realizada por Anhaia Mello em 1931 quando, por meio do ato municipal n. 127, determinou que a zona chamada Jardins abrigasse somente residências, sendo que o comércio só seria tolerado se fosse pontual. Houve 75% de aceite da população ao redor. Essa zona não por acaso pertencia a Cia. City¹¹⁰, uma das empresas participantes da exposição do *Congresso* realizado com o patrocínio da Prefeitura.

O universo da propaganda é tradicionalmente povoado pelo luxo em que os produtos são anunciados, parte de estratégia de venda, e é nessa área que o *Primeiro Congresso da Habitação* oferece uma questão a mais para ser discutida. Embora o principal objetivo do evento fosse discutir o problema da habitação, em nenhum momento, nem nas publicações ou nem durante o expediente do evento ele deixou faltar espaço para o mercado que envolve a construção e a habitação, propagandas e a exposição suprimam o espaço para essas empresas.

Além desses anúncios o numero comemorativo do *Congresso* traz uma grande quantidade de projetos, fotos, croquis e desenhos das edificações de vários dos profissionais participantes da

¹⁰⁹ MARINS, Paulo C. G. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras” in: NOVAIS, F, SEVCENKO, N.. (org.). *História da vida privada vol. 3*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. P. 181.

¹¹⁰ Di MONACO, Flávio Eduardo. *O Banquete do Leviatã: direito urbanísticos e transformações da zona central de São Paulo (1886-1945)*. São Paulo, tese de doutorado /FAU-USP, 2007. P. 347.

exposição. Na maioria das vezes as construções representadas eram de luxuosos palacetes, deixando assim um espaço para essas casas luxuosas, que lhes foi negado no *Congresso*, e também para que os consumidores da elite vissem as possibilidades de empreendimentos, os profissionais e seus serviços.

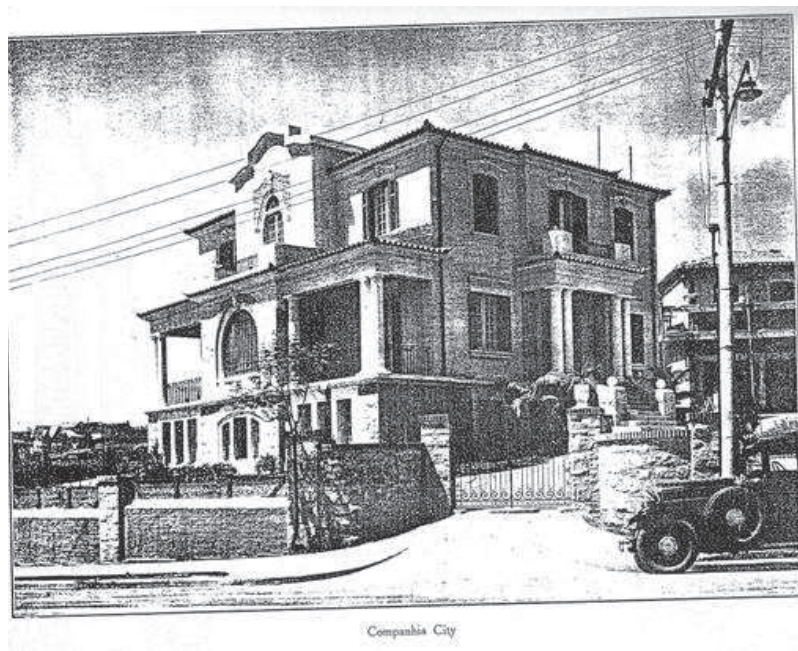


Figura 5: foto de uma habitação luxuosa construída pela Cia. City. In: *Boletim do Instituto de Engenharia*, vol. XIV, n 70, abril de 1931.

Nos anais do *Congresso* existia a preocupação social da habitação impressa nas propostas de trabalho, mas não poderia faltar espaço para o mercado consumidor, já que técnica e tecnologia são caras, a propaganda e a difusão de informações sobre esses dois itens faz parte do processo de venda. A abordagem dada a esse assunto foi de certa forma paradoxal ao utilizar como espaço de divulgação um *Congresso* com viés social, expondo fotos de palacetes e eletrodomésticos caros. Porém, talvez essa inclusão nem representasse tamanho paradoxo, se analisarmos as propostas dos anais. Os temas centrais foram barateamento da construção através de produção de novos materiais ou contenção de custos por meio da modificação de normas; não houve tópicos sobre quais seriam os capitais empregados, de onde adviria o dinheiro da construção. O centro da discussão esteve sempre sobre a técnica dos materiais e dos modos de

construir. Como apontou Lucia Shimbo, o papel dos engenheiros nessa discussão não se propunha a suplantando as relações capitalistas, ao contrário - reafirmava essas relações.

A posição ideológica da categoria profissional dos engenheiros, no período examinado [1930-1964], estava relacionada à manutenção e ao desenvolvimento do sistema capitalista, ligada aos interesses dominantes da burguesia industrial. De acordo com Kawamura (1979), o engenheiro se enquadra como “intelectual orgânico da burguesia”. Portanto, diante do mercado capitalista que absorve a habitação torna-se difícil a atuação do engenheiro visando à superação das relações capitalistas de produção, apontada por Engels como necessária para a solução do problema habitacional¹¹¹

Os anais do Congresso

No decorrer dos trabalhos apresentados no *Congresso*, entre os termos técnicos, estava sendo delineada também a concepção do habitar salubre em vários aspectos, como higiênico, social e cultural. Nos discursos em geral a preocupação técnica se voltava para a melhor forma de habitar destinada a classe trabalhadora. Não apenas o simples residir, já que a habitação estava ligada com a concepção de família e esta, por sua vez, era considerada como unidade social. Embasado nisso a habitação seria a parte material que manteria a família dentro de padrões aceitáveis, ou seja, a família estaria distribuída de maneira ordenada na casa, sem que houvesse grande agrupamento de pessoas em um mesmo quarto, e os indivíduos seriam distanciados de vícios, promiscuidade e qualquer comportamento tomado como reprovável.

As melhorias para habitação propostas nos trabalhos do *Congresso* eram técnicas, mas em muitas delas nota-se que também haveria a intenção de educar o trabalhador, de maneira a prepará-lo para uma vida de comportamentos saudáveis, higiênicos e dentro da moral aceita. O pronunciamento de Alexandre Albuquerque, na sessão inaugural do *Congresso*, já mencionado neste trabalho, foi apontado como a habitação deveria ser pensada como forma de desenvolver a “raça”. Segundo Albuquerque, à vida nos cortiços só poderiam suceder doenças e imoralidade, ao passo que a casa salubre favoreceria ao repouso e, conseqüentemente, à permanência do habitante em seu interior.

¹¹¹ SHIMBO, Lucia Z. “A contribuição dos engenheiros do Instituto de Engenharia de São Paulo para a habitação social (1930-1964) in: GITAHY, Maria Lúcia Caira; PEREIRA, Paulo César Xavier (org.). *O Complexo Industrial da Construção e a Habitação Econômica Moderna 1930-1964*. São Carlos: RiMa, 2002. P. 134.

A casa economica não resolve só o caso particular dos seus habitantes. A questão deve ser encarada sob o ponto de vista social. Della, depende também o desenvolvimento da raça.

Da vida promiscua em cortiços sahe um curso de pervertidos, de delinquentes, cortejado por moléstias terríveis. A casa individual, rodeada de ar e de luz, sympathica e convidativa ao repouso, é a cellula mater das raças fortes.¹¹²

A casa seria, portanto, a célula de uma sociedade; se não fosse cuidada de acordo com os parâmetros estabelecidos como saudáveis e de moral apropriada a sociedade seria afetada por essas células doentes. Cabe ressaltar que não apenas a higiene e a saúde estão sendo questionadas aqui - a habitação também poderia gerar delinquentes e pervertidos, ou seja, também poderia induzir aos maus comportamentos.

Dos vinte e um trabalhos apresentados no *Congresso de Habitação* nove citam a moradia como uma questão social e a preocupação com o ambiente formador da família, mesmo alguns que se direcionam para questões mais propriamente técnicas fazem menção à importância social. É possível observarmos isso no anexo 1 que traz a tabela com as apresentações do *Congresso*. Os nove trabalhos citados estão indicados com sua descrição sublinhada. O enfoque na função social da habitação demonstra a finalidade dos trabalhos apresentados e o empenho do *Congresso* em definir uma habitação ao alcance da população com menor poder aquisitivo. Além disso, outra abordagem foi a intenção de formar os trabalhadores para modos de vida e comportamentos pautados por preceitos higiênicos e morais.

Exemplos de trabalhos que possuem essa característica técnica, mas apelam para a importância social da habitação são os textos de: Octavio Marcons Ferraz, Alexandre Albuquerque, M. Silva Polacco e E. Dodsworth. O primeiro deles foi um engenheiro que em parceria com o arquiteto Dulcideo Pereira escreveu uma tese sobre o custo de energia. A proposta central desse trabalho era demonstrar que mesmo a casa de um trabalhador poderia ser servida de iluminação elétrica.

Residencia typó I (fig. 2). – Trata-se de uma habitação modesta, mas que pela sua simplicidade não dispensa um certo conforto, pois uma das bellezas da sciencia e do progresso é tornar popular aquillo que apenas há alguns annos era considerado luxo.

Esta pequena habitação é composta de uma sala, dois quartos, banheiro e cosinha.

¹¹² ALBUQUERQUE, Alexandre. *Primeiro Congresso de Habitação* São Paulo, 1931. P. 22.

Pela quantia media de 7\$200 a casa da fig. 2 usa discretamente corrente electrica. O funcionamento de 180 horas por anno para um ferro de engommar é em geral sufficiente¹¹³.

Primeiramente, o modelo de casa modesta proposta, composta de cinco cômodos, seria considerada uma casa confortável para a grande parte da população que vivia em cortiços, pois há divisão dos espaços para cada função, incluindo dois quartos - o que separaria o quarto dos pais e dos filhos. O modelo proposto aqui é o que vai prevalecer durante o *Congresso de Habitação* e no caso desta tese a casa também teria energia elétrica para iluminação em todos os cômodos e para o ferro de engomar. Ferraz em seu texto deixa claro como isso seria um conforto limitado para os operários, afinal em outro tipo de moradia ele cotou os custos de energia incluindo aparelhos como geladeira, fogão, enceradeira.

Vemos pois, que uma casa para a família de tratamento usando francamente corrente electrica, e gozando todas as vantagens de uma ampla eletrificação da habitação, com geladeira, ventilador, aquecedores (irradiadores), vassoura, encerradeira,, fogão de copa, seccador de cabelo, etc., deve despende cerca de 100\$000 mensaes com energia electrica na base dos preços em vigor em S. Paulo¹¹⁴

O trabalho deixa explícito o esforço de difundir um conforto para diversas camadas da população através de uma etiqueta, ou hábito específico, de utilização do serviço. Os detentores de maior poder aquisitivo fariam uso não apenas da iluminação, mas de uma gama de aparelhos domésticos que poderiam mudar a rotina de consumo; por exemplo, através da geladeira teriam a possibilidade de estocar alimentos perecíveis. Ao passo que aos operários seriam destinados apenas a iluminação e o ferro de engomar, o que faz cogitar sobre o porquê da escolha desse aparelho, talvez não por ter um papel fundamental na rotina do trabalhador, mas por ser um dos aparelhos domésticos que traria menos gasto elétrico. Outra questão é quem seria o principal utilizador de tal aparelho - o trabalho de engomar roupas é tradicionalmente um trabalho feminino por ser um trabalho doméstico. A maioria dos aparelhos elétricos está vinculada a esse tipo de trabalho, como o fogão, a geladeira e a enceradeira. A escolha do ferro de engomar para ser o único aparelho elétrico da casa estaria então relacionada a ele ser também um aparelho para o trabalho doméstico feminino.

¹¹³ FERRAZ, Octavio M., PEREIRA, Dulcidio. “O custo da energia electrica para uso domestico”. In: *Primeiro Congresso de Habitação* São Paulo, 1931. P. 172.

¹¹⁴ Ibidem, p. 177.

Interessante confrontar o fato de que geladeiras foram exibidas na exposição de um congresso voltado para o tema habitações mínimas, destinadas aos operários, e um dos trabalhos desse mesmo congresso deixa claro como esse público não consumiria geladeiras, embora a utilização da eletricidade fosse pauta do evento e de outros stands da exposição, como é o caso da Byington & Cia que expôs materiais elétricos. A proposta era energia elétrica para todos, desde que a utilização fosse policiada e limitada pela óbvia falta de recursos dos trabalhadores, já que, assim como outros elementos apresentados no *Congresso*, a energia era mais um produto a ser comercializado.

Outros dois trabalhos que utilizam o mote social da habitação para o desenvolvimento de seus interesses são os artigos dos engenheiros Mario S. Polacco e E. Dodsworth. O primeiro trata de blocos de cimento e de início coloca como importante problema a diminuição nos custos da construção:

A construção de prédios a baixo preço é dentre problemas da actualidade um dos mais importantes e cuja solução preocupa obsecantemente os technicos de hoje. E si a economia é requerida imprescindivelmente, exigem-se ao mesmo tempo melhores e mais aperfeiçoadas condições de hygiene e conforto¹¹⁵

Após essa explanação, o autor passa diretamente para as diferenças e vantagens de uso dos blocos em contraposição aos tijolos, volta a falar de economia somente quando cita o custo da parede feita de blocos e não consegue provar efetivamente uma maior economia financeira. O trabalho do engenheiro é como uma extensa propaganda dos blocos Canova, informativo das vantagens técnicas do produto, como a leveza do material e o menor espaço ocupado por ele em comparação aos tijolos.

Do mesmo modo, em outro trabalho, o engenheiro E. Dodsworth apresenta o Blóco Duplex, dando detalhes de como foi pensada sua invenção, mas não sem antes citar o problema da habitação:

Ha longos annos, no mundo inteiro, procura-se baratear a construção do lar familiar estudando-se a sua construção, com fito de tornal-o mais ao alcance dos menos favorecidos de recursos, melhorando-se as condições de hygiene e salubridade, de resistencia ao tempo e as condições climatericas. O problema da casa economica e

¹¹⁵ POLACCO, Maria. S. “Os modernos blocos de cimento na edificação. Blocos ‘Canova’”. In: *Primeiro Congresso de Habitação* São Paulo, 1931. P. 352.

hygienica tem interessado grandemente e motivado, a par de discussões, technicas ou não, numerosas experiencias e tentativas, em todos os paizes¹¹⁶.

Esse engenheiro também não retornou diretamente ao tema do barateamento da construção, porém citou uma série de arquitetos modernos deixando claro como o produto se ligava às novas disposições da arquitetura.

As tendencias modernas da consrucção da habitação humana, orientadas por Le Corbusier e André Lurçat, na França, Walter Gropius, na Alemanha, Dudok e Riveld, na Hollanda e G. Warchawchik em São Paulo, encontrarão, talvez, no bloco “Duplex” um elemento constructivo para auxiliar a solução do problema e, si assim fôr, nos consideraremos muito felizes¹¹⁷.

O assunto da habitação mínima está presente apenas como pano de fundo das questões centrais desses trabalhos. Seu principal foco foi a inovação no material de construção. Cabe ressaltar que seriam materiais produzidos no Brasil e que trariam maior variedade de escolha ao construtor que comumente utilizaria tijolos.

Nestes casos, a abordagem não recai sobre a mudança de comportamento do morador, mas sobre as técnicas e modos de se construir. Em outros trabalhos foi possível observar o enfoque sobre os modos de produzir materiais através da simplificação e padronização. A tese de Armando A. Peireira propunha a padronização dos tijolos nacionais¹¹⁸, ao passo que o trabalho de Mario L. Ludolf recomendou a padronização para toda a indústria nacional evitando o desperdício.

O I CONGRESSO DE HABITAÇÃO JULGA OPPORTUNO QUE AS ASSOCIAÇÕES TECHNICAS, EM COLLABORAÇÃO COM AS ENTIDADES INDUSTRAES COMMERCIAES, INICIEM UM MOVIMENTO TENDENTE A REDUZIR AO MENOR NUMERO POSSIVEL AS MULTIPLAS VARIEDADES ORA EXISTENTES DE CADA UM DOS ELEMENTOS, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, UTILISADOS EM UMA CONSTRUÇÃO¹¹⁹.

Portanto, em nome do próprio *Congresso* foi acatada como importante essa prática, que segundo o autor da tese traria beneficios como uma “*producção mais eficiente e de menor custo*,”

¹¹⁶ DODSWORTH, E.. “Descrição de um novo elemento constructivo ‘Blóco Duplex’”. In: *Primeiro Congresso de Habitação* São Paulo, 1931. P. 370.

¹¹⁷ Idem, p. 376.

¹¹⁸ PEREIRA, Armando de A.. “Estudo comparativo das dimensões dos tijolos communs de São Paulo com as de outros paizes. – Simplificação do tijolo entre nós”. In: *Primeiro Congresso de Habitação* São Paulo, 1931. P. 215.

¹¹⁹ LUDOLF, Mario L.. “Especificação, pratica simplificada, padronisação”. In: *Primeiro Congresso de Habitação* São Paulo, 1931. P. 203.

uma maior productividade e, em consequencia, uma maior remuneração ao operario”¹²⁰. Em outro trabalho, um engenheiro do Laboratório de Ensaio de Materiais da Escola Politécnica defendeu a maior pesquisa sobre a madeira nacional para que ela fosse mais empregada na construção, o que exigiria um estudo das propriedades da madeira de modo a estabelecer normas de utilização.

Esses trabalhos demonstram grande esforço em obter resoluções técnicas para o problema da construção habitacional, tanto no quesito da produção como na descoberta de novos materiais. Foi uma tentativa técnica para se estabelecer melhores e mais eficazes meios de construção, isto dentro do contexto do *Congresso*, que buscava a habitação mínima ao alcance da maioria, e portanto deveria se encaixar à realidade nacional de forma a trazer novas soluções. Porém, nem todos os trabalhos trouxeram efetivamente a discussão da economia financeira para o construtor, visto que os trabalhos acima apresentados dialogam mais diretamente com as industriais.

Outros diálogos travados durante o *Congresso de Habitação* ocorreram em torno das normas e regulamentos vigentes, como é o caso das teses de Amador Cintra Prado e de Alexandre Albuquerque. Em ambos os trabalhos foi explicitado como as normas técnicas propostas para habitação forçam o aumento do custo da construção, e esse tópico de discussão foi mais apropriado à questão da busca pela habitação mínima.

No caso da tese de Prado, a proposta era se basear na maior simplicidade das casas rurais para obter uma habitação operária barata. A ideia era construir com juntas de barro, fazer piso e passeio em torno da construção de tijolos, dar apenas uma demão de argamassa nas paredes e até mesmo abandonar a ideia do forro:

“Abandonemos o forro para que haja ar, embora moscas, aranhas e outros insectos possam descer do telhado. Estes bichinhos são mais mansos e inoffensivos do que pensam, e até mais espertos porque entram pelas portas e frestas que acham abertas”¹²¹.

Importante notar que havia aqui um embate de saberes, pois, segundo Prado, os higienistas exigiam medidas exageradas para que uma casa fosse salubre o que tornaria tais normas impraticáveis para a maioria das pessoas, uma vez que a construção, além de confortável e higiênica, seria dispendiosa.

Em relação á economia possivel nas casas proletarias urbanas existe uma opinião, chocante para os hygienistas, mas provada pela pratica das construcções ruraes.

¹²⁰ Ibidem, p. 208.

¹²¹ PRADO, Amador C.. “Casas ruraes adaptadas a casas operarias”. In: *Primeiro Congresso de Habitação* São Paulo, 1931. P. 83.

Seria ideal que todos, ricos e pobres, tivessem suas casas num máximo de hygiene, conforto e alegria, mas sendo esta solução financeira impraticavel é forçoso admittir concessões. Nessas concessões os padrões e codigos officiais divergem radicalmente do criterio adoptado e consagrado pelas populações ruraes; seria portanto proveitoso que nós examinássemos com imparcialidade esses pontos de vista pois cheguei a conclusão, como espero que outros colegas cheguem, que a logica se afastou lamentavelmente dos nossos hygienistas¹²²

Nesse ponto o engenheiro colocava uma crítica que estaria sendo feita por outros colegas sobre higienistas e normas oficiais. Ao mesmo tempo, a proposta de Prado é oposta à de outros engenheiros que buscavam novos materiais de construção e melhor acuidade na produção desses, o que poderia resultar numa edificação não tão modesta. Prado foi capaz de colocar em perspectiva a possibilidade de uma total simplificação da habitação de forma prática, sem novos meios e invenções, para diminuir o custo da construção, embora as medidas propostas pareçam drásticas em demasia.

De modo diferente Alexandre Albuquerque também questionou o Código Municipal para habitações. Ainda que de forma não tão radical como a adotada por seu colega, as propostas de Albuquerque se voltavam para áreas mínimas e pés direitos, que, segundo o engenheiro, eram exigidas em medidas excessivamente grandes.

Hoje o pé-direito foi reduzido a 3ms., e cremos, a experiencia é de molde a permittir alturas livres de 2,50ms. É fácil comprehender que, em números redondos, o pé-direito de 3ms. é 25% mais economico que o de 4 ms.; a economia augmentaria de 15%, baixando-os a 2,50ms.. Comprehende-se assim o enorme prejuizo que a antiga lei trazia aos proprietarios¹²³

As teses apontadas até agora demonstram a preocupação com o problema social da habitação que o *Congresso* gostaria de enfocar, e o ponto central parece ser muito mais técnico. Foram tentativas voltadas para modificações de hábitos do construir, padrões oficiais ou busca por novos materiais, na expectativa de diminuir o custo do conforto e da higiene de uma casa mínima.

Porém, há algumas teses que fogem um pouco dessas questões. O trabalho de Albuquerque, por exemplo, que além de tratar de considerações técnicas trouxe considerações sobre o impacto que o ambiente privado teria sobre as pessoas. A habitação insalubre geraria a

¹²² Ibidem, p. 81.

¹²³ ALBUQUERQUE, Alexandre. “Codigos Municipaes de Obras”. In: *Primeiro Congresso de Habitação* São Paulo, 1931. P. 283.

exposição das famílias à promiscuidade, e segundo o engenheiro elas também estariam vulneráveis ao alcoolismo, à tuberculose e à má higiene, e esta última seria levada para escolas e oficinas. As crianças, os homens e as mulheres não se manteriam dentro de suas casas, procurando as ruas; os homens iriam para bares, as mulheres perderiam o pudor e a dignidade e as crianças adoeceriam.

Evitar a vida em promiscuidade, é problema social de grande importância; com a sua solução, melhora-se a raça, e dá-se combate aos grandes flagellos da humanidade: alcoolismo e tuberculose.

É fácil descrever o que se vê em muitas destas casas de tres peças; a promiscuidade excita os hábitos de pouca limpeza; grandes e pequenos a elles se habitua, e transportam-n'os para as officinas e escolas. De volta destas, as creanças fogem para a rua, seu asylo predilecto, e os homens para as “vendas”, adquirindo ahi doenças phisicas e moraes, e odiando a sociedade. As moças, na promiscuidade em que vivem, perdem o senso da dignidade e do pudor. E tudo isto quando as creanças conseguem vencer, enfraquecidas, as doenças que pululam em meio tão propicio¹²⁴

Pela lógica do engenheiro, se uma habitação insalubre geraria indivíduos com esses comportamentos, uma casa mínima nos moldes propostos por eles poderia produzir uma população física e moralmente saudável, ou seja, longe dos vícios e das doenças apontadas por Albuquerque. Para esse autor a habitação melhoraria toda uma população, ao passo que o engenheiro Henrique Doria considerava importante solucionar o problema da habitação porque a sociedade seria um todo único capaz de carregar as mazelas e doenças de uns para os outros.

É verdade indiscutível que a sociedade é um todo indissolúvel: as classes sociais tornam-se solidarias, no ponto de vista physico, pelas epidemias que partindo das habitações pobres dos “cortiços” e porões insalubres, se extendem, tambem, pelas vivendas confortaveis dos ricos. Do mesmo modo, moralmente, todo o progresso diminue com a miseria, o vicio e a degradação das classes inferiores¹²⁵

Do ponto de vista moral, o engenheiro Bruno Simões Magro tinha alguns pré-julgamentos sobre a população brasileira. Quando questionou críticas feitas contra as muitas divisórias no projeto da casa econômica brasileira, alegou que tais análises não seriam pertinentes porque o comportamento da população assim exigiria a divisão de espaços para manter, o que ele chamou de, uma “rígida moralidade” na família.

¹²⁴ Ibidem, p. 286.

¹²⁵ DORIA, Henrique. “Sugestões para a solução do problema das casas operarias” in: *Primeiro Congresso de Habitação* São Paulo, 1931. P. 52.

De passagem, devo referir-me á critica que, em geral, costumam fazer os estrangeiros aos planos de nossas casas economicas. Acham que n'ellas ha excesso de divisões e proclamam ser muito preferivel dispôr-se de menor numero de commodos, tendo, porem, cada compartimento maior área.

[...]

Em taes typos não se nota a preocupação de isolamento das camaras de dormir tão perfeito quanto o deseja a familia brasileira, por tradição discreta em sua rigida moralidade.

Economisar espaço e materiaes é realmente e de ve ser a primeira preocupação de quem pretende fazer casas baratas.

Mas o technico que se abalança a resolvêr o problema da habitação economica tem que abordar o assumpto encarando-o sob seus diversos aspectos, não lhe sendo licito descuidar-se de sua responsabilidade como formador do ambiente moral¹²⁶

O engenheiro explicita nesse trecho que o técnico criador da habitação deveria se definir como formador de comportamentos morais. Desse modo, Magro não deixaria de projetar casas com vários cômodos, de tal forma que os quartos do casal sempre estariam separados dos filhos, dando assim maior privacidade e resguardando as crianças do contato, considerado indevido, com as relações sexuais dos pais. O mesmo autor também expôs a necessidade de um quarto de banho para habitações brasileiras, com a mesma alegação de que seria hábito nacional o banho diário.

De um modo geral, pode dizer-se que é de rigôr o uso diario do banho individual de corpo inteiro. Varia, porem, o systema, por isso que nos Estados do Norte e no centro do paiz, aonde elevada é a temperatura, o banho de aspersão ou de imersão é sempre frio, ao passo que nos do Sul a agua é aquecida, usando-se banhor morno.

[...]

De taes considerações decorre naturalmente a necessidade de prôver-se a casa proletaria de um compartimento para banhos, peça que muitas vezes não existe em habitações congeneres de paizes de clima e habitos differentes¹²⁷.

O engenheiro tratou do comportamento do brasileiro de forma bastante sucinta. Seria interessante confrontar sua análise com o momento pelo qual passava o país, que já havia recebido grande contingente de imigrantes de outros países e outras culturas, especialmente o Estado de São Paulo. Isso talvez obrigasse o engenheiro a um estudo mais extenso sobre os comportamentos das populações recém chegadas no Brasil, para somente assim um modelo ideal

¹²⁶ MAGRO, Bruno S.. “Habitações economicas” in: *Primeiro Congresso de Habitação* São Paulo, 1931. P. 57.

¹²⁷ Idem, p. 58.

de habitação, como propôs Magro. Além disso, mesmo se for considerada correta a análise do engenheiro sobre o hábito brasileiro, ter uma instalação destinada ao banho nas habitações seria um conforto para o momento da higiene pessoal e, por isso, poderia influenciar na consolidação de uma tendência ao banho diário.

Outros comportamentos abordados no *Congresso* foram os vícios da bebida e do jogo, e como a distância entre esses hábitos reprovados e o comportamento considerado virtuoso poderia aumentar de acordo com o controle da habitação. Para alguns especialistas, a casa que possuísse um jardim a ser cuidado traria satisfação para o operário como forma de lazer. Essa forma de habitar seria melhor realizada nas cidades jardins, segundo o engenheiro Marcello T. C. Mendonça. Isso ressalta outra mudança de comportamento envolvendo o oferecimento de um conforto, com o jardim como forma de passatempo.

Satisfeitos em seu lar, tendo que cuidar do seu jardim e da sua pequena horta, o operário, não precisa procurar o esquecimento na bebida e no jogo.

A natalidade aumenta e a mortalidade diminui em proporção surpreendente.

As crianças têm campos de recreio e, assim sendo, crescem fortes e saudáveis.

Como conclusão: - A cidade jardim é uma obra essencialmente social, que favorece não somente as condições financeiras e econômicas, como também as morais¹²⁸.

Cabe ressaltar que o *Congresso de Habitação* teve, além das soluções técnicas, abordagens sobre questões sociais e culturais que explicitaram o caráter disciplinador do espaço privado planejado por esses técnicos para os trabalhadores. Esses engenheiros propuseram uma modificação de comportamentos que estava mais ligada ao conforto do que à norma, mas ainda assim revelando uma preocupação com os hábitos da população.

¹²⁸ MENDONÇA, Marcello T. C. “Casas populares – Cidades Jardins” in: *Primeiro Congresso de Habitação* São Paulo, 1931. P. 146.

4. Habitação, a racionalização da família

Dez anos depois da realização do *Primeiro Congresso da Habitação*, o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) promoveu a *Jornada de Habitação Econômica*. E embora ela tenha tido a participação de engenheiros, como ocorreu no *Primeiro Congresso de Habitação*, especialistas de outras áreas também abordaram o assunto trazendo questões variadas para o tema. Esses outros especialistas eram: advogados, médicos, educadores, assistentes sociais, técnicos em estatística dentre outros.

A *Jornada* teve um caráter bastante diferente do *Primeiro Congresso de Habitação*, os profissionais participantes do evento extrapolaram o campo geralmente explorado da análise sobre a questão habitacional, que frequentemente se ligava à engenharia e à medicina, e adentraram em campos como o jurídico e o comportamental. Essa diferença entre o *Primeiro Congresso de Habitação* e a *Jornada da Habitação Econômica* tem como principal motivo a mudança das instituições responsáveis pelos dois eventos. O *Congresso da Habitação* tinha como organizador o Instituto de Engenharia, espaço frequentado por profissionais específicos, enquanto a *Jornada da Habitação Econômica* ficou a cargo do IDORT, instituto capaz de levar certa diversidade de especialistas, em decorrência do seu objetivo principal: a organização racional do trabalho. Estiveram também presentes nesse evento alguns profissionais da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, e a sua presença também contribuiu para a diversidade da discussão.

A compreensão dos objetivos das duas instituições envolvidas no evento desempenha papel importante para analisar a *Jornada*. Questões sobre como o tema central do IDORT (a racionalização do trabalho) abordou o tema habitação e o motivo dessa preocupação é de grande relevância na presente discussão. Já que a criação da Escola Livre de Sociologia e Política tinha pretensões de entender e resolver questões sobre a realidade brasileira. Por isso seria importante, a princípio, introduzir algumas questões referentes a esses institutos que ajudarão a compreender a pluralidade de discussões abarcadas na *Jornada*, para depois enfocar a questão da habitação.

O IDORT, seu início e objetivos.

O IDORT tem como data de fundação 23 de junho de 1931.entre seus criadores se encontravam: Aldo de Azevedo¹²⁹, Armando Salles Oliveira, Gaspar Ricardo Júnior, Henrique Dumont Vilares e Luiz Tavares Pereira. Tais personagens foram engenheiros, educadores, industriais e médicos. Foi com a parceria da Associação Comercial de São Paulo e o contato com o grupo, *O Estado de S. Paulo*, que essas personalidades se reuniram e ocorreu a criação do IDORT.

A parceria com *O Estado de S. Paulo* foi muito importante para fortalecer a criação do IDORT, principalmente porque a Associação Comercial - outro grupo envolvido na criação do instituto - não mais possuía grande influência em São Paulo, na época a CIESP era a organização de destaque e ainda não estava envolvida com tal empreendimento. Não apenas a Associação Comercial como outros nomes e institutos tentaram desenvolver trabalhos que proporcionassem a discussão e prática da racionalização do trabalho. Em 1924, o Liceu de Artes e Ofício e o Instituto de Engenharia já tinham feito incursões sobre o tema num trabalho que propunha usar a psicotécnica para a seleção e orientação de profissionais. A discussão da organização racional do trabalho, portanto, já vinha se formando há algum tempo em São Paulo sem que fosse consolidado um espaço para ela.

Quando é retomada a discussão em torno da criação de um organismo voltada para a difusão das “ideias de organização científica do trabalho”, já no final de 1930, pode-se observar mais claramente a ampliação dos horizontes compreendidos no seu raio de atuação. A simples articulação entre as iniciativas até então um tanto isoladas no campo da racionalização parecia não ser suficiente para dar suporte a uma instituição que pretendia impor o princípio de eficiência como norteador da moderna sociedade brasileira. Aproximar as experiências de Lourenço Filho (com a nova psicologia que procurava se voltar para o mundo da produção) às do engenheiro e professor Roberto Mange (no campo da formação e seleção profissional) incorporando, também, os novos trabalhos desenvolvidos no campo da medicina, na área de higiene do trabalho, com Antonio Carlos Pacheco e Silva, Geraldo de Paula Souza e outros, por si só não garantia a sustentação do poder de fogo que se esperava desse empreendimento. Afinal, a

¹²⁹ Engenheiro, administrador e proprietário da Fábrica de Tecidos Japhy em Jundiaí. Mais informações em ANTONACCI, Maria Antonieta. *A Vitória da Razão (?): o IDORT e a Sociedade Paulista*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1993. P. 109.

Associação Comercial de São Paulo, no seio da qual se projetava o novo Instituto já se apresentava mais enfraquecida a partir da criação do CIESP em 1928.

Nesse sentido, a articulação com o jornal *O Estado de São Paulo*, através da participação direta de Armando de Salles Oliveira, é motivada não só pela importância que o jornal representava como veículo de divulgação da doutrina da racionalização mas sobretudo pela grande força política de que era possuidor na época.¹³⁰

De acordo com o trecho acima, o jornal *Estado de São Paulo* além de financiar o instituto em seu período inicial, foi o principal órgão difusor do IDORT, afinal já era um jornal de grande propagação na cidade. A Associação Comercial de São Paulo também teve um importante papel porque dentro de sua sede ocorreram as primeiras atividades do IDORT.¹³¹

A implantação desse sistema visando melhorar e aumentar a produtividade nas fábricas, antes da fundação do IDORT, já tinha no engenheiro e industrial Roberto Simonsen seu principal adepto e ativo divulgador de práticas racionalizadoras no Brasil. Suas publicações, como *O Trabalho Moderno*, favoreceram a exposição sobre o trabalho racionalizado, e ele também buscou implantar essas técnicas em sua própria empresa:

Entre as iniciativas pioneiras destacam-se as diretrizes que Roberto Simonsen imprimiu a suas empresas e consolidou na construção de quartéis, difundindo princípios tayloristas, e promovendo na indústria paulista nova mentalidade no trato das empresas e nas relações de trabalho. Em fins de 1918, em discurso aos operários e companheiros da Companhia Construtora de Santos – depois publicado como orientações ao patronato sob o título *O trabalho moderno* -, Simonsen chamou atenção do empresariado para a situação do pós-guerra, onde a perspectiva de ‘evitar a todo transe que sejam trazidas para o nosso Brasil as lutas de classe’, diante da “tremenda luta econômica que vai se travar”, impunha a necessidade da moderna organização do trabalho. Estruturar as empresas para a “máxima economia na produção pela realização da máxima eficiência”, implicava novas relações com os trabalhadores, para que “imperem os verdadeiros princípios da cooperação entre patrões e operários”¹³²

Segundo Maria Antonieta Antonacci, o industrial defendia a necessidade da racionalização do trabalho para garantir, entre outros objetivos, uma nova relação entre operários e patrões, promovendo assim a cooperação e não o combate entre eles. Essa autora descreve Simonsen como uma personagem na vanguarda da racionalização do trabalho no Brasil. Mas

¹³⁰ TENCA, Alvaro. Razão e vontade política: o IDORT e a grande indústria dos anos 30. Campinas, dissertação de mestrado/ IFCH-UNICAMP (dep. de história), 1987. P. 10.

¹³¹ Ibidem. P. 12.

¹³² ANTONACCI, op. cit.. P. 37.

deixa claro que no início da fundação do IDORT o grupo *Estado de S. Paulo* esteve mais empenhado na sua consolidação. A autora também compara a comissão fundadora do IDORT com criadores de institutos de racionalização em outros países:

Dos contatos com *O Estado*, resultou a formação de uma comissão promotora do novo empreendimento, composta por Aldo de Azevedo, Armando de Salles Oliveira, Gaspar Ricardo Júnior, Henrique Dumont Vilares e Luiz Tavares Pereira. Enquanto o Instituto de Racionalização do Reich (R.K.W.) surgiu com o apoio oficial do Novo Estado Alemão e o Instituto Nacional Italiano pela Organização Científica (ENIOS) foi criado pela Confederação dos Industriais Italianos (Confindústria), o IDORT foi organizado e financeiramente sustentado, na sua fase inicial, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.¹³³

O que revela um caráter peculiar, já que enquanto outros países têm de pronto o governo ou os industriais que defendem uma reforma nos modos de produção e apostam nela, no Brasil é um órgão de imprensa que toma a principal iniciativa para isso. Essa mesma autora também aponta como depois os interesses patronais serão defendidos pelo IDORT e nomes de industriais envolvidos, dentre eles, o de Roberto Simonsen. A própria FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) mais tarde viria a financiar a *Jornada contra o desperdício* em 1938.

Muito embora no início de seu governo Getúlio Vargas já demonstrasse sua preocupação com o operariado através da criação do Ministério do Trabalho e do Departamento Nacional do Trabalho, esses órgãos não iriam organizar ou contribuir com a produção industrial diretamente, mas suas resoluções certamente afetariam o ambiente industrial do período já que os direitos dos trabalhadores começaram a ser discutidos.

Logo de início no poder, no mesmo ano de sua posse, por intermédio de Decreto nº 19.433 de 26 de novembro de 1930, Getúlio Vargas cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. (NASCIMENTO, 2003, p. 72). Meses após, em 4 de fevereiro de 1931, institui-se o Departamento Nacional do Trabalho (DNT) pelo Decreto nº 19.671-A. (DELGADO, 2001, p. 59). Magda Barros Biavaschi (2007, p. 87) justifica que a criação do Ministério do Trabalho tinha como finalidade "superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural"¹³⁴.

Apesar das articulações governamentais e do grande interesse do industrial Roberto Simonsen pela racionalização, segundo a pesquisa de Alvaro Tenca, uma parte da categoria dos industriais de São Paulo não demonstraria interesse pelo IDORT tão logo ele fora criado.

¹³³ ANTONACCI, op. cit.. P. 113.

¹³⁴ LUZ, Alex F., SANTIN, Janaína R. "As relações de trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da revolução de 1930" in: *História*, vol.29, no.2. Franca Dec. 2010.

Mas, se a aproximação com o jornal *O Estado de São Paulo* aparece registrada na *Revista* – afinal, o engenheiro Armando de Salles Oliveira, então Diretor daquele jornal, torna-se o primeiro presidente daquele Instituto – o mesmo não acontece com relação à outra grande força política na época, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Nenhuma referencia a essa instituição, não só no momento da criação do IDORT, mas também durante quase toda a década de 30, já que é somente em 1938 que a *Revista* faz menção explícita à FIESP, quando esta aparece como um dos patrocinadores da Jornada Contra o Desperdício, promovido pelo Instituto publicando artigos de Roberto Simonsen e Otávio Pupo Nogueira. Tal ausência constitui um fato curioso já que o IDORT é o grande responsável pela organização e difusão da ciência do trabalho no Brasil.¹³⁵

O jornal *Estado de São Paulo* possuía uma seção apenas para publicações relacionadas ao IDORT, e os outros principais jornais de São Paulo, como *Diário de São Paulo* e *Diário da Noite*, também publicavam uma infinidade de artigos sobre a racionalização¹³⁶. Portanto, não faltavam meios de difusão para o instituto.

Além da vasta divulgação pelos meios da imprensa, o IDORT também oferecia alguns cursos como o de Organização Racional do Trabalho, criado em 1941. Outro serviço oferecido pelo IDORT era o apoio para analisar e aplicar métodos de racionalização nas empresas. Segundo Tenca, há bem poucos registros de contratação desse serviço por empresas.¹³⁷

O instituto também possuía uma revista que levava o seu nome, criada em 1931, chamava-se *Revista IDORT* e mais tarde passou a se chamar *Revista de Organização Científica*. Nesta revista toda a atividade do instituto era noticiada, sempre promovendo a educação e difusão da racionalização. Essa revista abrangia vasta gama de temas, desde a organização racional do trabalho para grandes indústrias até a organização racional da cozinha de uma casa, ensinava a dispor os móveis e utilizá-los durante o trabalho doméstico. Por isso ela se torna elemento tão interessante para essa pesquisa, alguns dos elementos que são oferecidos nessa publicação enfatizam como o IDORT, órgão ligado a questões industriais e administrativas, questionará também o meio privado do trabalhador.

¹³⁵ TENCA, Alvaro. Razão e vontade política: o IDORT e a grande indústria dos anos 30. Campinas, dissertação de mestrado/ IFCH-UNICAMP (dep. de história), 1987. P. 11.

¹³⁶ Ibidem, p. 20.

¹³⁷ Ibidem, p. 15.

Apesar do governo não ter participado ativamente da criação do IDORT, a revista trouxe grande numero de matérias sobre administração pública. Muitas delas eram publicações estrangeiras, traduzidas e publicadas na revista.

A matéria citada sobre a organização racional da cozinha foi tradução de um artigo retirado de uma revista belga¹³⁸. A matéria trazia a racionalização dos meios de produção da indústria para o trabalho doméstico, colocando propostas diferentes que para serem aplicadas possivelmente mudariam muito os gestos e movimentos aos quais quem faz um trabalho doméstico já está habituado. Uma dessas inovações seria propor que o trabalho de lavar a louça fosse feito sentado; a própria autora do texto faz uma ressalva a essa proposta que dificilmente seria adotada sem alguma resistência:

Entretanto, poucas cozinheiras pensariam em se sentar para lavar a louça ou limpar as verduras, e quantas donas de casa não considerariam uma tal tentativa como manifestações de preguiça e indolencia. É, pois, suficiente prevêr, na instalação, superfícies para o trabalho em bôa altura.

Toda a mudança de habito importa, necessariamente, num pequeno esforço de adaptação, mas todas as propostas feitas pela Comissão sueca foram submettidas à prova pratica.¹³⁹

No texto ainda há maiores especificações sobre como o trabalho devia ser realizado, com demonstração por meio de desenhos.

Seja louça em grande quantidade ou não, é preciso considerar 4 operações: reunir os objetos sujos, limpar as sobras de comida, retirar a gordura a sêcco, separar os objetos de lavar; molhar, enxaguar, fazer escorrer, enxugar.

[...]

São previstas varias alternativas: o trabalho se faz sentado ou de pé, da direita para esquerda ou da esquerda para a direita, em 2 pias fixas ou em uma só, com uma cesta de arame na qual a louça lavada é enxaguada por uma ducha flexivel ligada à torneira d'agua quente.¹⁴⁰

¹³⁸ VANDERBOUGHT, Sophie. "A racionaliação da cosinha na Suecia". *Bulletin du Comité National Belgie de l'Organisation Scientifique*, n 7, 1935, Bruxelas, apud: *Revista IDORT*, ano V, n 53, p. 78-81, abril de 1936. A revista do IDORT também tinha essa característica de trazer publicações estrangeiras sobre a racionalização.

¹³⁹ Ibidem. p. 80.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 81

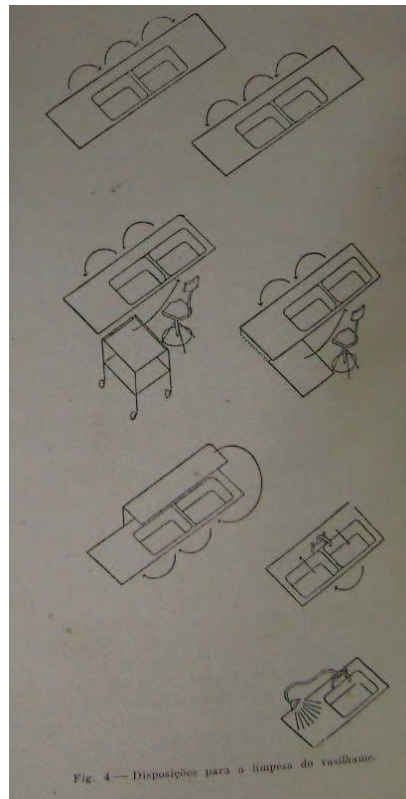


Figura 1: disposições para a limpeza de vasilhames. In: VANDERBOUGHT, Sophie. A racionalização da cozinha na Suécia. Revista IDORT, ano V, n 53, p. 78-81, abril de 1936.

Algo interessante citado na matéria e característico da organização do trabalho se voltou para a maneira como essas mudanças propostas deveriam ser feitas, nunca de maneira imposta, ao contrário, sempre recorrendo à sedução do trabalhador ao demonstrar que a melhor forma para ele seria seguir as tais proposições.

[...] Acreditamos não ser inútil lembrar aqui que é de boa psychologia convencer o pessoal da oportunidade de toda mudança de instalação.

Não se deve querer impôr novos methodos de trabalho, mas esforçar-se para obter a adesão entusiastica dos interessados. Em summa, a reforma dos habitos deve sempre acompanhar a do mobiliario.¹⁴¹

Uma das características e vantagens relativas à organização racional do trabalho residia no caráter científico, e por isso objetivo de suas propostas, questão que era divulgada à exaustão. A ciência indicada como o melhor juiz para o conflito entre trabalhadores e patrão e as propostas

¹⁴¹ Ibidem. p. 81.

apontadas por ela não seriam impostas, até porque, segundo seus propagadores, não haveria motivo para refutá-las - qualquer modificação sugerida era fruto de cálculos científicos. A organização racional do trabalho prometia que as discordâncias seriam arbitradas por critérios científicos, o que levaria a crer que as relações assim estabelecidas se embasariam na justiça, no apartidarismo, e por isso seriam difíceis de contestar. Como já apontamos no capítulo 1, Foucault acreditava na relação direta entre poder e saber, e neste caso isso está mais claro que o poder de realizar mudanças no trabalho se justificaria e se legitimaria por um saber.

Essa posição de neutralidade científica não levava em conta a vontade política de trabalhadores em busca de seus direitos, o operário, para o IDORT e seu sistema de organização racional do trabalho, deveria ter suas principais necessidades atendidas para que funcionasse tão bem quanto máquina. Os sonhos libertários, anarquistas ou comunistas, com a mudança radical do sistema financeiro e social, seriam a completa oposição a esses cálculos científicos do trabalho. Se tais sonhos fossem contabilizados, seriam como horas de improdutividade que não deveriam acontecer.

A organização racional do trabalho fazia seus cálculos baseados em uma espécie de operário ideal, que, de acordo com as propostas da racionalização, responderia a ela obediente e satisfeito por produzir mais. A relação entre dois focos de interesse – a produção submetida ao sistema de racionalização e as condições de vida do trabalhador – constituiu um dos temas a ser tratado pelo IDORT, e por isso a preocupação dessa instituição em realizar uma *Jornada da Habitação Econômica*.

As Jornadas do IDORT.

O IDORT em fins dos anos 30, já bem mais estabelecido como instituição, começou a promover as Jornadas, eventos que reuniam muitos especialistas, técnicos e profissionais em torno da aplicação da organização racional. Estes eventos não se limitaram apenas à racionalização do trabalho e da indústria. Em dezembro de 1938, realizou-se a *Jornada contra o desperdício*, que teve grande espaço na revista do IDORT. Esta Jornada possibilitou a compreensão sobre como a organização racional poderia ser aplicada a qualquer atividade.

O IDORT conseguiu reunir o patrocínio de diversas instituições para esta Jornada: FIESP, Associação Comercial, Associação Paulista de Imprensa, Rotary Club, Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis, Bolsa de Mercadorias, Sociedade Rural Brasileira, Sociedade de Medicina e Cirurgia, Instituto de Engenharia, Instituto dos Advogados, Associação Cívica Feminina, Sindicato Agrônomo do Estado de São Paulo¹⁴².

Outra importante instituição que participou do evento foi a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada em 1933. Esta instituição tinha como objetivo construir um campo de conhecimento em São Paulo que deveria investigar a realidade e os problemas nacionais. Segundo Tenca, o discurso de inauguração da escola, feito por Simonsen, então presidente da FIESP, esclarece como os saberes buscados naquele lugar serviriam para a modificação da realidade brasileira de acordo com os parâmetros e a vontade da grande indústria.

E essa escola tem de possuir um tal programa, que possa, além de seu curso normal, esboçar um plano de pesquisas sociais e coordenar a documentação já existente, dirigindo a formação de estatísticas adequadas, promovendo publicações periódicas de monografias e inquéritos, pesquisando os casos especiais pela aplicação dos métodos de observação e inquirição diretos, incentivando a formação de operadores capazes de tais cometimentos e enfim coordenando tudo quanto possa interessar ao perfeito conhecimento do meio em que vivemos e dos elementos necessários à solução dos problemas de governo¹⁴³

Quanto ao IDORT, o objetivo desde as suas primeiras publicações era introduzir a organização racional em todos os quesitos da vida, o que equivaleria a transformar todo o tempo

¹⁴² TENCA, Alvaro. Razão e vontade política: o IDORT e a grande indústria dos anos 30. Campinas, dissertação de mestrado/ IFCH-UNICAMP (dep. de história), 1987. P. 84.

¹⁴³ SIMONSEN, Roberto. *Rumo a verdade*. São Paulo, 1933, p.13, apud: TENCA, Alvaro. Razão e vontade política: o IDORT e a grande indústria dos anos 30. Campinas, dissertação de mestrado/ IFCH-UNICAMP (dep. de história), 1987, p. 31.

da sociedade e suas atividades em trabalho, o qual deveria ser medido e fragmentado. Como foi muito explorado nesta *Jornada*, o desperdício deveria ser evitado ao máximo, e propostas para essa finalidade deveriam ser feitas nas indústrias para aumentar a eficiência da sua produção, que deveriam ser usadas até mesmo em casa e no trabalho intelectual dos profissionais liberais. A Jornada Contra o Desperdício mostrou toda uma gama de atividades nas quais a organização racional se encaixaria. Isso porque a falta de racionalização nas atividades geraria um déficit produtivo, embora esse déficit não fosse aparente na maioria delas.

Tenca questiona se essa postura não seria industrializar a vida, o cotidiano:

A Jornada contra o desperdício possibilitava essa prática de largos horizontes uma vez que não desperdiçar é observar o princípio de eficiência. E eficiência não se garante sem ordem, disciplina e hierarquia. Nesse sentido, já que tudo é trabalho, lutar contra o desperdício, através da mesma forma com a qual, nos dizeres do presidente IDORT, a “indústria moderna” conseguia eliminá-lo, resulta em “fabricizar” a sociedade. E “submeter a disciplina da razão, da lógica, e da economia todos os nossos atos” não seria o mesmo que submeter-se à vontade da grande indústria?¹⁴⁴

Certamente, através de tais proposições, o IDORT expressa a vontade de tornar a sociedade em fábrica, moldando a utilização do tempo de acordo com as normas da indústria. Era a possibilidade de se obter operários e empregados disciplinados e que respeitassem a hierarquia, uma hierarquia cuja a autoridade viria revestida do brilho técnico científico.

Não é preciso buscar a fundo como essa postura do IDORT fica clara na *Jornada Contra o Desperdício*. Em sua revista, muitos artigos e panfletos foram publicados alertando sobre o desperdício de coisas simples do cotidiano, como uma conversa:

¹⁴⁴ TENCA, op. cit.. P. 89.



AS VISITAS

Desperdício de tempo e de palavras...

Figura 2: desperdício nas conversas. In: *Revista IDORT*, ano VII, n 82, p. 266, out. nov. dez. de 1938.

Na imagem acima o IDORT mostra como visitas podem ser desperdício de tempo. Temos um senhor, uma senhora e uma menina, e a cena contempla a ocorrência de uma visita. A imagem faz parecer que o tempo gasto em conversa, ou seja, o tempo utilizado para socializar, seja um desperdício. Como seria então uma socialização útil? Qual seria então a conversa que não envolveria desperdício?

Entre cotidiano e miudezas, esta Jornada deixou claro o caráter abrangente que o IDORT pretendia analisar, e com a *Jornada da habitação econômica* não seria diferente, já que a habitação seria medida, analisada e calculada de todas as formas. Desde os efeitos sociais e

econômicos que as habitações insalubres podem causar para sociedade até como a habitação seria útil para o operário produzir mais e seguir determinada forma de conduta que a fábrica e o instituto aprovariam. Estão assim dados os condicionantes que levaram a se discutir como a casa pode ser um meio pedagógico ou facilitador para produzir o operário ideal e sua família modelo.

Jornada da Habitação Econômica

A *Jornada da Habitação Econômica* ocorreu entre os dias 13 e 21 de setembro de 1941¹⁴⁵, na escola de comércio “Alvares Penteado”. Como no *Congresso de Habitação*, também foi organizada uma exposição, localizada abaixo do Viaduto do Chá, que exibiu projetos, maquetes de construção, gráficos de financiamentos para casa, métodos de urbanismo, trabalhos do IDORT, materiais de construção e imóveis¹⁴⁶. Diferentemente do *Congresso* esse evento teve patrocínio e apoio de uma grande diversidade de entidades, e talvez por isso tenha recebido também uma maior variedade de profissionais. Dentre as instituições estavam: a Sociedade Amigos da Cidade, o Instituto de Direito Social, a Federação das Indústrias, a Bandeira Paulista de Alfabetização, a Associação Paulista de Imprensa (que teve como representante o jornalista Edgar Leuenroth), a Ordem dos Economistas, o Instituto dos Bancários, o Departamento de Cultura do Município, o Instituto de Serviço Social e o Departamento de Assistência Social¹⁴⁷. Outras instituições podem ser vinculadas à *Jornada* através de notícias sobre o evento, como o Rotary Clube e a Associação Rural, onde ocorreram pronunciamentos ou jantares, e a arquidiocese de São Paulo também ofereceu apoio ao evento¹⁴⁸.

Outro ponto que diferencia a *Jornada da Habitação Econômica* do *Congresso de Habitação* foi a diversidade de profissionais que se pronunciaram - dos trinta e sete trabalhos apresentados nos anais da *Jornada*, dezoito não eram de engenheiros. Entre os profissionais se encontravam: empresário e dono de fábrica, técnico em estatística, advogados, geógrafo, jornalistas, assistentes sociais, sociólogos, médicos e economistas. Isso pode ser mais bem observado no anexo 2 que traz a tabela com as apresentações do *Jornada*, assinalando os profissionais que não são engenheiros.

¹⁴⁵ “Jornada da Habitação Econômica”. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 3 set.. de 1941.

¹⁴⁶ “Jornada da Habitação Econômica”. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 set.. de 1941.

¹⁴⁷ Ibidem.

¹⁴⁸ Ibidem.

Sob esse aspecto, o evento reservou os mais variados temas que poderiam incidir sobre habitação, como questões econômicas e as possibilidades de financiamentos e formas de investimentos para construções, questões de ordem legal referentes à propriedade do imóvel, questões técnicas como a produção de materiais e a racionalização da construção e questões sociais referentes à família e à habitação. O que terá mais enfoque aqui serão as discussões de ordem social porque são as que mais buscavam normatizar os comportamentos.

Cabe ressaltar que de acordo com alguns trabalhos da *Jornada*, essa normatização seria melhor transmitida através dos preceitos morais e de uma educação direta sobre a manutenção da casa e da higiene.

Um exemplo disso foi o trabalho da educadora-chefe do Serviço de Saúde Escolar, Maria Antonieta de Castro. Sua tese seria a de que o trabalhador, mesmo morando em uma casa higiênica, talvez não soubesse como mantê-la ou nem mesmo conservar sua higiene pessoal. Dessa forma a autora enfatizava o trabalho das Educadoras Sanitárias Escolares que passavam conhecimento de higiene para que, além das crianças, os adultos também fossem informados.

De nada valerá, pois, uma habitação construída sob os mais rigorosos princípios higiênicos, se o morador desconhece, por completo, a necessidade do asseio corporal; as vias de transmissão das doenças contagiosas e os meios de evita-las; o modo como cuidar da criança e afastá-la de focos de contaminação; o perigo dos animais vetores de moléstias, etc.

É mister que o morador receba instrução sanitária adequada, diretamente, nos Centros de Saúde; ou por intermédio de seus filhos que frequentam as escolas. Quanto a êste particular, desejamos ressaltar o que vêm procurando fazer as Educadoras Sanitárias Escolares, do Serviço de Saúde Escolar, que, ministrando, aos alunos, noções indispensáveis de higiene, vão, estas, atingir o lar, e, através de círculos concêntricos, cada vez mais largos, a própria massa coletiva¹⁴⁹

O caráter bastante educativo da *Jornada* também se mostra pelos trabalhos apresentados e também porque as rádios da capital e do interior de São Paulo irradiaram pequenas palestras e frases de propaganda sobre a *Jornada*. O tema da palestra no rádio foi “Educar para morar”¹⁵⁰. Outras abordagens educativas do evento foram realizadas no ensino primário, primeiramente um concurso de desenho com o tema “a casa que desejo morar” e outros temas foram propostos para os professores abordarem em sala de aula.

¹⁴⁹ CASTRO, Maria A. “Lares e casas – educação do morador” in: *Revista do Arquivo Municipal*, ano 8, volume 82, 1942. P. 188.

¹⁵⁰ “Jornada da Habitação Económica”. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 set.. de 1941.

A chefia do Serviço de Ensino Primario do Departamento de Educação do Estado fez publicar no “Diario oficial” a seguinte recomendação:

“Para a Exposição da Habitação a ser inaugurada durante a Jornada, devem os srs. professores de grupos escolares enviar ao Departamento de Educação [...] os dois melhores trabalhos – desenho e composição ilustrada – até o dia 21 do corrente.

O tema será “A casa que eu desejo habitar”.

Temas que deverão ser focalizados nas aulas.

1 – A saúde é a principal coisa na vida. Só se pode ter saúde morando em casa higienica.

2 – A casa higienica e comoda é condição para a felicidade da família.

3 – Quem possui casa propria paga renda perpertua a si proprio. Quem paga aluguel paga renda perpetua e nunca possuirá habitação própria.¹⁵¹

Um dos aspectos que fica claro nessa seleção de temas é a habitação como condição da manutenção da família e a ênfase na casa própria. O destaque à família é presente nos assuntos da *Jornada* - Bruno Rudolfer, em seu trabalho “*O problema social da habitação*”, definiu a casa como “lugar em que vive a família” e que para projetar uma habitação, seria necessário entender e melhorar os hábitos da família. Para exemplificar essa sua tese, o autor analisa uma pesquisa feita em Estocolmo¹⁵² que estudava os hábitos familiares e a acomodação da casa.

Primeiro, uma apreciação da importância funcional dos diferentes aposentos das moradas, possível através dos dados dos relatórios das atividades. Pôde-se verificar, por exemplo, que a cozinha, nas casas de dois aposentos, era muito mais ocupada durante o dia pelos membros da família como sala de estar, tanto em se tratando de trabalhadores manuais como daqueles de um nível um pouco mais elevado, “os de colarinho branco”; 57% e 52%, respectivamente, de todo o tempo das atividades diárias eram dispendidos na cozinha. À medida que aumentam as dimensões da morada, diminue o emprego da cozinha como sala de estar. O arquiteto pode utilizar informações como essas que lhe indicam quais cômodos onde a família de preferência se reúne e como variam esses hábitos de grupo social para grupo social¹⁵³

Nesse trecho, o autor deixa claro como o aspecto funcional dos cômodos pode influenciar na dinâmica da família. Em uma casa maior com mais separações, destinando uma delas à sala de estar, a cozinha se tornaria um lugar utilizado com menos intensidade, e destinado apenas para a produção do alimento. Dessa forma a cozinha não possuiria acúmulo da função de socialização,

¹⁵¹ Ibidem.

¹⁵² Rudolfer faz referência à pesquisa: RIEMER, Svend, A research note on sociological home-planing – The American Journal of Sociology, XLVI, 6 de maio de 1941, pg. 865-872.

¹⁵³ RUDOLFER, Bruno. “O problema social da habitação” in: *Revista do Arquivo Municipal*, ano 8, volume 82, 1942. P. 36.

que seria realizada exclusivamente na sala. Segundo Rudolfer, a pesquisa vai além dos cômodos e cita como os móveis poderiam trazer caráter multifuncional para um mesmo cômodo, desde que eles não se agrupassem concentricamente. Cada canto da sala poderia ser destinado a tarefas diferentes se mobiliada de maneira apropriada.

Os móveis se distribuem pelos cantos da sala, de acordo com o uso a que destinam: poltronas e rádio, de um lado; escrivaninha ou mesa para correspondência ou estudo, mesa para refeição em outro canto e, possivelmente, em um terceiro, um divan ou espreguiçadeira com uma pequena mesa e uma lâmpada para leitura. Há, neste tipo de arranjo, possibilidade de um mais adequado ajustamento dos interesses tão variados da família¹⁵⁴

Porém o autor deixou claro como isso só poderia se dar através de uma educação dos moradores, já que exigiria a mudança na forma que os móveis eram dispostos tradicionalmente.

Existe dois aspectos do problema: de um lado mobiliar da melhor maneira possível a habitação; de outro, modificar os hábitos da família, educando-a de forma a que possa fazer emprego mais eficiente das condições de habitação que lhe são oferecidas¹⁵⁵

A análise de Rudolfer sobre a pesquisa deixou claro como o meio poderia influenciar o comportamento da família e como isso poderia ser controlado por decoradores ou arquitetos. Mesmo que essas mudanças fossem feitas na tentativa de melhorar a qualidade da habitação e trazer conforto, não escapam da necessidade de educar a população para que tais soluções sejam aceitas. Dos artigos da *Jornada* esse trabalho é o único que fala mais detalhadamente da relação entre comportamento e espaço, embora muitos outros não deixassem de citar tal relação de outras formas.

Muitas teses do evento se voltaram a contabilizar os males que a moradia insalubre, o cortiço e a superlotação de cômodos poderiam causar. Desses males, os mais enfocados foram a imoralidade, a promiscuidade e os vícios, mazelas que não estão ligadas diretamente à saúde, mas sim aos hábitos. O médico Aldo Sinisgalli, autor de “*A habitação como fator de delinquência*”, considerou claramente que moradores de habitações coletivas estariam tão suscetíveis ao seu meio que a sua moralidade dependeria dos outros que compartilhavam o mesmo espaço.

Os ocupantes dessas habitações coletivas são forçados a entrar em contato, quer queiram quer não, com aqueles que residam sob o mesmo teto. Não tem outra alternativa porquanto o isolamento é impossível, o recolhimento impraticável¹⁵⁶

¹⁵⁴ Ibidem, p. 38.

¹⁵⁵ Ibidem.

O próprio título do trabalho já explicita como a moradia poderia ser fator decisivo em comportamentos. As habitações coletivas também eram fator de grande polêmica; o trabalho de Sinisgalli se dirigia a algo parecido com um cortiço, mas a habitação coletiva organizada como apartamentos também foi discutida durante a *Jornada*.

A assistente social Jacy Coutinho Vianna discutiu o “*O ideal em habitação coletiva*” e mais uma vez retornou ao tema da educação efetiva do morador. Segundo a assistente social, embora a habitação coletiva trouxesse um benefício econômico através de apartamentos baratos, os moradores deveriam ser orientados com relação à convivência entre as famílias. As palavras de ordem parecem ser independência ou privacidade e respeito.

É preciso, portanto, educar solidamente os moradores em habitações coletivas para que, preservando e salvaguardando a independência da vida familiar, lembrem-se dos que residem ao lado apenas como pessoas humanas dignas de respeito constante, e também merecedoras do apoio nos casos de necessidade. Esse trabalho poderá ser feito pelos agentes de educação geral, como sejam, os professores, os dirigentes das associações existentes, e os encarregados dos serviços de assistência¹⁵⁷

Esses trabalhos da *Jornada* parecem dar duas mensagens: assim como o espaço em que a população vivia seria fator definidor de hábitos e da saúde, o aparato educacional seria fator crucial para modificação de costumes e da situação das habitações insalubres. Esse instrumental seria composto por profissionais como professores, educadoras sanitárias e assistentes sociais, sendo todos esses profissionais detentores de saberes específicos.

A casa parece ter sido principal alvo da *Jornada da Habitação Econômica* para se atingir a família. Segundo Geraldo Gomes Corrêa, professor de direito, ter uma habitação salubre poderia significar a perfeição da família, do contrário seria sua completa desintegração.

A habitação para ser tomada na sua função relevante, deve ser compreendida como meio para a perfeição familiar, como um elemento de grande valor da elevação do nível moral e social da família.

Se ela não oferece aos seus habitantes as comodidades e as condições higiênicas compatíveis com o seu bem estar físico, psíquico e moral, será uma das condições importantes para a desintegração da sociedade doméstica¹⁵⁸

¹⁵⁶ SINISGALLI, Aldo. “A habitação como fator de delinquência” in: *Revista do Arquivo Municipal*, ano 8, volume 82, 1942. P. 165.

¹⁵⁷ VIANNA, Jacy “O ideal em habitação coletiva” in: *Revista do Arquivo Municipal*, ano 8, volume 82, 1942. P. 140.

¹⁵⁸ CORRÊA, Geraldo. “A habitação e a delinquência infantil” in: *Revista do Arquivo Municipal*, ano 8, volume 82, 1942. P. 214.

Na conferencia inaugural do evento, pronunciada por Roberto Simonsen, fica claro o que deveria conter uma habitação para que ela, segundo esses especialistas, fosse capaz de promover a convivência e o desenvolvimento da família dentro dos moldes considerados adequados. A habitação deveria oferecer não apenas o abrigo como também o descanso e todo o necessário para a alimentação e educação dos filhos, outro ponto que foi fundamental nos discursos desses técnicos.

Essa casa tem que possuir as indispensáveis condições higiênicas, tem de assegurar o abrigo e repouso aos componentes da família, tem que proporcionar o aparelhamento necessário ao preparo e serviço das refeições, tem que facilitar a criação e educação convenientes da prole, e finalmente, tem que possibilitar um mínimo de distrações para os seus habitantes, de todas as idades¹⁵⁹.

Uma das principais preocupações que esses profissionais demonstraram foi promover uma habitação confortável para que a família se mantivesse em seu interior, sem que o lazer e o convívio dependessem de outros espaços que a expusesse a outras pessoas. A casa deveria ser um ambiente confortável, abrigando somente uma família e sem a intromissão de pessoas externas. A família também aparece composta de maneira bem definida - pai, mãe e filhos - de modo que não é cogitada a família extensiva. Os filhos ocupam papel central nas inquietações desses especialistas; da sua educação dependeria o adulto saudável e o trabalhador ideal. Segundo Margareth Rago, em seu livro *Do Cabaré ao Lar*, já no século XIX a medicina projetaria a criança como personagem central da família - todos os cuidados deveriam ser voltados a ela.

Na empresa da constituição da família nuclear moderna, higiênica e privativa, a redefinição do estatuto da criança pelo poder médico desempenhou um papel fundamental. De uma posição secundária e indiferenciada em relação ao mundo dos adultos, a criança foi paulatinamente separada e elevada à condição de figura central no interior da família, demandando um espaço próprio e atenção especial: tratamento e alimentação específicos, vestuário, brinquedos e horários especiais, cuidados fundamentados nos novos saberes racionais da pediatria, da puericultura, da pedagogia e da psicologia¹⁶⁰

No caso da habitação não foi diferente, sendo a casa o espaço da família, a criança, como figura central, deveria ter seu ambiente garantido. A ausência de um espaço confortável

¹⁵⁹ SIMONSEN, Roberto. "Conferencia inaugural pelo dr. Roberto Simonsen" in: *Revista do Arquivo Municipal*, ano 8, volume 82, 1942. P. 25.

¹⁶⁰ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1985. P. 117.

para que se desenvolvessem as brincadeiras infantis, segundo os especialistas da *Jornada*, levaria as crianças para a rua, lugar onde elas entrariam em contato com o “vício”.

Vem novamente aqui apelo ao direito docente da família. Três coisas recebem os filhos dos pais: o ser, o alimento e a educação. Esta, também exige, para que seja eficiente, que a família desfrute uma moradia razoável. Nem se pode ter a pretensão de encerrar a criança entre as quatro paredes que o adulto não suporta. Longe portanto das vistas maternas, que fará a criança antes e depois das três horas do período escolar? Como exigir que ela não procure a rua e a liberdade, se no quarto não há espaço senão para pessoas deitadas? É forçoso reconhecer-lhe o triste direito de educar-se ao sabor das circunstâncias, na escola do vício¹⁶¹

O trecho acima é do assistente social Francisco de Paula Ferreira; o título de seu trabalho é “*A habitação e a moral*”, o que explicita a sua intenção em relacionar o espaço privado ao comportamento da família. Assim como analisou a criança, também fez avaliações sobre a mulher e o homem, e, dessa forma, mostrou explicitamente de qual família tratava - a família nuclear.

Cabe ressaltar que tanto para a criança quanto para o homem a importância da habitação estaria em ser confortável para que ambos não buscassem outras formas de convívio nas ruas. A criança necessitaria de um local para brincar, ao passo que o homem de um lugar para descansar do dia de trabalho.

Após um dia de trabalho extenuante exercício sem a necessária e compensatória alimentação e uma caminhada longa ou viagem em circunstâncias pouco cômodas, o operário que não encontra em casa um ambiente que lhe propicie o necessário descanso físico e mental torna-se um revoltado contra a ordem de coisas que o escraviza a um trabalho mal remunerado¹⁶²

Se à criança e ao homem foi reservado o conforto da habitação, para a mulher a habitação era lugar de isolamento e de seu único trabalho, o doméstico. O ideal de mulher citado em muitos dos trabalhos da *Jornada* se aproxima ao da mulher burguesa que é casta, cumpre seu papel de esposa e mãe de forma assexuada e não deveria expor sua presença no espaço público, porque segundo essa lógica se exporia à promiscuidade.

Convém que a vida da mulher derive numa atmosfera de discrição e de respeito que só se obtem na habitação individual. No cortiço e em outras moradias semelhantes, desde o amanhecer até o cessar tardio do movimento dos inquilinos, está a mulher à vista de

¹⁶¹ FERREIRA, Francisco P. “A Habitação e a Moral” in: *Revista do Arquivo Municipal*, ano 8, volume 82, 1942. P. 174.

¹⁶² Ibidem.

todos, sujeita à promiscuidade, desde o tanque comum até as demais instalações. Essa frequência diária com indivíduos de outro sexo, estranhos à família, vai aos poucos despudorando a mulher pela impossibilidade de deixar de ser vista a todo o instante e com qualquer traje¹⁶³.

Segundo essas normas comportamentais seria também um problema o trabalho remunerado da mulher para complementar a renda da família, uma vez que a mulher seria julgada por não estar cuidando de seus filhos.

*“Emprego da esposa, fator econômico produtivo, e consequente abandono involuntário dos filhos, que ficam entregues a si próprios e à educação pernicioso das ruas”*¹⁶⁴

O trecho acima é do pesquisador social do Departamento de Serviço Social Ugo Guimarães Malheiros. Esse trabalho e o conjunto de outros apresentados aqui reflete o ideal de família e habitação que estava sendo pensada durante a *Jornada da Habitação Econômica*. Nessa família o papel de cada gênero é muito bem definido; como na família burguesa apenas o homem deve trabalhar, à mulher é reservado apenas o espaço privado com o trabalho doméstico e a educação dos filhos.

¹⁶³ Ibidem, p. 173.

¹⁶⁴ MALHEIROS, Ugo G. “Trabalho e habitação”. in: *Revista do Arquivo Municipal*, ano 8, volume 82, 1942. P. 279.

Considerações Finais

O presente trabalho trouxe resultados para reconhecer as diferenças entre dois grandes eventos ocorridos em São Paulo, o *Primeiro Congresso de Habitação* (1931) e a *Jornada da Habitação Econômica* (1941). Embora ambos tivessem temas bastante semelhantes, as abordagens foram em diferentes direções.

O *Primeiro Congresso de Habitação* abordou questões técnicas voltadas para a maneira de construir e para os materiais de construção. Apenas alguns trabalhos tratavam sobre comportamentos e o habitar. Grande atenção foi dada ao desenvolvimento de novos materiais de construção e de projetos que privilegiassem a habitação mínima, construída com o mínimo de espaço e materiais e ainda assim adequada ao conforto e à salubridade. O evento também trouxe uma exposição com materiais de construção, projetos e aparelhos elétricos dispostos de maneira a serem propagandeados para estimular seu consumo.

Embora em muitos dos trabalhos do *Congresso* a atenção estivesse voltada para o problema social da moradia, o evento, juntamente com a exposição, deixou revelar o aspecto comercial da engenharia e da arquitetura. Diane Ghirardo comentou como a arquitetura prefere ser associada à arte do que a indústrias, construtoras e imobiliárias, mas o argumento para sustentar essa preferência parece frágil.

Como profissão e como disciplina acadêmica, a arquitetura prefere não se associar diretamente com a indústria da construção e com as empresas imobiliárias. Todas essas atividades lidam com a construção e mantêm entre si uma relação simbiótica enormemente vantajosa, e todas têm uma consciência atrofiada. A arquitetura se diz diferente das outras duas por ser uma “arte” e não um comércio ou um negócio e, para tanto, os arquitetos – mediante mecanismos altamente refinados de dissimulação – conspiram para sustentar esse frágil argumento¹⁶⁵.

Ou seja, mesmo que a arquitetura, como profissão ou disciplina acadêmica, tenha um profundo vínculo com o negócio da construção, este vínculo continua a ser negado. A relação de dependência entre arquitetura e o comércio permanece ocorrendo numa “consciência atrofiada”. Assim parece acontecer no *Primeiro Congresso de Habitação* – embora os engenheiros-arquitetos procurassem mais explicitamente relacionar seus trabalhos com problemas sociais, o

¹⁶⁵ GHIRARDO, Diane. “A arquitetura da fraude”. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010. P. 417.

aspecto comercial da sua profissão tornava-se aparente durante a exposição realizada. Portanto, o *Congresso de Habitação* trouxe características marcantes dos profissionais participantes. Ao passo que a *Jornada de Habitação Econômica*, mesmo tendo tratado também de questões técnicas, abordou mais diretamente o ambiente disciplinador da habitação. Como já mencionado, a contribuição de profissionais ligados às áreas de sociologia, psicologia e assistência social, cooperaram para uma abordagem mais social do tema habitação. O Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) em parceria com diversas entidades civis trouxe esse diferencial para o evento. Mais do que discussões técnicas sobre a construção, foi definido por profissionais, ligados à área de humanas, que determinados ambientes poderiam ser geradores de comportamentos, como os vícios e a promiscuidade.

A imputação de má conduta de acordo com a moradia foi tão expressamente discutida na *Jornada* que considerei necessário escrever um capítulo inteiro sobre como o cortiço e habitações insalubres eram constantemente alvos de estigma social.

A intenção do IDORT seria discutir soluções para oferecer melhores habitações e também educar a população para essa moradia. Assim, aulas específicas e concurso de desenho foram realizados nas escolas públicas sobre esse tema. A educação não se iniciaria apenas na fábrica, e não seria apenas destinada ao operário e sim os filhos e as mulheres, que também seriam alvos dessa disciplinarização para sua maior difusão.

Embora as diferenças entre os eventos devam ser ressaltadas, ainda podemos observar a semelhança entre eles na medida em que relacionavam habitação e comportamento, espaço físico e saúde. E, principalmente, como acreditavam que a manipulação desse espaço poderia ser voltada para geração de uma população sadia e policiada ou uma população doente e perigosa.

Fontes e Bibliografia

Documentos impressos

BACKHEUSER, Everardo. *Relatorio apresentado ao dr. J. J. Seabra Ministro da Justiça e Negocios Interiores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.
Primeiro Congresso de Habitação São Paulo. São Paulo: Publicação oficial, 1931.

GAMA, Luiz C. do Amaral, SAMPAIO, Theodoro, ESPINHEIRA, Candido, VASCONCELOS, Cunha e MACHADO, Marcondes. Relatório apresentado Dr. Cesario Motta Junior, Secretario dos Negocios do Interior. In: CORDEIRO (org.). *Os Cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização* (1893). São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2010.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 233, de 2 de março de 1894, de 2 de março de 1894. Cria o Código Sanitário. In: CORDEIRO (org.). *Os Cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização* (1893). São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2010.

Periódicos

Boletim do Instituto de Engenharia 1918 – 1941

O Estado de São Paulo 1931 e 1941.

Revista do Arquivo Municipal 1942

Revista IDORT – 1936-1941

Bibliografia

ANSART, Pierre. “História e Memória dos Ressentimentos”. In BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

_____. “Les passions politiques” in: *Encyclopaedia universalis. symposium. les enjeux*. volume 2. Paris: Encyclopaedia Universalis, 1994.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *A Vitória da Razão (?): o IDORT e a Sociedade Paulista*. São Paulo: Marco Zero/ CNPq, 1993.

ARASAWA, Claudio Hiro. *Autoridade, poder, ajustamento: engenheiros e a construção de uma nova ordem na São Paulo republicana (1892-1940)*. São Paulo, tese de doutorado/ FAU-USP, 2005.

ATIQUE, Fernando. “Ensinando a morar: o edifício Esther e os embates pela habitação vertical em São Paulo” in: *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, n 2, p. 38-55, 2005.

BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BEGUIN, F. “As maquinarias inglesas do conforto”. In: *Espaço & Debates* (Cidade e História), São Paulo, 39-55, p. 45, 1981.

BENJAMIN, Walter. “Paris, a capital do século XIX”, in *Walter Benjamin*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, org. Kothe, Flavio; coord., Fernandes, Florestan. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: Vilas Operárias na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI. *As Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A Casa Subjetiva: Matérias, Afectos e Espaços Domésticos*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1992.

_____. “As sete portas da cidade”. In *Espaço e Debates* nº 34, Cidade e História, NERU, 1991.

_____. “Imagens de São Paulo: estética e cidadania” in: FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli (org.). *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. “Langage savant et politique urbaine à São Paulo, 1890-1950”.

BRUNA, Paulo J. V. *Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. *Os Primeiros Arquitetos Modernos. Habitação Social no Brasil 1930-1950*. Tese de Livre Docência, São Paulo: FAUUSP, 1998.

CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

CAMPOS, Cristina de. *São Paulo pela lente da higiene: as propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925-1945)*. São Carlos: RiMa, 2002.

CARONE, Edgard. *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

CARPINTÉRO, Marisa V. Teixeira. *A Construção de um Sonho: os Engenheiros-Arquitetos e a Formulação da Política Habitacional no Brasil (São Paulo-1917/1940)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1990.

CARVALHO, J.M. *Os bestializados: o RJ e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

CERASOLI, Josianne F. *Modernização no plural: Obras Públicas, Tensões Sociais e Cidadania em São Paulo na Passagem do Século XIX para o XX*. Campinas, tese de doutorado/ IFCH-UNICAMP (dep. de história), 2004.

CORBIN, Alain. *Saberes e Odores: o Olfato e o Imaginário social nos Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LE CORBUSIER. *Maneira de pensar o urbanismo*. Lisboa: Europa-America, 1995.

CORDEIRO (org.). *Os Cortiços de Santa Ifigênia: sanitarianismo e urbanização (1893)*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2010.

CORREIA, Telma de Barros. *A Construção do Habitat Moderno no Brasil: 1870-1950*. São Carlos: Rima/ FAPESP, 2004.

_____. (org.). *Philip Gunn: debates e proposições em arquitetura, urbanismo e território na era industrial*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

_____. *Pedra: Plano e Cotidiano Operário no Sertão*. São Paulo: Papirus, 1998.

CLARO, Silene Ferreira. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e as mudanças na trajetória – 1934 – 1950)*. São Paulo, tese de doutorado/ FFLCH-USP (dep. de história), 2008.

DEAECTO, SECCO, SILVA, GLEZER (org.). *São Paulo – Espaço e história*. São Paulo: LCTE, 2008.

DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fabricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Marcia Lucia Rebello Pinho. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo, 1870-1914*. São Paulo: Nobel, 1989.

DONZELET, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FELDMAN, Sarah. *Planejamento e zoneamento: São Paulo 1947-1972*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2005.

FICHER, Sylvia. *Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2005.

FOLZ, Rosana. *Industrialização da Habitação Mínima: discussão das primeiras experiências de arquitetos modernos – 1920-1930*. In: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 95-112, dez. 2005. P. 99.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREITAS, Maria Luiza de. *O “lar conveniente”: os engenheiros e arquitetos e as inovações espaciais e tecnológicas nas habitações populares de São Paulo*. São Paulo, dissertação de mestrado/ Escola de Engenharia de São Carlos-USP, 2005.

GITAHY, Maria Lúcia Caira; PEREIRA, Paulo César Xavier (org.). *O Complexo Industrial da Construção e a Habitação Econômica Moderna 1930-1964*. São Carlos: RiMa, 2002.

GHIRARDO, Diane. “A arquitetura da fraude”. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

GUTÉRREZ, Ramón, TARTARINI Jorge, STAGNO, Rubens. *Congresos Panamericanos de Arquitectos 1920-2000*. Aportes para su historia. Buenos Aires: Cedodal, FPAA, 2010.

HALL, Michael M. “Imigrantes na cidade de São Paulo”, in PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3.

JONES, Gareth Stedman. *Outcast London: a study in the relationship between classes in victorian society*. Oxford : Clarendon Press, 1971.

KENT, Susan. *Domestic Architecture and the Use of Space: an Interdisciplinary Cross-Cultural Study*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LEMOS, Carlos A. C. *A República Ensina a Morar (Melhor)*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. *Cozinhas, Etc.: Um Estudo Sobre as Zonas de Serviço da Casa Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

LUZ, Alex F., SANTIN, Janaína R. “As relações de trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da revolução de 1930” in: *História*, vol.29, no.2. Franca Dec. 2010.

MARICATO, Erminia (org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa - Omega, 1982.

MARIN, Yvette. *Loger les anglais: Le logement social em Angleterre de 1848-1939*. Paris: L'Harmattan, 1994.

MARINS, Paulo C. G. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras” in: NOVAIS, F, SEVCENKO, N.. (org.). *História da vida privada vol. 3*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Di MONACO, Flávio Eduardo. *O Banquete do Leviatã: direito urbanísticos e transformações da zona central de São Paulo (1886-1945)*. São Paulo, tese de doutorado /FAU-USP, 2007.

MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1970.

MUMFORD, Eric Paul. *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge: MIT, 2000.

NESBITT, Kate (org.). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Tradução Denise Boltmam. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Cortiço” in: TOPALOV, Christian; LILLE, Laurent Coudroy; DEPAULE, Jean-Charles e MARIN, Brigitte. *L'Aventure des Mots de la Ville*. À travers le temps, les langues, les sociétés. Paris: Robert Laffont, 2010.

PICCINI, Andrea. *Cortiços na Cidade: Conceito e Preconceito na Reestruturação do Centro Urbano de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 1999.

PINHO, Rachel Tegen de. *Cidade e Loucura*. Cuiabá: Central de Texto: EdUFMTU, 2007.

PINTO, Alfredo Moreira. *A Cidade de São Paulo em 1900*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1979.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo : USP, 1994.

PORTO, Antonio Rodrigues – *História urbanística da Cidade de São Paulo (1554 – 1988)*. São Paulo, Ed. Carthago & Forte, 1982.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1985.
- REALE, Ebe. *Brás, Pinheiros, Jardins: Três Bairros, Três Mundos*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1982.
- RIBEIRO, Maria A. *História sem fim...* Inventário da saúde pública São Paulo – 1880-1930. São Paulo: Unesp, 1993.
- ROLNIK, Raquel. *Cada um em seu lugar!* São Paulo, início da industrialização: geografia do poder. São Paulo: Dissertação de mestrado, FAU-USP, 1981
- _____. *A Cidade e a Lei*. Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1997.
- ROSSI, Anicleide Zequini. *O Quintal da Fábrica: a Industrialização Pioneira no Interior Paulista – Salto - SP, Séculos XIX e XX*. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2004.
- SÁ, A. A.; MELLO, E. K.; et. al. *A Cidade, A Habitação*. Guarulhos: APEC/ Universidade de Guarulhos, 1988.
- SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole: Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na Passagem do Século XIX e XX*. São Paulo: Atelie, 2004.
- SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- SAMPAIO, Maria Ruth. *Casas Proletárias em São Paulo*. São Paulo: USP, 1993.
- _____. *A Promoção Privada de Habitação Econômica e a Arquitetura Moderna: 1930-1964*. São Carlos: RiMa, 2002.
- _____. (coord.). *Habitação e Cidade*. São Paulo, FAU-USP/Fapesp, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau (org.). SEVCENKO, N. (org.). *História da Vida Privada no Brasil, República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, v. 3, 2002.
- _____. *Orfeu Estático na Metrópole*. São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.
- SIMONSEN, Roberto. *O Trabalho Moderno*. São Paulo: Secção de obras do "Estado", 1919.
- SCHWARZ, Roberto. *O Pai de Família e Outras Histórias*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- TENCA, Alvaro. *Razão e vontade política: o IDORT e a grande indústria dos anos 30*. Campinas, dissertação de mestrado/ IFCH-UNICAMP (dep. de história), 1987.
- TREBLE, James H. *Urban poverty in britain 1830-1914*. Cambridge: Methuen, 1979.

VALLADARES, Licia do Prado (org.). *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

_____; COELHO, Magda Prates (orgs.). *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. e PRETECEILLE, E. *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel/Iuperj, 1990.

_____. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VILLARES, Henrique D. *Urbanismo e Indústria em São Paulo*. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 1946.

_____. *Urbanismo e problemas de São Paulo*. São Paulo: Cruzeiro do Sul, 1948.

Dados disponíveis online:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=604&sid=186> (acessado dia: 04/08/2012).

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=230&sid=101> (acessado em 13/08/2012).

http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/fec_pes_ant_francisco.php?PHPSESSID=5e6d64b47e44e1a54947acfd246e1895 (acessado em: 30/10/2012).

<http://www.fae.edu/intelligentia/pensadores/francisco.asp> (acessado em 04/08/2012).

http://www.sbhbm.org.br/index.asp?p=medicos_view&codigo=259 (acessado em 04/08/2012).

<http://www.urbanismobr.org/bd/autores.php?id=1228> (acessado em 04/08/2012).

Anexo 1

Tabela de autores, cargos e trabalhos do Primeiro Congresso de Habitação¹⁶⁶

Autor	Instituição/Cargo	Título do trabalho	Assunto
ABREU, Zozimo B. de.	Engenheiro civil	Parecer do eng. Civil Zozimo B. de Abreu sobre a memória: “Deficiências na recepção dos materiais nas Repartições Técnicas. Necessidades de especificações” do Eng. Civil Francisco Ignacio de Araujo Silva.	Importância do estudo das especificações dos materiais de construção e normas para o recebimento de material estrangeiro.
ALBUQUERQUE, Alexandre.	Arquiteto, engenheiro civil e professor da Escola Politécnica, formado pela Escola Politécnica em 1905.	- Códigos municipais de obras. - Conferencia sobre Códigos municipais.	- Crítica aos códigos, propondo diminuição dos números de certas normas, como pé-direito mais baixo e área mínima para dormitórios. - Críticas aos códigos municipais, cita código “Arthur Saboya”. Aponta a padronização e a industrialização dos materiais de construção como meio de baratear e agilizar a construção da casa. <u>O engenheiro também frisa que a arquitetura tem funções sociais,</u>

¹⁶⁶ Informações retiradas dos anais do Primeiro Congresso de Habitação: *Primeiro Congresso de Habitação*, São Paulo: Publicação oficial, 1931.

			<u>econômicas,</u> <u>técnicas e estéticas.</u>
BROTERO, Frederico Abrantes.	Engenheiro da seção de madeiras do laboratório de ensaio de materiais da Escola Politécnica.	Sugestões para o melhor conhecimento das propriedades da nossas madeiras	Normas estandardizadas no comércio de madeiras, falta de conhecimento com relação a madeira. Também aponta estudo das florestas e do tratamento da madeira.
CASTRO, M. Teixeira de.	Engenheiro	Parecer do relator Eng. M. Teixeira de Castro sobre a memória: “Especificações para os cimentos – Balanço da nossa situação – Orientação a seguir para se obter uma especificação racional” do Eng. Civil Romulo de Lemos Romano.	Resenha sobre um estudo sobre cimento, argamassa plástica, entre outros materiais e métodos.
DODSWORTH, E.	Engenheiro	Descrição de um novo elemento constructivo “Blóco Duplex”	Descrição sobre especificações dos blocos da empresa “Blocos Duplex”. <u>O</u> <u>engenheiro frisa a</u> <u>importância da</u> <u>padronização e</u> <u>industrialização de</u> <u>materiais de</u> <u>construção para</u> <u>diminuir o custo da</u> <u>construção para que</u> <u>a habitação</u> <u>higiênica chegue aos</u> <u>menos favorecidos.</u>
DORIA, Henrique.	Engenheiro civil.	- Sugestões para a solução do problema das casas operárias.	- Oferece um panorama de soluções para habitação econômica tentadas

		-Parecer do Relator Eng. Henrique Doria de Vasconcellos sobre as memorias de: “Especificação, Pratica Simplificada, Padronização” trabalho apresentado ao I Congresso de Habitação pelo Eng. Civil Mario Leão Ludolf e “Estudo comparativo das dimensões dos tijolos communs de São Paulo com as de outros paizes. – Simplificação do tijolo entre nós” , trabalho apresentado ao I Congresso de Habitação pelo Eng. Armando de Arruda Pereira, Director da Ceramica São Caetano.	em outros países como França, Inglaterra, Belgica, Espanha, Alemanha, Estados Unidos, Argentina e Itália. <u>Destaca que no Brasil não há uma legislação que estimule a criação de programa de incentivo à habitação econômica.</u> <u>Também expõe os problemas causados pelos cortiços, como doenças e promiscuidade.</u> - Discorda das conclusões do Eng. Ludolf que se deve reduzir as variações dos tijolos, para Doria deve haver uma padronização completa desse material. Quanto a tese do Engenheiro Armando Pereira, segundo Doria é convincente a favor de uma simplificação dos materiais no país.
FERRAZ, Octavio Marcondes.	Engenheiro consultor.	O custo da energia electrica para uso domestico.	Estudo da ampliação de gasto em eletricidade no Brasil. <u>Instalação elétrica de forma barata e economia de energia para “casas modestas”.</u>
LUDOLF, Mario Leão.	Engenheiro civil	Especificação, pratica	Especificação, pratica simplificada

		simplificada, padronização	e padronização para a indústria, principalmente a materiais de construção, exemplo dos Estados Unidos.
MAGRO, Bruno Simões.	Engenheiro civil e arquiteto.	Habitações econômicas.	<u>O projeto da casa de acordo com os costumes de cada lugar, primeiramente tem preocupação com a higiene. Também discute questão de materiais de construção. Por fim faz um estudo sobre projeção de alugueis</u>
MARIANNO, José Filho.	Antigo diretor da Escola de Bellas Artes; membro do Instituto Central de Architectos do Rio de Janeiro, e da Sociedad Central de Architectos de Buenos Aires; membro da Comissão do Plano da Cidade.	A architectura mesológica.	Questão estética da arquitetura.
MELLO, Luis de Anhaia	Engenheiro arquiteto e então prefeito de S. Paulo.	O arruamento clandestino.	Teses do congresso referentes aos distritos e aos loteamentos. Não há a cópia da palestra.
MENDONÇA, Marcello Taylor C. de.	Socio fundador titular do Instituto Central de Architectos do Rio de Janeiro.	Casas populares – Cidades jardins	<u>Inicia comentando o problema das favelas e cortiços. Também comenta as vantagens do sistema das cidades jardins, as casas suburbanas com a ajuda de transportes rápidos, vila</u>

			<u>operária e os problemas de instalar habitações coletivas onde segundo ele não existiria “certa educação hygienica, harmonia entre seus moradores, o habito de limpeza d’uma conservação systematica da casa”</u>
PASMAN, Raul.	Arquiteto.	Communication para el Congreso de Habitación en S. Paulo (Brasil).	<u>Conta sobre algumas inciativas do governo argentino para a construção de casas baratas e salubres.</u>
PEREIRA, Armando A.	Engenheiro diretor industrial da Ceramica São Caetano S.A.	Estudo comparativo das dimensões de tijolos communs de S. Paulo com as de outros países. – Simplificação do tijolo entre nós.	Vantagens na padronização de tijolos, exemplos de países estrangeiros.
PEREIRA, Dulcideo, Prof. Dr.	Delegado do Lighting Service Bureau	A cooperação entre o architecto e o especialista em illumination.	Projeto de iluminação para habitação.
PINHEIRO, José Monteiro		Parecer do Relator José Monteiro Pinheiro sobre a memoria: “Suggestões para o melhor conhecimento das propriedades da nossas madeiras” do Eng. Civil Frederico Abranches Brotero.	Normas estandardizadas no comércio de madeiras, falta de conhecimento com relação a madeira. Também aponta estudo das florestas e do tratamento da madeira.
PRADO, Amador Cintra.	Engenheiro arquiteto	Casas ruraes adaptadas a casas operárias.	A intenção e transferir parte da simplicidade da

			habitação aceita no campo para a casa operária, basicamente há uma crítica em relação aos preceitos higienistas como impraticáveis para construção de uma habitação barata.
POLACCO, M. Silvio.	Engenheiro	Os modernos blocos de cimento na edificação. Blocos “Canova”.	<u>Discorre sobre várias especificações dos blocos de construção da empresa “Canova”.</u>
ROMANO, Romulo de Lemos	Engenheiro civil	Especificações para cimentos – Balanço da nossa situação – orientações a seguir para se obter uma Especificação Racional.	estudo sobre cimento, argamassa plástica, entre outros materiais e métodos.
SILVA, Americo Pereira, Dr.		Typo Racional de Habitação.	Texto voltado para a habitação salubre, ventilação, insolação. Fez projetos de vários tipos de habitações para se manter a insolação, também traz exemplos de outros países como China e França.
SILVA, F. I. Araujo.	Da repartição de aguas e esgotos em S. Paulo	Deficiências na recepção dos materiais nas repartições technicas. Necessidade de especificações.	Importância do estudo das especificações dos materiais de construção e normas para o recebimento de material estrangeiro.
SILVA, Lysandro Pereira.	Engenheiro civil.	Defeza da municipalidade contra o	Discute a constituição de leis municipais mais

		arruamento clandestino para a especulação em terrenos.	precisas para arruamentos e lotes. Traz também exemplos de legislações estrangeiras.
VIDIGAL, Alvaro.	Engenheiro	- Especificações - Meação	- Maiores especificações da obra a ser realizada. - Crítica sobre legislação referente a meação.
TOTTI, Paschoal Filho.	Engenheiro arquiteto	- Caixa de Recursos para Inquilinos - Confederações das “Associações de Proprietários”	- Proposta e uma constituição de caixa de recursos para inquilinos. - Proposta de criação de uma confederação de Associações de Proprietários.

Anexo 2

Tabela de autores, cargos e trabalhos da Jornada da Habitação Econômica

Autor	Instituição/Cargo	Título do trabalho	Assunto
ALMEIDA, Guilherme de	<u>“Guilherme de Almeida (G. de Andrade e A.), poeta e ensaísta, nasceu em Campinas, SP, em 24 de julho de 1890, e faleceu em São Paulo, SP, em 11 de julho de 1969.</u> <u>Filho do jurista e professor de Direito Estevam de Almeida, estudou nos ginásios Culto à Ciência, de Campinas, e São Bento e N. Sra. do Carmo, de São Paulo. Cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1912.</u> <u>Dedicou-se à advocacia e à imprensa em São Paulo e no Rio de Janeiro. Foi redator de O Estado de São Paulo, diretor da Folha da Manhã e da Folha da Noite, fundador do Jornal de São Paulo e redator do Diário de São Paulo.</u> <u>[...]</u> <u>Em 1932 participou da Revolução Constitucionalista de São Paulo e esteve exilado em Portugal. Distinguiu-se</u>	A Casa	Análise do tema casa envolvendo textos literários e canções populares.

	<u>também com heraldista.</u> ” ¹⁶⁷		
ALVARO, Moacyr E.	<u>Médico um dos formadores do IDORT</u>	Alocução do Dr. Moacyr E. Alvaro	
ARAUJO, Oscar Egidio de	“Técnico de estatística do Departamento de Cultura.” ¹⁶⁸ “Técnico de estatística da Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais e assistente da ELSP (Escola Livre de Sociologia e Política). Chefe da Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais (1943). Seguiu teoria eugênica.” ¹⁶⁹	O Papel da Habitação e do Salário no Nível de Vida da Família Operária.	Faz breve panorama de vários países sobre a porcentagem do salário gasta em habitação. Breve estudo sobre isso no município de São Paulo.
ARRUDA, Helio Q.	“Pesquisador social do Departamento de Serviço Social.” ¹⁷⁰	A Habitação e a Harmonia Conjugal	Habitação influenciando comportamentos. Expõe significado do casamento de maneira claramente religiosa (cita-o como sacramento). Parece ser contra métodos anti-concepcionais (a casa que deve ser maior para abrigar todos os filhos). Habitações coletivas, pessoas passam maior parte do tempo no pátio o que pode levar promiscuidade. Exposição dos problemas íntimos familiares, intromissão

¹⁶⁷ Dados disponíveis em : <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=604&sid=186> (acessado dia: 04/08/2012)

¹⁶⁸ *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano 8, volume 82, p. 61, 1942.

¹⁶⁹ CLARO, Silene Ferreira. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido* (proposta inicial e as mudanças na trajetória – 1934 – 1950). São Paulo, tese de doutorado/ FFLCH-USP (dep. de história), 2008. P. 358.

¹⁷⁰ *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano 8, volume 82, p. 197, 1942.

			de vizinhos (que levam a separação do casal [esse cara é um boçal]), intrigas entre mulheres principalmente.
BARBOSA, Synesio Cunha.	“Do Conselho Diretor da Sociedade ‘Amigos da Cidade’” ¹⁷¹	O Loteamento em São Paulo.	Trata de questões sobre loteamento, zoneamento e plano geral da cidade.
D’AURIA, Francisco.	“<u>Nasceu em São Paulo em 16 de julho de 1884. Em 1905, ingressou na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo [...]. Entre suas principais atividades estão:</u> - <u>Fundador e diretor da Revista Brasileira de Contabilidade;</u> - <u>Diretor da Contabilidade do Tesouro do Estado de São Paulo;</u> - <u>Fundador e presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo;</u> - <u>Contador Geral da República;</u> - <u>Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo;</u> - <u>Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo;</u> - <u>Secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo.”</u> ¹⁷²	Jornada da habitação econômica.	Trata do barateamento da construção e principalmente do financiamento e mobilização de capitais para construção de casas econômicas.
BARROS, Antonio de Souza Jr.	Engenheiro ¹⁷³	A Habitação e os transportes	Breve levantamento da situação do transporte público em São Paulo e propostas de

¹⁷¹ Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, ano 8, volume 82, p. 143, 1942.

¹⁷² Dados disponíveis em: <http://www.fae.edu/intelligentia/pensadores/francisco.asp> (acessado em 04/08/2012).

¹⁷³ Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, ano 8, volume 83, p. 185, 1942.

			melhoramentos, como casa econômica nos subúrbios ferroviários.
CASTRO, Maria Antonieta	<u>Educadora-chefe do serviço de saúde escolar.</u> ¹⁷⁴	Lares e Casas – Educação do Morador	Trata de educação sobre higiene doméstica e educação infantil.
CINTRA, João.	“Relatório apresentado ao Sr. Prefeito Municipal, Dr. PIRES DO RIO, em 1927, pela comissão nomeada por s. excia. E da qual faziam parte os srs. Dr. João Cintra, dr. Augusto Covello, dr. Vicente Graziano, dr. Candido Mota Filho e eng. Osvaldo P. de Carvalho” ¹⁷⁵	A quanto monta a deficiência de alojamentos em São Paulo.	Relatório que oferece informações e sugestões sobre: problema da habitação (cita outros relatórios), ação do poder público, especulação de terrenos e problema financeiro.
CLEMENTE, Waldemar.	“ <u>Imigrante de origem alemã que, no período Vargas, durante a década de 1930, fundou, no Largo do Arouche, uma “fábrica de interruptores, plugs e calhas de iluminação e outros componentes elétricos. Ligado à criação da empresa de eletrodomésticos Walita</u> ¹⁷⁶	A iluminação econômica na habitação.	Planejamento e importância da iluminação na habitação, formas de se economizar.
CORREIA, Geraldo Gomes.	“ <u>Um dos professores da Faculdade de Direito de Sorocaba, criada em 1955</u> ” ¹⁷⁷	A habitação e a delinquência infantil.	Trata da influência da habitação e do ambiente no comportamento da criança.
COSTA, Flavio Baptista da	Engenheiro-arquiteto – Escola Politécnica de São Paulo. ¹⁷⁸	Os códigos estadual e municipal de	Críticas e sugestões para modificações dos códigos. Algumas das

¹⁷⁴ Ibidem. P. 185.

¹⁷⁵ *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano 8, volume 82, p. 327, 1942.

¹⁷⁶ CLARO, Silene Ferreira. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido* (proposta inicial e as mudanças na trajetória – 1934 – 1950). São Paulo, tese de doutorado/ FFLCH-USP (dep. de história), 2008. P. 358.

¹⁷⁷ Ibidem. P. 320.

¹⁷⁸ *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano 8, volume 82, p. 124, 1942.

		obras em face da casa econômica.	sugestões giram em torno de diminuir a área construída para baratear o custo da construção.
FERNANDES, Armando B.	Engenheiro-arquiteto, de 1923 a 1924, foi membro do Conselho Diretor do Instituto de Engenharia. Participou da criação do curso de arquitetura da Escola de Belas Artes de São Paulo e lecionou, até 1934. Participou a organização do 1º Congresso de Habitação, em São Paulo. Foi major na Revolução Constitucionalista de 1932. Foi um dos fundadores da Escola Livre de Sociologia e Política (1933). Em 1945 participou da organização do 1º Congresso Brasileiro de Arquitetura. De 1951 a 1953, foi presidente do Instituto de Engenharia. ¹⁷⁹	A associação predial de Santos como pioneira da “casa própria” e o muito que ela poderá fazer neste sentido.	Trata da Associação Predial de Santos e como funciona a aquisição da casa própria pela associação.
FERREIRA, Clemente.	<u>Médico que em 1899 fundou a Associação Paulista de Sanatórios Populares para tuberculose, rebatizada de Liga Paulista Contra a Tuberculose.</u> ¹⁸⁰	Vivendas populares e habitações econômicas, como fator de profilaxia antituberculosa.	Oferece exemplo de vários países como investiram em casas econômicas, sempre ressaltando a importância da habitação salubre para a profilaxia da tuberculose.
FERREIRA, Francisco de Paula	<u>Assistente social da Diretoria e do Corpo</u>	A habitação e a moral.	Trata do caráter educativo e moral da

¹⁷⁹ Dados disponíveis em: <http://www.urbanismobr.org/bd/autores.php?id=1228> (acessado em 04/08/2012).

¹⁸⁰ Dados disponíveis em: http://www.sbhbm.org.br/index.asp?p=medicos_view&codigo=259 (acessado em 04/08/2012).

	<u>Docente do Instituto de Serviço Social.</u> ¹⁸¹		habitação salubre.
FUGULIN, Atílio.	Engenheiro. ¹⁸²	Tipificação. Habitação econômica. Lote econômico. Código de obras.	Analisa o Código de obras cobrando algumas mudanças para baratear a construção.
GONÇALVES, Eduardo Mendes.	Engenheiro-arquiteto – Universidade do Rio de Janeiro.	Os códigos estadual e municipal de obras em face da casa econômica.	Críticas e sugestões para modificações dos códigos. Algumas das sugestões giram em torno de diminuir a área construída para baratear o custo da construção.
LEYSER, Erick		Métodos para baratear as habitações e os aluguéis	Propõe a racionalização da construção para o barateamento da mesma, incluindo a padronização dos elementos de construção.
MALHEIROS, Ugo Guimarães.	<u>Pesquisador Social do Departamento de Serviço Social</u> ¹⁸³	Trabalho e habitação.	Trata da condição econômica do trabalhador, sua casa e sua família, expõe que o trabalhador tem consciência das suas condições precárias.
MELLO, Rubens de.	Engenheiro ¹⁸⁴	Novos materiais de construção	As modificações dos materiais de construção deixando para o final o plástico como material do futuro.
MIRANDA, Nicanor.	<u>Chefe da divisão de educação e recreio. Foi crítico e jornalista do jornal O Diário de São Paulo. Foi membro da</u>	A casa da criança proletária.	Influências e consequências de uma habitação precária na criança.

¹⁸¹ *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano 8, volume 82, p. 168, 1942.

¹⁸² *Ibidem*, p. 193.

¹⁸³ *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano 8, volume 82, p. 275, 1942.

¹⁸⁴ *Ibidem*. P. 155.

	<u>Sociedade de Etnografia e Folclore</u> ¹⁸⁵		
MONBEIG, Pierre.	<u>Professor de geografia, francês, contratado pela Faculdade de filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo</u> ¹⁸⁶	A habitação comparada	Traz uma série de características de habitações em diferentes regiões do mundo. Também comenta sobre habitações de São Paulo e do interior.
MONTELEONE, Francisco.	<u>Advogado da Procuradoria de Serviço Social</u>	A justiça gratuita e a habitação econômica, especialmente nos arrolamentos e inventários.	Trata da justiça gratuita em questões ligadas a habitação. Proposta de diminuir ou retirar taxas de arrolamentos e inventários.
MORAIS, Léo R.	Engenheiro que manteve escritório particular até 1970 e também atuou ativamente na política. Candidato a vereador pelo PCB em 1945, também possuía colunas em jornais como <i>Diário da Noite</i> e <i>Folha da Noite</i> entre 1945-1949. Um dos fundadores e ativo participante do IAB/SP. Trabalhou também em algumas seções públicas como a Diretoria Estadual do Serviço de Transito e o Departamento Estadual do Trabalho. Também foi ativo participante da Sociedade Amigos da Cidade ¹⁸⁷ .	Cidades jardins.	Trata dos benefícios do plano urbano de cidades jardins.
NARDY, Luiz A.		Noção do bem	Questões econômicas e

¹⁸⁵ CLARO, Silene Ferreira. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido* (proposta inicial e as mudanças na trajetória – 1934 – 1950). São Paulo, tese de doutorado/ FFLCH-USP (dep. de história), 2008. P. 338.

¹⁸⁶ Ibidem. P. 346.

¹⁸⁷ FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli. Ensino e profissão em São Paulo*. Edusp: São Paulo, 2005. P. 310-312.

		de família.	jurídicas com relação à propriedade da habitação.
OLIVEIRA, Antonio dos Santos.	Engenheiro ¹⁸⁸	Construção – Métodos atuais (desperdícios) – métodos econômicos – organização da construção como indústria – mobiliário – novos matérias.	O título do trabalho já deixa claro quais serão os assuntos: métodos e materiais de construção visando a economia.
PIERSON, Donald.	<u>Professor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Sociólogo com doutoramento pela Universidade de Chicago.</u> ¹⁸⁹	Um estudo comparativo da Habitação em São Paulo.	A semelhança dos estudos sociológicos da Universidade de Chicago, Pierson foi a campo comparar um grande número de habitações na cidade de São Paulo, e coletou dados sobre quantas habitações possuem cozinha, quantas pessoas dorme em cada dormitório, entre outros tópicos.
PINHEIRO, Heitor S.		Higiene da habitação – higiene do terreno – ventilação – isolamento térmico.	O título já traz os tópicos principais do trabalho, que também trata de insolação.
PRADO, Amador Cintra	Engenheiro, político na cidade de Amparo a partir de 1956. Também foi professor na Escola de Belas Artes de São Paulo até 1934 e um membro da comissão de organização do Primeiro Congresso da Habitação e do 1º Congresso Brasileiro de	Lote econômico e zonas residenciais populares.	Trata da questão do preço do lote de acordo com os serviços públicos oferecidos. Fez algumas críticas ao Código de Obras De São Paulo do período com relação ao tamanho dos lotes e das casas.

¹⁸⁸ Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, ano 8, volume 82, p.261, 1942.

¹⁸⁹ Ibidem. P. 241.

	Arquitetos. Participou da Revolução Constitucionalista e foi um dos fundadores da Escola Livre de Sociologia e Política ¹⁹⁰		
RUDOLFER, Bruno.	Engenheiro e chefe da Subdivisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais da Prefeitura de São Paulo ¹⁹¹ .	O problema social da habitação.	Extenso trabalho que tenta analisar os motivos dos problemas habitacionais, define qual habitação é desejável e qual não é, também traz dados sobre os alugueis, padrão de vida de trabalhadores.
SICILIANO, Heribaldo	Engenheiro que tinha uma empresa pioneira na construção em concreto armado em São Paulo, a Siciliano & Silva, uma das construtoras mais importantes em 1940. Também foi fundador do Instituto de Engenharia e vereador em São Paulo por nove anos.	Habitação econômica em sentido vertical.	Trata de baratear o custo da habitação através das construções verticais, com melhor aproveitamento do terreno.
SILVEIRA, Antenor	<u>Professor da cadeira de Higiene e Saneamento da Escola de Engenharia Mackenzie.</u> ¹⁹²	A habitação econômica na higiene social	A importância da higiene e o que chama de higiene social, referente a higiene de toda uma população incluindo as classe pobre. Tenta estabelecer conexões com a higiene social e a importância da habitação, através de conceber a habitação como mínimo de conforto.
SIMÕES, Aguinaldo	<u>Advogado</u> ¹⁹³	A segurança na	Questão jurídica dos

¹⁹⁰ FICHER, op. cit.. P. 29.

¹⁹² FICHER, op. cit.. P. 307.

¹⁹³ CLARO, op. cit.. P. 295.

Miranda		aquisição da propriedade	documentos de títulos de propriedade, esclarecimentos e prevenção de fraudes e outros problemas.
SIMONSEN, Roberto	“Engenheiro, industrial, administrador, professor, historiador e político. [...] Ao falecer era, além de senador, presidente da Companhia Construtora de São Paulo, presidente da Cerâmica São Caetano S. A., presidente da Companhia Paulista de mineração, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, vice-presidente da Confederação Nacional de Indústrias, vice-presidente do Conselho Superior da Escola Livre de Sociologia e Política, da Universidade de São Paulo. Era membro de inúmeras instituições nacionais e estrangeiras, entre as quais os institutos históricos e geográficos de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro; a Academia Paulista de Letras; a Academia Portuguesa de História; o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro; o Instituto de Engenharia de São Paulo; o National Geographic Society, de Washington, e o Royal Geographic Society de Londres.”¹⁹⁴	Conferência inaugural pelo Dr. Roberto Simonsen	Trata dos vários temas propostos na Jornada tais como: cortiços, favelas, mocambos, a geografia humana e econômica no Brasil, inquéritos do padrão de vida no país, a casa moderna e outros.

¹⁹⁴ Dados disponíveis em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=230&sid=101> (acessado em 13/08/2012). Apud CLARO, Silene Ferreira. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço*

SINISGALLI, Aldo H. F.	<u>Médico legista, realizou estudos que acreditavam combater a homossexualidade.</u> ¹⁹⁵	A habitação como fator de delinquência.	Trata da habitação como influência no comportamento
VALENTE, Ricardo Capote	Arquiteto ¹⁹⁶	Encerramento da Jornada	Breve balanço da Jornada, retomando alguns trabalhos apresentados.
VIANNA, Jacy Coutinho.	<u>Assistente social</u> ¹⁹⁷	O ideal em habitação coletiva	Como seria a habitação coletiva ideal, necessária educação dos moradores e fiscalização dos proprietários. Também trata das condições em que se encontram as habitações coletivas.
ZOGAIB, Ubirajara D.	<u>Economista atuante no Departamento de Planejamento e Estudos da COAP.</u> ¹⁹⁸		

científico e cultural esquecido (proposta inicial e as mudanças na trajetória – 1934 – 1950). São Paulo, tese de doutorado/ FFLCH-USP (dep. de história), 2008. P. 349.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 298.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 348.

¹⁹⁷ ATIQUE, Fernando. Ensinando a morar: o edifício Esther e os embates pela habitação vertical em São Paulo in: *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, n 2, p. 49, 2005.

¹⁹⁸ CLARO, Silene Ferreira. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido* (proposta inicial e as mudanças na trajetória – 1934 – 1950). São Paulo, tese de doutorado/ FFLCH-USP (dep. de história), 2008. P. 356.